



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
ORIENTADOR: ERIC DUARTE FERREIRA

DEISI DAIANE GEHRKE

**A CONSTITUIÇÃO DE UM *ETHOS* DE RESISTÊNCIA NO DISCURSO DA
PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF DURANTE INVESTIGAÇÕES DA OPERAÇÃO
“LAVA JATO”**

CHAPECÓ

2017

DEISI DAIANE GEHRKE

**A CONSTITUIÇÃO DE UM *ETHOS* DE RESISTÊNCIA NO DISCURSO DA
PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF DURANTE INVESTIGAÇÕES DA OPERAÇÃO
“LAVA JATO”**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação do Prof. Dr. Eric Duarte Ferreira.

CHAPECÓ

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Gehrke, Deisi Daiane

A CONSTITUIÇÃO DE UM ETHOS DE RESISTÊNCIA NO DISCURSO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF DURANTE INVESTIGAÇÕES DA OPERAÇÃO LAVA JATO/ Deisi Daiane Gehrke. -- 2017.
120 f.

Orientador: Eric Duarte Ferreira.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), Chapecó, SC, 2017.

1. Discurso Político. 2. Ethos. 3. Arquivo. 4. Michel Foucault. 5. Dilma Rousseff. I. Ferreira, Eric Duarte, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DEISI DAIANE GEHRKE

A CONSTITUIÇÃO DE UM *ÊTHOS* DE RESISTÊNCIA NO DISCURSO DA
PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF DURANTE INVESTIGAÇÕES DA
OPERAÇÃO “LAVA JATO”.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em
Linguística, defendido em banca examinadora em 15/02/2017.

Orientador (a): Prof. Dr. Eric Duarte Ferreira

Aprovado em: 15/02/2017

BANCA EXAMINADORA



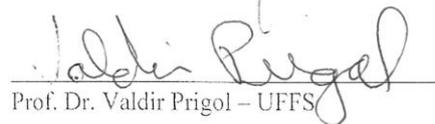
Prof. Dr. Eric Duarte Ferreira – UFFS



Prof. Dra. Angela Derlise Stübe – UFFS



Prof. Dr. Sandro Braga – UFSC



Prof. Dr. Valdir Prigol – UFFS

Dedico esta dissertação aos meus pais Ivo e Selmira Gehrke que sempre me apoiaram e amaram incondicionalmente, além de me ensinar a importância de estudar e batalhar pelos meus sonhos e objetivos e de fazer de mim uma pessoa forte e determinada.

AGRADECIMENTOS

A minha irmã Estela que sempre me incentivou a cursar o Mestrado e me acompanhou desde o período de inscrição para disciplina especial e seleção como aluna regular, até a conclusão do programa.

A minha mãe querida Selmira que me deu força durante todo o período de estudos, me acompanhando às aulas diversas vezes, para que não fosse sozinha em dias de chuvas e temporais, enfrentando comigo os 280 km de distância.

Ao meu pai Ivo que me ensinou a ser forte diante de todos os obstáculos e sempre me incentivou a estudar e lutar pelos meus sonhos e objetivos e nunca desistir apesar de qualquer dificuldade.

Ao meu noivo Eduardo que foi um grande apoio durante todo o período de estudos, me incentivando quando o cansaço chegava e tendo paciência com o pouco tempo disponível para outras atividades a dois. Além de me acompanhar em momentos importantes como a qualificação e a defesa.

A todos os professores fantásticos do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - PPGEL da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Chapecó com os quais tive a honra de conviver, aprender e crescer nesses dois anos, especialmente ao meu orientador Prof. Dr. Eric Duarte Ferreira.

RESUMO

A problemática de pesquisa a que nos propusemos neste estudo de dissertação está voltada à análise do discurso político, mais precisamente, aos discursos proferidos pela Presidente da República brasileira Dilma Rousseff, durante parte do período de investigações da operação Lava Jato nos anos de 2014 e 2015. Analisamos a constituição por parte da presidente de um *ethos* de resistência e coragem tanto em sua fala, quanto em sua corporalidade além de investigarmos de que forma os arquivos discursivos do período do governo militar se relacionam e entrelaçam a sua prática discursiva, durante esta fase de intensas investigações e manifestações contrárias a sua reeleição e manutenção no poder, tudo isso usando como base as noções teóricas de Michel Foucault. Apontamos de que maneira esses conceitos se apresentam em seu discurso como uma defesa de sua inocência e demonstração de força diante das acusações e situações vividas nesse período que culminou na abertura do processo de Impeachment. Identificamos, também, os traços de subjetivação presentes na constituição do sujeito Presidente da República e o funcionamento destes como uma resistência ao que o determina. O trabalho teve como objetivos específicos o apontamento de uma breve cronologia dos fatos mais importantes ocorridos nessa fase das investigações da operação Lava Jato, que coincidem com o período de análise do trabalho, além das regularidades do escândalo político presentes nesse intervalo de tempo estudado. Analisamos a definição de arquivo segundo Michel Foucault e verificamos de que forma ele se mostra na prática discursiva, na sucessão e ordenação dos enunciados proferidos pela Presidente Dilma Rousseff, além de especificar a conceituação de *ethos* discursivo, suas variações, aplicabilidades e importância para a formulação do discurso político. Verificamos ainda, os motivos da associação da expressão Coração Valente à imagem da Presidente Dilma e a incorporação do termo na formulação do *ethos* de resistência em seu discurso. O nosso corpus de análise é composto por fragmentos de 06 entrevistas e 16 discursos oficiais proferidos pela Presidente da República durante os anos de 2014 e 2015, período de intensas investigações e desdobramentos na operação Lava Jato. Utilizamos os pressupostos teóricos da Análise de Discurso de tradição Francesa como a utilizada no Brasil, pautados fundamentalmente nos estudos de Michel Foucault, Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau. Com a realização das análises, identificamos que o *ethos* de resistência da presidente Dilma Rousseff acontece sob duas facetas diferentes, em alguns momentos foi uma maneira dela se constituir sujeito em resposta ao jogo agonístico vivido durante as investigações da Lava Jato e, em outro momento, apenas quando fala da posição sujeito mulher, ou primeira mulher Presidente da República brasileira, acontece a subjetivação, uma vez que seu discurso foge totalmente do que é esperado pelos interlocutores.

Palavras-Chave: Discurso político. Michel Foucault. Arquivo. *Ethos*. Dilma Rousseff.

ABSTRACT

The research problem that we proposed in this dissertation study is focused on the analysis of the political discourse, more precisely, on the speeches given by the Brazilian President Dilma Rousseff during part of the investigation period of the Lava Jato operation in 2014 and 2015. We analyze the constitution by the president of an ethos of resistance and courage both in her speech and in her corporality, as well as investigating how the discursive archives of the period of military government relate and interweave to her discursive practice during this period. Stage of intense investigations and manifestations contrary to here-election and maintenance in power, all based on the theoretical notions of Michel Foucault. We point out how these concepts present themselves in their discourse as a defense of their innocence and demonstration of strength in the face of the accusations and situations lived in that period that culminated in the opening of the Impeachment process. We also identify the features of subjectivity present in the Constitution of the subject President of the Republic and the functioning of these as a resistance of what it determines. The specific aims of the study were to present a brief chronology of the most important events that occurred during this phase of the Lava Jato investigations, which coincide with the period of analysis of the work, besides the regularities of the political scandal present in this half time. We analyze the definition of a file according to Michel Foucault and verify how it is shown in the discursive practice, in these quince and ordering of the statement suttered by President Dilma Rousseff, besides specifying the conceptualization of discursive ethos, its variations, applicabilities and importance for the formulation of political discourse. We also verified the reasons for the association of the expression Valiant Heart with the image of President Dilma and the incorporation of the term in the formulation of the ethos of resistance in her discourse. Our corpus of analysis consists of fragments of 06 interviews and 16 official speeches delivered by the President of the Republic during the years 2014 and 2015, a period of intense investigation sand developments in the Lava Jato operation. We use the theoretical assumptions of Discourse Analysis of French tradition as used in Brazil, based essentially on the studies of Michel Foucault, Dominique Maingueneau and Patrick Charaudeau. Through the analysis we have identified that the resistance ethos of President Dilma Rousseff happens under two different facets, at any times it was a way for her to become subject in response to the agonistic game lived during the Lava Jato investigations and, in another moment, only When she speaks of the position of woman subject, or first woman president of the Brazilian Republic, subjectivity occurs, since, her speech totally escapes what is expected by the interlocutors.

Keywords: Political speech. Michel Foucault. File. Ethos. Dilma Rousseff.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 COMPOSIÇÃO DO CORPUS DISCURSIVO.....	15
1.2 AS ESPECIFICIDADES DO ESCÂNDALO POLÍTICO E O PODER MIDIÁTICO	17
1.2.1 A Operação “Lava Jato” e as Regularidades do Escândalo Político.....	22
1.3 A CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESCÂNDALO E AS PRIMEIRAS FASES DA OPERAÇÃO “LAVA JATO”	28
1.3.1 Funcionamento do esquema: os papéis dos envolvidos.....	29
1.3.2 As primeiras fases da operação “Lava Jato” e a instabilidade política no Brasil ...	31
2 O ARQUIVO E O <i>ETHOS</i>: CONCEITUAÇÕES E ESPECIFICAÇÕES EM FOUCAULT, MAINGUENEAU E CHARAUDEAU	34
2.1 AS RELAÇÕES DE SABER E PODER EM FOUCAULT: UMA BREVE INTRODUÇÃO A SUAS TEORIAS	35
2.1.1 A Função Enunciativa e as Formações Discursivas	39
2.1.2 O Arquivo em Foucault e os Enunciados como Acontecimentos Singulares	42
2.2 <i>ETHOS</i> DISCURSIVO A “FORMULAÇÃO DE SI” NO DISCURSO.....	45
2.2.1 O Caráter Fundamental do <i>Ethos</i> na Formulação e Transformação do Discurso Político	45
2.2.2 Charaudeau e os Diferentes <i>Ethos</i> da Política	51
2.2.3 Maingueneau, o <i>Ethos</i> para a Análise do Discurso e as “Imagens de si no Discurso”	55
3 FUNCIONAMENTO DA NOMEAÇÃO “CORAZÃO VALENTE” NO DISCURSO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF	61
3.1 A INCORPORAÇÃO DA NOMEAÇÃO “CORAZÃO VALENTE” NO DISCURSO DA PRESIDENTE	63
3.2 O <i>ETHOS</i> DE RESISTÊNCIA NO DISCURSO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF66	
3.2.1 O <i>Ethos</i> de Resistência aos Ataques ao seu Governo e os Primeiros Rumores de Impeachment.....	67
3.2.2 A Resistência em seu Discurso Através da Adesão de uma Fala em Primeira Pessoa	71
3.3 O COMBATE À CORRUPÇÃO E AS REFERÊNCIAS AO “GOLPE” EM UM POSSÍVEL IMPEACHMENT: A DEFESA DA DEMOCRACIA	76

3.4 O ARQUIVO E AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS CONSTITUTIVAS DO DISCURSO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF: OS DESLIZAMENTOS DAS POSIÇÕES	
SUJEITO	84
3.4.1. O <i>ethos</i> de governante comprometida com a nação.	86
3.4.2. A militante política que combateu a ditadura militar.....	90
3.4.3. A presidente democrata defensora dos interesses da República.....	98
3.4.4 A primeira mulher chefe de estado do país: “dura e pavio curto”	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS	111
ANEXO.....	118

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de dissertação volta-se para a análise do discurso da presidente Dilma Rousseff entre os anos de 2014 e 2015, durante parte do período de uma das maiores investigações de escândalos de corrupção realizadas no Brasil, a operação “Lava Jato”. Iniciada ainda em 2009, a operação se intensificou a partir de 17 de março de 2014 quando aconteceram os primeiros mandados e prisões, período em que já se esboçava o início da campanha à reeleição de Dilma Rousseff à Presidência da República brasileira, ela foi encabeçada pela Polícia Federal e recebeu este nome pelo fato de as primeiras prisões acontecerem em um posto de gasolina do Distrito Federal. Esta fase da operação começou investigando uma rede de doleiros que atuavam em vários Estados e descobriu a existência de um vasto esquema de corrupção na Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.), maior empresa estatal brasileira e uma das maiores produtoras no segmento de energia, especialmente nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo, gás natural e seus derivados.

Uma das primeiras prisões foi a do doleiro Alberto Youssef, contrabandista de eletrônicos do Paraguai antes de virar doleiro, preso nove vezes, uma delas, pela participação no chamado caso Banestado, maior escândalo já investigado no Brasil sobre remessas ilegais de dinheiro. Alguns dias após a prisão de Youssef houve a prisão do ex-diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, o executivo era investigado pelo Ministério Público Federal “por supostas irregularidades na compra pela Petrobras da refinaria de Pasadena, no Texas, em 2006. Ele passou a ser investigado pela Polícia Federal após ganhar, em março de 2013, um carro de luxo de Youssef.” (FOLHA, 14 nov. 2014). Com estas prisões, a polícia descobre uma série de conexões entre o doleiro, o ex-diretor da Petrobras, empreiteiras e políticos, Costa e Youssef assinaram com o Ministério Público Federal acordos de delação premiada para contar e esclarecer detalhes do esquema e receber, em troca, alívio das possíveis penas. Em um dos seus primeiros depoimentos, o ex-diretor da Petrobras afirmou que existia um esquema de pagamento de propina em obras da estatal por parte de empreiteiras, e que o dinheiro abastecia o caixa de partidos como PT, PMDB e PP. Envolvendo políticos de vários partidos e as maiores empreiteiras do país, Camargo Corrêa, OAS, Odebrecht e outras sete companhias, a repercussão das investigações tomou proporções cada vez maiores a cada nova fase, com a estimativa de que o esquema tenha movimentado em torno de R\$ 10 bilhões em desvios (FOLHA, 14 nov. 2014).

O comando das investigações junto à Polícia Federal esteve desde o início a cargo do juiz federal de primeira instância Sergio Fernando Moro, de Curitiba-PR, que se tornou uma figura bastante popular durante toda esta fase mais intensa de investigações e prisões. Sob a sua batuta, as investigações se fortaleceram e se ampliaram, acarretando um grande número de prisões, delações e uma ampla movimentação popular, além de um número expressivo de pessoas indo às ruas em manifestações contrárias, ou de apoio, ao governo e à reeleição da presidente Dilma Rousseff. Sergio Moro tornou-se a imagem representativa do poder de “verdade” que existe no imaginário popular a respeito das instituições judiciárias, o responsável em apurar a verdade e punir os culpados. Sobre a origem e importância deste poder atribuído ao judiciário, Foucault traz em sua obra “A verdade e as formas jurídicas” a origem da noção de inquérito ainda na Idade Média:

O inquérito é precisamente uma forma política, uma forma de gestão, de exercício do poder que, por meio da instituição judiciária, veio a ser uma maneira, na cultura ocidental, de autenticar a verdade, de adquirir coisas que vão ser consideradas como verdadeiras e de as transmitir. O inquérito é uma forma de saber-poder. (FOUCAULT, 2002, p. 39).

Conforme descrito por Foucault, o judiciário surge e se posiciona desde o início como uma instituição responsável pela produção e determinação de “verdades”, algo que é assimilado pela sociedade geralmente sem maiores dúvidas ou questionamentos. No caso da “Lava Jato”, Sergio Moro, como juiz responsável por comandar as investigações, recebe automaticamente este poder ou título de defensor da “verdade” e ganha uma “fama” popular digna de um “*pop star*”, o homem com o poder de identificar e punir os culpados, restituindo a ordem social e política no país.

Neste período, surgiram intensas discussões populares e midiáticas acerca da política brasileira e suas falhas, com a participação de diversos setores sociais e econômicos nos debates e campanhas pró e contra o governo de Dilma Rousseff. Esta mobilização intensa culminou em outubro de 2014, nem metade do período de investigações, em uma das eleições mais disputadas e de resultado mais acirrado que o Brasil já presenciou com a reeleição da presidente Dilma, que atingiu 51% dos votos.

Toda a movimentação política gerada nessa fase de investigações, campanha e reeleição de Dilma Rousseff nos chamou atenção para questões como o *ethos* de resistência em seu discurso, além dos arquivos discursivos referentes ao período do Governo militar e a incorporação da nomeação “Coração Valente” em seu pronunciamento. Em função disso, iremos, neste trabalho, com a análise dos pronunciamentos e entrevistas da presidente Dilma

Rousseff investigar a formulação do seu *ethos* discursivo de resistência e coragem para o enfrentamento da situação de crise política desencadeada pelas denúncias e acusações suscitadas pelas investigações da operação “Lava Jato”. Para isso, analisaremos a relação dos arquivos das discursividades sobre as experiências vividas por ela durante o governo militar e do processo discursivo maior (ou discurso coletivo) que existe sobre este período de governo, ocorrido entre 1964 e 1985, com suas formações discursivas atuais.

Observaremos de que forma os arquivos do período em que esteve presa, chegando a permanecer 28 meses na cadeia por integrar a organização Colina (Comando de Libertação Nacional), grupo que se opunha à ditadura militar e que utilizava esconderijos em Belo Horizonte, entre os anos de 1967 e 1972 (REVISTA ÉPOCA, 2010), relacionam-se e moldam a busca pela formulação de um *ethos* de resistência em seu discurso atual. Para isso, analisaremos, por exemplo, a personificação da expressão “Coração Valente” nos discursos da presidente Dilma Rousseff. Além disso, verificaremos a maneira como se formulou o seu discurso de exigência de defesa do processo democrático diante do que é chamado por ela de “tentativa de golpe” contra a democracia. Conforme analisaremos no terceiro capítulo deste trabalho, para Dilma Rousseff, esta tentativa teria a ver com a não aceitação de uma parcela da população de direita com o resultado da eleição direta que culminou em sua reeleição para presidência da república, não aceitação essa que teve uma repercussão incendiada pelos meios midiáticos e desencadeou os primeiros rumores de uma possível solicitação de impeachment da presidente, logo após a sua posse no segundo mandato.

Para buscar a relação do arquivo com a formulação do *ethos* da presidente, examinaremos inicialmente a definição de arquivo segundo Michel Foucault e explicitaremos os efeitos e relações destes na prática discursiva, na sucessão e ordenação dos enunciados proferidos pela Presidente Dilma Rousseff. A partir do entendimento e posicionamento do autor diante desses conceitos, pensaremos a análise do discurso da presidente. A leitura de Foucault será um subsídio, o caminho inicial para proceder este trabalho de pesquisa.

Será necessário, também, especificar a conceituação de *ethos* discursivo, suas variações, aplicabilidades e importância para a formulação do discurso político; utilizaremos nesse caso, como orientação, além dos textos do próprio Foucault, os de Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau, entre outros. De maneira geral, percebe-se, nos textos destes autores, o *ethos* como algo a ser percebido pelo discurso que, no entanto, não deve ser o objeto dele, algo que se mostra “no ato da enunciação”, que não é dito no enunciado. Sobre esta característica do orador, Maingueneau nos salienta que:

O que o orador pretende ser, ele o dá a entender e mostra; não diz que é simples ou honesto, mostra-o por sua maneira de se exprimir. O *ethos* está, dessa maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo “real”, (apreendido) independentemente de seu desempenho oratório: é portanto o sujeito da enunciação uma vez que enuncia que está em jogo aqui. (MAINGUENEAU, 2001, p. 138)

O *ethos* ultrapassa a noção de persuasão através da fala para ser um processo de busca de adesão a um determinado discurso, uma busca a seguidores que se convençam e concordem com determinado assunto abordado, como podemos ver no texto de Motta e Salgado, que também são teóricos do tema: “Para além da persuasão por meio de argumentos, essa noção de *ethos* permite refletir sobre o processo mais geral de adesão dos sujeitos a um certo discurso.”(MOTTA, SALGADO, 2015, p.17).

O *ethos*, assim, não é dito pelo enunciador em seu discurso, mas mostrado por sua maneira de se exprimir, a personalidade mostrada em sua formação discursiva, os traços de caráter, retidão, ou, como investigaremos nos discursos da presidente Dilma Rousseff, em sua necessidade de aceitação pública. Surge dessa necessidade de aceitação a busca pela construção de um *ethos* de resistência e coragem diante de todas as suspeitas e investigações realizadas durante o escândalo, com a formulação de um *ethos* de mulher difícil de abalar que enfrentou, ou sobreviveu a uma ditadura militar, uma vez que estas memórias são bastante retomadas em seus pronunciamentos nesse período de análise.

Analisaremos ainda como a expressão “Coração Valente” esteve relacionada à formulação do *ethos* de alguém destemido, sem receio dos opositores, disposto a enfrentar as agressões e acusações que estivessem sendo levantadas contra sua imagem, uma vez que teria a verdade a seu lado. Esta relação começou a ser utilizada pelo grupo de marketing responsável pela campanha à reeleição da candidata em 2014. Um jingle intitulado “*Dilma, Coração Valente*” foi formulado pela equipe de marketing da campanha à reeleição e apresentado durante a convenção do PT que lançou Dilma Rousseff como candidata à reeleição para presidência da República em junho de 2014. O jingle foi criado em ritmo de xote, fazendo referências ao passado de luta da presidente, além de citar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como parte da sua gestão. Mencionando uma mulher forte e de mãos limpas, com passado de glórias e lutas, que superou torturas físicas e outros tipos de medos impostos pela ditadura militar, mulher que merece continuar no poder e de quem o país precisa, o jingle fez bastante sucesso entre os eleitores durante o período de campanha. A nomeação “Coração Valente” foi incorporada pela presidente em seus discursos a partir deste período forte de marketing de campanha quando o jingle foi repetido milhares de vezes pelo

Brasil a fora, mas citado claramente em sua fala apenas após a vitória na eleição, mais precisamente na posse de seu segundo mandato. Nessa pesquisa, examinaremos o quanto a incorporação dessa nomenclatura “Coração Valente” se utilizou do arquivo do período do governo militar para se formular e ser utilizada tão largamente pela equipe de marketing da candidata, seus apoiadores e defensores da continuidade de seu mandato na Presidência da República, desde o período da campanha à reeleição até sua posse e posterior “luta” para permanecer no poder, situações que coincidem com nosso período e foco de análise ao longo dos anos de 2014 e 2015.

Pesquisaremos também as possíveis regularidades do escândalo político que estariam presentes no período de investigações da operação “Lava Jato” envolvendo a presidente Dilma Rousseff, entre elas a participação midiática na propagação do escândalo, a corrupção como escândalo político consagrado e suas especificidades e a luta constante pelo poder no campo político. Sobre esta questão do escândalo, é preciso esclarecer neste trabalho que o fator desencadeador do aceite do pedido de impeachment de Dilma Rousseff não tem vinculação com a “Lava Jato”, a presidente não recebeu nenhuma acusação formal de participação ativa ou outro tipo de envolvimento nos desvios acontecidos com a Petrobras. A acusação que gerou a abertura do pedido de impeachment foi a de improbidade administrativa, as famosas “pedaladas fiscais” que são a “maquiagem” das contas públicas por meio de operações fiscais irregulares. No entanto, grande parcela da população brasileira acabou associando o processo de impeachment com as investigações da “Lava Jato”, associando a corrupção investigada nesse caso com a figura da presidente, isso muito em face da participação midiática e de partidos da oposição na propagação do escândalo como forma de desestabilizar o governo de Dilma Rousseff, relacionando ela e a sua equipe de governo aos crimes apurados pela operação, ações estas que tiveram bastante êxito na desmoralização e enfraquecimento do então governo.

A definição de nosso corpus de pesquisa se deu após a leitura e análise de todos os pronunciamentos e entrevistas concedidos pela presidente durante o período de março de 2014, quando foi intensificada e se iniciaram as fases das prisões pela operação “Lava Jato”, a início de dezembro de 2015, momento em que, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB- RJ), acolheu o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff protocolado pela oposição. Este acolhimento culminou com a deflagração do processo de impeachment com as acusações de ter, a presidente, cometido crime de responsabilidade ao, supostamente, ter maquiado as contas públicas por meio de operações fiscais irregulares. E como já mencionado antes, mesmo o aceite não tendo referência com

nenhum crime investigado pela “Lava Jato”, inflamou-se nessa fase, com a participação midiática, por parte da oposição, as acusações ou referências da participação ativa da presidente Dilma, do ex-presidente Lula e da cúpula do PT com os desvios da Petrobras. Com todos estes fatores envolvidos, delimitamos nosso período de análise com a identificação e seleção dos pronunciamentos e entrevistas a serem examinados. Essa seleção não foi aleatória, buscamos entre os arquivos de fala os momentos em que o *ethos* de resistência, coragem e defesa do processo de eleição democrático mais apareceram, além das evocações a elementos de uma memória dos momentos presenciados e vividos pela presidente durante o Governo Militar e sua recorrência a um arquivo discursivo geral sobre este período histórico. Orientamos assim nosso recorte e chegamos à delimitação do nosso corpus de análise, o qual é composto por sequências discursivas de 16 pronunciamentos e 06 entrevistas oficiais concedidos pela presidente nesse período. Assim, nosso recorte de estudo foi guiado previamente pela questão de análise do trabalho e o próprio processo de seleção do corpus já se constituiu em um início da análise.

Sobre a delimitação de nosso período analítico, podemos considerar a importância de dois elementos fundamentais, o primeiro é que este estudo pode ser considerado uma etapa inicial de análise discursiva de um momento histórico de grande movimentação democrática no Brasil iniciado com a Posse do segundo mandato pela presidente Dilma Rousseff até a sua “queda” com o primeiro processo de impeachment que seguiu todas as etapas ou trâmites obrigatórios, com os julgamentos e votações. Em verdade o único processo de impeachment real vivido no Brasil em todas as suas fases, uma vez que isso não ocorreu com o presidente Fernando Collor de Mello, pois ele renunciou ainda no início do processo em dezembro de 1992. Nosso estudo vai envolver o primeiro momento que vai da posse até o aceite do pedido de abertura do impeachment, análise que vai contribuir para o entendimento da fase seguinte com a concretização do impeachment. O segundo elemento é que, além de ser necessária esta base inicial de análise dos fatos que culminaram no impeachment, não poderíamos analisar o desenrolar do processo uma vez que os fatos aconteceram e se efetivaram durante a execução de nossa fase conclusiva de análise e seria inviável analisar os fatos enquanto ainda estavam acontecendo. Assim, este trabalho poderá servir como uma base inicial para a empreitada de análise desta segunda fase política tão importante e marcante na história do país que foi a concretização do impeachment e a sequência de desdobramentos e manifestações gerados por ele. Inscrevemo-nos, com este trabalho, nas perspectivas e pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de filiação francesa, como a disseminada e empregada no Brasil.

1.1 COMPOSIÇÃO DO CORPUS DISCURSIVO

Para compor nosso corpus de análise, pesquisamos, nos arquivos do *site* do Palácio do Planalto, as divulgações da Secretaria de Imprensa da Presidência da República, entre estas divulgações, todas as entrevistas e pronunciamentos oficiais da presidente Dilma Rousseff durante o nosso período de análise, de março de 2014 a dezembro de 2015, momento em que aconteceram as fases mais ativas da operação “Lava Jato”. Ao iniciar uma análise de corpus é preciso ter em mente a necessidade de a teoria reger a relação entre o analista e o seu objeto de análise, bem como, os sentidos e as interpretações possíveis desse processo. Como nos explica Orlandi, e já citado anteriormente, o processo de seleção do corpus já compreende uma parte da análise a que nos propomos: “a análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do corpus e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza.” (ORLANDI, 2002, p. 64).

Desta forma todos os pronunciamentos e entrevistas do período foram lidos e examinados duas vezes antes da definição final do corpus. Na primeira leitura, buscamos regularidades possíveis de serem analisadas e, na segunda leitura, após a identificação das seguintes regularidades discursivas: a) o arquivo discursivo da ditadura militar; b) a defesa do *ethos* de resistência; c) a autodenominação “Coração Valente” pela presidente em suas falas oficiais, selecionamos as sequências discursivas a serem analisadas em nosso trabalho. Nesta etapa, precisamos observar como nos orienta Orlandi, que “a análise de discurso não visa à exaustividade 'horizontal', isto é, em extensão, nem à completude, ou à exaustividade em relação ao objeto empírico, material” (ORLANDI, 1989, p. 32). Partindo dessa premissa, determinamos o número de sequências discursivas a serem analisadas de acordo com o domínio discursivo, chegando assim a um recorte discursivo composto por vinte e duas sequências discursivas. Não nos orientamos pela vontade de atingir a completude, nem pela ilusão de exaustividade, procuramos sim, oferecer uma amostra representativa para cada questão que será analisada. Assim, após esta leitura e análise, selecionamos sequências discursivas de 22 arquivos de fala, sendo 06 entrevistas e 16 pronunciamentos concedidos pela presidente nessa fase, para compor nosso corpus analítico.

Entrevista nº 1-16-03-2015 - Entrevista coletiva concedida pela presidenta da República, Dilma Rousseff, após cerimônia de sanção do Código de Processo Civil - Brasília/DF;

Entrevista nº 2- 07-04-2015 - Entrevista exclusiva concedida pela presidenta da República, Dilma Rousseff, à CNN - Brasília/DF;

Entrevista nº 3- 24-05-2015 - Entrevista exclusiva concedida pela presidenta da República, Dilma Rousseff, ao jornal La Jornada - Brasília/DF

Entrevista nº 4- 13-06-2015 - Entrevista exclusiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, ao Programa do Jô - Palácio da Alvorada/DF

Entrevista nº 5- 29-06-2015- Entrevista coletiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, após encerramento do Encontro Empresarial sobre Oportunidades de Investimento em Infraestrutura no Brasil - Nova Iorque/EUA

Entrevista nº 6- 14-10-2015- Entrevista concedida pela presidenta da República, Dilma Rousseff, à EPTV, afiliada da TV Globo – Piracicaba/SP;

Discurso nº 1- 31-03-2014 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante assinatura do contrato para construção da ponte sobre o rio Guaíba - Brasília/DF;

Discurso nº 2- 14-04-2014 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia alusiva à viagem inaugural do navio Dragão do Mar e batismo do navio Henrique Dias no Estaleiro Atlântico Sul - Ipojuca/PE;

Discurso nº 3- 30-04-2014- Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff em cadeia de rádio e televisão, sobre o Dia do Trabalho;

Discurso nº 4- 13-06-2014- Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de inauguração da 1ª etapa do BRT Expresso DF Eixo Sul - Trecho entre Santa Maria, Gama e Rodoviária do Plano Piloto - Brasília/DF;

Discurso nº 5- 25-07-2014- Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na posse dos membros do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - Brasília/DF;

Discurso nº 6- 24-09-2014-Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate de Alto Nível da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU);

Discurso nº 7- 10-12-2014-Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade - Brasília/DF;

Discurso nº 8- 01-01-2015- Discurso de Posse do Segundo Mandato. Brasília\DF;

Discurso nº 9- 27-01-2015- Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante abertura da Reunião Ministerial - Granja do Torto.

Discurso nº 10- 18-03-2015- Discurso de Lançamento do Pacote Anticorrupção. Brasília\DF;

Discurso nº 11- 25-06-2015- Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a abertura do Dia Internacional da Academia das Artes e Ciências Televisivas - Rio de Janeiro/RJ;

Discurso nº 12- 13-08-2015- Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Diálogo com Movimentos Sociais Brasileiros - Brasília/DF;

Discurso nº 13 - 07-08-2015- Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de entrega de 747 unidades habitacionais dos Residenciais Pérola VI e VII e Ajuricaba, do Programa Minha Casa Minha Vida - Boa Vista/RR;

Discurso nº 14- 28-09-2015-Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Abertura da 70ª Assembleia-Geral das Nações Unidas - Nova Iorque/EUA;

Discurso nº 15-13-10-2015 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de abertura do 12º Congresso Nacional da CUT - São Paulo/SP;

Discurso nº 16- 14-10-2015- Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante o I Congresso Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores- MPA - São Bernardo do Campo/SP;

Após a especificação do corpus discursivo e antes de partirmos para um entendimento mais aprofundado a respeito dos conceitos que serão usados como base no texto, como arquivo e *ethos* discursivo, faremos a seguir uma breve análise sobre o poder que a mídia exerce quando consideramos o campo político, além de especificar as possíveis regularidades que ocorrem em um escândalo político e que são possíveis de analisar na “Lava Jato”. Além destas especificações, efetuaremos uma breve contextualização da operação “Lava Jato”, desde a sua fase de intensificação em março de 2014, até o final de nosso período analítico em dezembro de 2015.

1.2 AS ESPECIFICIDADES DO ESCÂNDALO POLÍTICO E O PODER MIDIÁTICO

O discurso midiático está presente de forma extensiva em nossas vidas, no entanto, não o percebemos com clareza pela maneira como estamos imersos a ele. Apenas, quando paramos para refletir, verificamos o quanto o impacto da mídia é perceptível em todas as esferas de nossa vida cotidiana (MIGUEL, 2004). Atualmente, convivemos com um bombardeio de informações dos mais variados tipos e assuntos através da mídia, dos meios de comunicação de massa. Estes meios modificaram a quantidade e a qualidade das informações, atingindo a sociedade moderna com um número gigantesco de informações, de situações e de imagens. Eles possuem, desta forma, o poder de intervir na constituição do sujeito, de instituir valores de verdade, de produzir sentidos com efeitos de verdade fazendo com que os telespectadores as recebam como partes indiscutíveis e imediatas do real.

O grande crescimento da mídia, mais precisamente do rádio, televisão, imprensa e surgimento das redes sociais, no século XX, tornou possível este grande poder de intervir na constituição do sujeito como comentado acima, mas, muito além disso, tornou-se parte

essencial na vida das sociedades modernas. A representação da realidade e a imagem começaram a ter certo valor de verdade em si e passamos a presenciar e viver a era do “o que não é visto não é lembrado”, ou seja, para existir ou ter valor, as situações precisam ser midiáticas, como se para existir vida, precisasse existir sua representação. O acesso às redes sociais, mais facilitado a cada dia, ajudou bastante nessa ampliação da sociedade do “espetáculo” em que vivemos, onde a felicidade e as realizações cotidianas só existem se forem postadas na internet. No entanto, já se falava nessa sociedade movida pela imagem e representação da realidade nos anos 1960, quando Guy Debord lançou a obra “Sociedade do espetáculo”, a qual já comentava sobre a espetacularização midiática mesmo antes das redes sociais.

E sem dúvida o nosso tempo... prefere à imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser... Ele considera que a ilusão é sagrada, e a verdade profana. E mais: a seus olhos o sagrado aumenta à medida que a verdade decresce e a ilusão cresce, a tal ponto que, para ele, o cúmulo da ilusão fica sendo o cúmulo do sagrado. (DEBORD, 1997, p. 13).

Debord relaciona esta espetacularização crescente à dominação da economia sobre a vida social, ao consumo como fator fundamental para o crescimento e evolução das grandes cidades. Possuir “coisas” tornou-se essencial nessa sociedade moderna, o “ter” tomou o lugar do “ser” e o consumo de imagens foi se ampliando a cada dia mais. Depois o autor nos traz outra revelação essencial para analisarmos nossa sociedade atual: “A fase atual, em que a vida social está totalmente tomada pelos resultados acumulados da economia, leva a um deslizamento generalizado do *ter* para o *parecer*, do qual todo “ter” efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última.” (DEBORD, 1997, p. 18).

O autor salienta, desta forma, que ter sem mostrar que tem, sem representar aos demais, não possui o mesmo valor na sociedade imagética e espetacular em que vivemos. Assim, quando aliamos esta necessidade de espetáculo da grande “massa” que utiliza as mídias, com a avalanche de informações e situações que a mesma nos traz diariamente, dentro de nossas casas, vemos surgir os escândalos, situações envolvendo figuras públicas, artistas, líderes e, como acompanhamos extensivamente nos últimos tempos, os políticos. Essa força crescente da imagética se relaciona muito com a importância do *ethos*, com o aumento da importância desta representação de si nas relações humanas, principalmente pelas figuras públicas como os políticos.

A mídia, com este sedutor poder de alcançar grandes massas muito rapidamente e de criar juízos de verdade ou “valor”, em tempo real, atrai largamente algumas figuras que

necessitam do público para existir, como é o caso dos políticos, que precisam atingir o maior número de pessoas possível. No entanto, esta visibilidade midiática, que é positiva em muitos momentos, pode trazer um lado bastante negativo, pois tem o poder de apresentar os candidatos políticos tanto de uma maneira positiva como de uma maneira negativa. Qualquer deslize ou situação mal entendida pode se tornar uma catástrofe para a imagem de um político. Surgem assim os “escândalos” políticos, que são teorizados por Thompson em sua obra “O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia.”

Apesar de ter uma longa história, o termo *escândalo* adquiriu, a partir do século XIX, algumas características específicas. Ele passa a significar a revelação, através da mídia, de alguma ação ou atividade que estava antes oculta, mas que implicava violação de certos valores e normas. A revelação e condenação de tais atividades não se constituem apenas em comentários retrospectivos do fato, mas passam a ser parte constitutiva do próprio escândalo; a mídia cria, por assim dizer, um novo fato e não fosse a participação específica e consciente da mídia, tal acontecimento não passaria a existir. Surge assim a emergência de um fenômeno novo e distinto, o escândalo como um *evento midiático*. (THOMPSON, 2002, p. 13).

A grande quantidade de veículos midiáticos que surgem a cada dia e que não envolvem mais apenas meios televisivos, ou impressos como jornais e revistas, mas têm em seu apogeu as mídias da internet, as redes sociais, com alto poder de propagação de informações e alcance, auxiliam muito no surgimento, entre outros, de novos escândalos políticos todos os dias. Aliada a isso, há a busca cada vez maior por audiência destes canais midiáticos, uma vez que o escândalo, por suas características de espetáculo atribuídas pelo grande público, chama muita atenção e faz os índices de audiência subirem enormemente.

Se analisarmos historicamente, várias são as formas de escândalos envolvendo figuras políticas, Thompson os enumera como escândalos sexuais, financeiros e de poder. O mais relacionado e conhecido é o escândalo de poder, mas todos ferem de alguma forma a imagem e reputação dos envolvidos. O autor define escândalo político como sendo “lutas pelo poder simbólico, em que reputação e confiança estão em jogo.” (THOMPSON, 2002, p.13). Assim, não é difícil perceber que o poder simbólico na área política conta muito mais do que poder financeiro, uma vez que, estabelecer relações de confiança e credibilidade com os eleitores é fundamental para qualquer candidato político. Tudo isso torna evidente o quanto o escândalo torna-se uma arma forte para os opositores, na busca de desestabilizar qualquer figura pública, principalmente os políticos.

E quando pensamos em escândalo como uma forma de luta pelo poder, não podemos deixar de pensar no poder relacionado com o saber nos estudos de Michel Foucault, um dos maiores teóricos do tema. Para o autor, são as lutas nas relações de poder que geram o

conhecimento em cada fase histórica, assim, toda forma de controle sobre o outro é uma forma de poder. Como o poder midiático que dissemina e utiliza os escândalos como armas para legitimar ou arruinar qualquer carreira política, o poder está relacionado com o que é considerado verdade em cada época:

[...] estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder. (FOUCAULT, 1984, p. 101).

Escândalos sexuais, financeiros, de poder, ou quaisquer outros que envolvam figuras políticas ou públicas em geral, têm em comum o ataque ou não cumprimento de normas sociais estabilizadas, códigos morais defendidos e vividos pela sociedade, ou seja, verdades que devem ser seguidas em determinada época. “O aspecto mais óbvio do escândalo é que ele implica ações ou acontecimentos que transgridem, ou contradizem determinados valores, normas ou códigos morais.” (THOMPSON, 2002, p. 40). O que vai determinar a profundidade e os estragos causados pelo escândalo são os tipos de valores e códigos morais predominantes em cada contexto cultural, o que é chocante e inadmissível em um lugar, pode não chamar tanto a atenção em outro. Inclusive a presença e a força da Igreja em cada cultura podem determinar o alcance e a gravidade de qualquer tipo de escândalo. Países onde a Igreja tem forte participação junto ao Estado tendem a não perdoar escândalos que ferem as instituições mais defendidas por ela, como a família ou a moral e os bons costumes, sendo assim, casos como de adultério ou abusos sexuais, não são facilmente “perdoados” pela opinião pública.

Existem diversos canais midiáticos que visam exclusivamente fontes variadas de escândalos públicos, com o intuito de atingir audiência e se tornarem conhecidos do público, assim, tornam-se verdadeiros “caçadores” de deslizos de toda e qualquer figura pública, especialmente políticos. Qualquer pequeno deslize pode configurar alguma notícia ou mesmo grandes coberturas por algumas mídias mais sensacionalistas. Buscam a todo custo chamar a atenção e obter alguma reação do grande público, da massa de expectadores que as acompanham. Entra aí mais uma característica do escândalo, para existir não basta que seja noticiado ou tornado público, mas sim, que suscite alguma reação no grande público, algum “choque” que cause indignação e resposta por parte da população.

A transgressão que se tornou conhecida de outros, mas não provocou resposta por parte deles não dará origem a um escândalo, pois o escândalo é moldado tanto pela resposta dos outros como pelo próprio ato de transgressão. Se não houver não-participantes suficientemente interessados em, ou preocupados com a transgressão, para expressarem sua inquietação a outros, então um escândalo não aparecerá. (THOMPSON, 2002, p. 47).

Quanto mais pessoas ultrajadas e indignadas com a situação de transgressão divulgada pela mídia, quanto maior o número de respostas, campanhas ou manifestações contrárias ao ato do transgressor maior se configurará o escândalo. Nesse caso, maiores serão os danos à reputação e a desestabilização da confiança depositada na figura pública praticante do ato moralmente ilícito. Muitas figuras políticas respeitadas e em crescimento dentro da carreira política foram totalmente arruinadas em função de deslizes que, divulgados e ganhando grandes proporções de detalhes pela mídia, se transformaram em grandes escândalos geradores de insatisfação e reação popular.

Na área política, esta intensa busca pelo poder de aceitação, conquista e confiabilidade dos eleitores, que garantem ao candidato os votos necessários e a possibilidade de crescer e se manter nesse cenário, levam a utilização de diversas armas para desestabilizar ou enfraquecer o adversário. Atualmente, entre as armas preferidas estão os escândalos, qualquer deslize pode se tornar um verdadeiro “evento midiático” e mexer com a atenção de uma numerosa parcela da população que acompanha diariamente estes meios de informação, gerando a desaprovação pública daquele candidato ou figura política, por mais renomado que seja. Assim, a mídia tem o poder de envolver e comover a população, de gerar grandes movimentos e mobilizações populares, como acontece atualmente no Brasil.

Quando analisamos a maneira como foram divulgadas todas as fases de investigações da operação “Lava Jato”, a grande ênfase dada pela maior parte dos segmentos midiáticos, principalmente televisão, jornais e redes sociais, é impossível não identificar o forte poder que estes meios exercem sobre a população, que geralmente não analisa ou identifica possíveis interesses envolvidos, apenas absorve todos os acontecimentos noticiados como verdades. Toda a operação foi amplamente divulgada desde o momento em que começaram as prisões, sendo acompanhada pelos brasileiros diariamente. As características de espetáculo do escândalo tomaram proporções tão amplas que agentes da polícia federal, em função do grande número de vezes que apareceram na televisão, tornaram-se conhecidos chegando a ser nominados como heróis pela grande massa da população, converteram-se em figuras popularizadas até com máscaras durante o carnaval. Muitas prisões foram televisionadas, sendo anunciadas com antecedência aos meios de imprensa para garantir grande

movimentação, acompanhamento e divulgação. Toda esta espetacularização culminou em uma grande movimentação popular, com uma expressiva massa da sociedade indo às ruas em manifestações contrárias ao sistema político brasileiro.

1.2.1 A Operação “Lava Jato” e as Regularidades do Escândalo Político

Várias formas de transgressão de valores morais podem dar origem a escândalos, se ficarem conhecidas pelo público e causarem algum tipo de revolta e resposta, como já comentamos antes. Muito provavelmente, estes deslizes sempre aconteceram, mas com o advento da mídia cada vez mais presente e atingindo um número cada vez maior de pessoas, eles se tornaram cada dia mais conhecidos e passíveis de gerarem grandes escândalos. Se analisarmos historicamente, entre os escândalos mais comentados, conhecidos ou marcantes, teremos os escândalos sexuais, com casos de adultério, prostituição e abusos sexuais, além é claro, de grandes casos de corrupção e desvios de valores públicos.

Quando pensamos em nível de Brasil, a corrupção parece surgir como o principal escândalo político possível, chegando a ser considerada por muitos como um fenômeno massivo, quase uma “doença cultural”. Doença essa que atinge não somente o espaço da política, mas todos os setores da sociedade, este “jeitinho brasileiro” de tirar vantagem de tudo é famoso mundialmente. Parece bastante óbvio que casos de corrupção na política sempre existiram, e até tiveram alguma repercussão em momentos passados, no entanto, não tomaram forma de escândalo como acompanhamos hoje com as investigações da “Lava Jato”, pois não tinham grande interesse de espetacularização por parte da mídia, ou simplesmente não vinham “à tona” como apareceram nesta fase em que vivemos. Aliado a isso o fato de que o país viveu um longo período de censura durante a ditadura militar, de 1964 a 1985, fase em que era praticamente impossível que quaisquer denúncias referentes a crimes políticos ou desvios financeiros fossem divulgadas.

Com o grande espaço que a mídia televisiva possui hoje em dia, atingindo uma grande parcela dos brasileiros, e com a diversificação dos canais midiáticos através do avanço das redes sociais, as denúncias de corrupção tornaram-se grandes escândalos políticos, amplamente divulgados e comentados, o que trouxe uma forte resposta e indignação da população e gerou uma onda de manifestações e conflitos, culminando em uma verdadeira crise de instabilidade política no país. Entre os escândalos políticos já registrados no Brasil, a corrupção certamente é o desencadeador mais conhecido, a qual se configura como escândalo

por ferir e violar a códigos de moral e conduta políticos esperados pela população, gerando grande indignação popular.

[...] a noção de corrupção envolve dois elementos-chave: 1) a violação de regras, convenções ou leis referentes ao exercício adequado das obrigações públicas para fins particulares, pecuniários ou de proveito pessoal; e 2) a perversão, ou subversão, de padrões de integridade associados a uma função pública. Esses dois elementos estão interligados à noção de corrupção, de modo que a distinguem de conceitos relacionados a ela e que se sobrepõem parcialmente, como suborno e nepotismo. A prática ou a aceitação de subornos, por exemplo, envolve a troca de favores (muitas vezes financeiros) que têm como objetivo influenciar decisões ou resultados em favor daquele que paga. [...] Caracterizar, contudo, um ato de suborno como uma forma de corrupção é pressupor que a ação envolve um funcionário público e que seu comportamento constitui uma perversão de padrões de integridade [...] (THOMPSON, 2002, p. 56).

Como dito anteriormente, a corrupção precisa ser conhecida, precisa sair do sigilo para se tornar escândalo, como pode ser visto atualmente com a operação “Lava Jato” no Brasil, uma vez que a operação desencadeou uma investigação ampla e aprofundada que vem sendo divulgada diariamente por todos os meios de comunicação. Esta divulgação expressiva pela mídia acabou gerando uma grande crise de insatisfação pública com o sistema político brasileiro, o que demonstra ainda mais o seu alcance no cotidiano das pessoas. Este interesse por parte das mídias por grandes escândalos, como os de corrupção, se ampliou com o surgimento do jornalismo investigativo, que busca transmitir ao público que tem como principal papel o de “guardião do interesse público” (THOMPSON, 2002), ou o papel de responsável em zelar pelos direitos e bem estar da população, camuflando quaisquer interesses “espetaculóides” que possam estar guiando seu trabalho. Em função disso tudo, atingimos atualmente um número grandioso de casos de deslizes de políticos que se tornam públicos e são altamente divulgados pela mídia, aumentando a “bola de neve” de escândalos políticos individuais que vão se somando e ampliando esta crise estrutural política bastante direcionada e guiada por grandes canais midiáticos.

Este amplo alcance das mídias as torna muito importantes para as figuras públicas, como os políticos, uma vez que, sem a exposição midiática é praticamente impossível atingir o público eleitor ou tornar-se conhecido por este público, nenhuma figura se torna conhecida ou atinge grande número de pessoas sem a divulgação midiática. No entanto, esta mesma “arma” tão importante de convencimento e divulgação pode gerar problemas se trazer ao conhecimento coletivo assuntos que não deveriam sair do sigilo em alguns momentos, situações que podem ferir a reputação necessária para o sucesso eleitoral. “A visibilidade midiática foi um presente àqueles que estavam acostumados a usar os meios de comunicação

para moldar sua imagem ou favorecer seus objetivos. Mas sendo que a mídia tornou visíveis inteiras arenas de ação que estavam antes escondidas do olhar [...] a visibilidade midiada transformou-se também em uma armadilha.”(THOMPSON, 2002, p. 70). Sobreviver e saber jogar com estas “armadilhas” pode garantir o sucesso e a manutenção de uma carreira política longe de escândalos e abalos.

Dentro dos escândalos midiáticos podemos identificar algumas regularidades, fatos que são comuns em todos, ou na maioria dos casos mais conhecidos, dentre estes os escândalos políticos. O que os teóricos das ciências políticas consideram uma característica básica e fundamental do escândalo político é uma tentativa de aumentar o próprio poder político, como identificamos novamente em Thompson:

a característica crítica de todo escândalo político não é o grau de proveito pessoal envolvido nem é o mérito normativo dos fins procurados, mas é a presença de qualquer atividade que procure aumentar o poder político às expensas dos processos e procedimentos adequados.(THOMPSON, 2002, p.125).

Existe dentro do campo político uma constante luta por um poder chamado por teóricos como Bourdieu de “poder simbólico”, é aquele poder que não representa recursos financeiros ou coerção, é a reputação, ou o poder de convencimento da massa, através da demonstração de caráter e da construção de um “bom nome”. Transmitir confiança é essencial na carreira política, assim um escândalo pode minar, temporária ou definitivamente, o poder simbólico acumulado por qualquer candidato, “os escândalos políticos se tornam comumente lutas por poder simbólico” (THOMPSON, 2002). A mídia traz em si essa capacidade de acabar com o poder construído durante longo período de tempo em questão de minutos. É graças a ela, ao seu crescimento e alcance cada dia maior, aumentando junto consigo a visibilidade dos líderes políticos, que os escândalos políticos são cada dia mais comuns, e já fazem parte, de certa forma, do cenário político mundial.

Dessa forma o poder está imbricado à temática do escândalo político, no entanto, aliam-se a ele também os escândalos financeiros e sexuais. Ao pensarmos na realidade brasileira, os escândalos políticos pelos quais passamos e estamos passando nos últimos anos, tem um grande envolvimento com questões financeiras, com os grandes desvios de valores públicos pela corrupção. Estes escândalos trazem como característica fundamental o conflito entre as responsabilidades dos funcionários públicos e seus interesses pessoais, geralmente de enriquecimento rápido e ilícito, com o uso dos cargos públicos para ganhos pessoais. Esta é uma premissa básica dos escândalos de corrupção vividos no Brasil, sem a participação de

funcionários públicos e políticos influentes, os desvios ocorridos na Petrobrás certamente não teriam sido possíveis.

Outra característica básica identificada na atual situação brasileira é o amplo poder de influência nos modos de agir e pensar da sociedade brasileira exercido pela mídia, principalmente a televisiva como a Rede Globo, alguns grupos de comunicação como o jornal O Globo, Revistas Veja, Isto É, Carta capital, entre outras e em menor alcance as mídias de internet como as redes sociais. Isso ocorre, pois uma grande parcela da população não identifica os jogos de interesses que existem na maioria das veiculações destes meios midiáticos, uma vez que, “a própria mídia pode ser compreendida como um campo de interação possuindo seu próprio conjunto distintivo de interesses, posições e trajetórias profissionais.” (THOMPSON, 2002, p. 134) Existe, muito fortemente ainda, a ilusão da imparcialidade destes meios midiáticos por grande parte da população, que acredita na atenção exclusiva aos fatos e notícias e desconhece o posicionamento político ou econômico destes grupos midiáticos, o que aumenta muito o poder de convencimento que estes meios têm sobre a “massa” de eleitores e cidadãos.

Quando pensamos nos escândalos políticos e suas regularidades, como o poder de disseminação e participação da mídia, além da luta pelo poder de confiabilidade e reputação, percebemos o quanto ela tem poder em si, poder de consolidar ou destruir qualquer figura pública, sendo político ou não.

Poder simbólico, argumentei anteriormente, é uma das formas de poder: ele se refere à capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e modelar, bem como a capacidade de influenciar as ações e crenças de outros, através da produção e transmissão de formas simbólicas. O exercício do poder simbólico depende de recursos de vários tipos, incluindo o que chamei de capital simbólico. Reputação é um aspecto do capital simbólico [...] Quanto mais alta a apreciação e maior o conjunto de indivíduos que a sustentam, tanto mais alta a reputação de alguém (THOMPSON, 2002, p. 296)

O poder simbólico está profundamente relacionado a todas as circunstâncias de escândalos políticos, principalmente quando se misturam escândalos de ordem política e econômica, como é o caso dos crimes de corrupção investigados no Brasil. E certamente a forma de poder mais visada é o poder simbólico, que garante a conquista da confiança do público e traz consigo condições de moldar a forma de pensar e a opinião das grandes massas de eleitores do país. A maneira mais eficaz de atingir ou “derrubar” qualquer rival político é atacar o seu poder simbólico, por isso, presenciamos nessa fase de investigações e reviravoltas constantes com a operação “Lava Jato”, por parte de grande número de políticos, a busca, não

apenas de livramento das investigações e possíveis “respingos” ao nome, mas principalmente de “empurrar” o nome dos adversários, na luta pelo poder, direto para a “lama” das acusações e envolvimento no escândalo, uma forma muito eficiente de ataque e enfraquecimento dos opositores.

Grande estudioso das questões que envolvem o poder, assim como o saber, Foucault não pensa no poder como algo separado ou estático que estaria presente em algum lugar específico, o filósofo traz a noção de relações de poder, onde o poder está relacionado com o que é “verdade” em cada período histórico, e nessa era de “espetacularização midiática”, o parecer ético ou confiável traz em si o poder de convencimento da massa de eleitores, o poder de verdade:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.(FOUCAULT, 1984, p. 10).

Podemos perceber a partir destas definições a constante relação de poder que acontece em todas as interações humanas, com o jogo de forças presente em todos os atos de comunicação, está em todas as formas, em todos os lugares, para o autor quanto mais disfarçado for o poder, mais forte ele se torna. Assim, quando analisamos o campo político e sua necessidade de persuadir e convencer os eleitores, nessa era em que a imagem midiática tem este “poder de verdade”, ou seja, condições de determinar o que pode ser considerado verdade naquele período é perceptível o quanto o poder é um aliado na carreira de qualquer político.

Antes de entrarmos em nossa fase analítica propriamente dita, ou de análise dos conceitos que utilizaremos nela, faz-se necessária a construção de uma breve cronologia da operação “Lava Jato” durante nossa fase de análise, anos 2014 e 2015. Para organizar esta cronologia, especificar como funcionava o esquema e o papel dos principais envolvidos recorreremos às notícias e informações divulgadas por alguns veículos da imprensa nacional durante estas fases iniciais e, em função desse envolvimento, torna-se necessário comentar, mesmo que sucintamente, sobre o imaginário popular de isenção de posicionamento da imprensa em geral ao divulgar suas notícias.

Existe no imaginário de senso comum a noção de que a imprensa, mais precisamente o jornalismo, transmite as informações de maneira cristalizada, neutra e imparcial, esta concepção existe desde que ela se consolidou como um discurso institucional, dotado de objetivos, propósitos e interesses definidos culturalmente. “Assim, sobre as instituições recai uma forte carga do controle social: elas servem para modelar as práticas sociais existentes, embora, como o próprio autor citado (Merton, 1970) reconheça esta imposição nunca se realize de forma absoluta.” (MARIANI, 1999, p. 02). Como analisado por Bethania Mariani em seu artigo “Discurso e instituição: imprensa”, desde seu surgimento, a imprensa sofreu um forte controle e repressão social, ou como podemos nominar, censura. Primeiramente pela Igreja, que limitava a divulgação ou veiculação de informações somente ao que não ferisse os preceitos da moral e bons costumes, e em seguida pelas cortes do século XVI, nos primórdios da imprensa, cortes que patrocinavam muitos destes primeiros impressos, assim, nada que pudesse manchar o seu poder deveria ser divulgado.

O investimento político do poder religioso foi instituir a censura, controlando tudo que viesse a ser impresso nas tipografias, evitando, assim, a publicação de livros sem licença prévia: ficava proibido tudo que atentasse contra os bons costumes e a fé. Uma obra qualquer, para ser impressa, deveria ser submetida ao julgamento prévio dos tribunais censórios, sempre de acordo com o Rei e com a vontade da Igreja. (MARIANI, 1999, p. 8).

Deste modo, desde os primórdios, cabia à imprensa apenas noticiar os fatos, comunicar as informações, sem dar opiniões. A “imparcialidade” ao informar as notícias ou “ilusão de imparcialidade” acompanha o jornalismo desde o seu nascimento, em função desta censura inicial. Ficou relegado à imprensa, com o passar dos anos, “o poder de poder dizer algo- entendido como comunicar, informar, mas não opinar [...] as leis de imprensa passam a prescrever o que pode e o que não pode ser dito [...] opinar ou externar ideias contrárias aos interesses dominantes pertence ao campo do não pode ser dito” (MARIANI, 1999, p. 08).

Esta ideia de que a imprensa se atém aos fatos sem tomar partidos, ou opinar sobre as informações, impera ainda hoje sobre o imaginário da grande maioria das pessoas, que assimila as informações obtidas pelos variados meios de imprensa, como verdades absolutas e livres de quaisquer direcionamentos. Foi necessário esclarecer estes fatos antes de partirmos para esta construção de uma contextualização das primeiras fases da Lava Jato, uma vez que utilizaremos como fonte destas seções de contextualização canais de imprensa bastante conhecidos no país, como o site do Ministério Público Federal, do Jornal A Folha de São Paulo, Jornal O Globo, além do site Uol Notícias. Estes canais foram escolhidos sem maiores

pretensões, simplesmente por terem dado grande atenção aos fatos e uma cobertura mais intensa sobre o desenrolar dos acontecimentos, não tivemos outra intenção específica nessa seleção. Utilizamos órgãos de imprensa particulares e públicos, como é o caso do site do Ministério Público. Dentre estas fontes, para termos uma noção da ênfase dada às notícias sobre a Lava Jato, o Site do Ministério Público criou uma página só com esclarecimentos sobre a Operação intitulada “A Lava Jato em Números”, durante este período.

1.3 A CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESCÂNDALO E AS PRIMEIRAS FASES DA OPERAÇÃO “LAVA JATO”

Todas as informações utilizadas nestas seções de contextualização foram retiradas das fontes já comentadas na seção anterior, site do Ministério Público Federal, do Jornal A Folha de São Paulo, Jornal O Globo, além do site Uol Notícias. Algumas situações podem ser trazidas de forma cristalizada e tendenciosa, apesar de nosso parafraseamento constante, no entanto, estes fatos não atrapalharão o pretendido nessa seção, que é rememorar os fatos fundamentais ocorridos nesses dois anos que serão nosso enfoque de análise, sem determinar juízo de verdade ou valor ao que foi publicado pelas mídias.

A operação “Lava Jato” pode ser considerada uma das maiores investigações sobre escândalos de corrupção já realizadas no Brasil, certamente não é o maior escândalo de corrupção brasileiro, mas o que vem sendo investigado mais amplamente pela Polícia Federal e que tem maior repercussão midiática. “O nome da operação, ‘Lava Jato’, decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas que foi investigada inicialmente. E mesmo tendo a investigação avançado para outras organizações criminosas, o nome inicial se consagrou e foi mantido.” (BRASIL, 2015). O esquema investigado movimentou bilhões em desvios da maior estatal brasileira, a Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.), uma das maiores produtoras no segmento de energia, especialmente nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo, gás natural e seus derivados no mundo (PETROBRÁS, 2015).

As investigações iniciaram em 2009 encabeçadas pela Polícia Federal e Ministério Público brasileiro e se intensificaram em março de 2014, quando ocorreram as primeiras prisões. Esta fase da operação teve início com a investigação de uma rede de doleiros que atuava em vários estados brasileiros. A Justiça Federal de Curitiba investigou e processou quatro organizações criminosas lideradas por doleiros, que são operadores do mercado

paralelo de câmbio. Depois, o Ministério Público Federal recolheu provas de um esquema de corrupção envolvendo a Petrobras. (FOLHA, 2014). Nesse esquema, que dura pelo menos dez anos, grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina para altos executivos da estatal e outros agentes públicos. “O valor da propina variava de 1% a 5% do montante total de contratos bilionários superfaturados. Esse suborno era distribuído por meio de operadores financeiros do esquema, incluindo doleiros investigados na primeira etapa.” (BRASIL, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2015).

Uma das primeiras prisões foi a do doleiro Alberto Youssef, alguns dias depois houve a prisão de Paulo Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento da Petrobras. O executivo era investigado pelo Ministério Público Federal por supostas irregularidades na compra da refinaria de Pasadena, no Texas, em 2006, pela Petrobras. Ele passou a ser investigado pela Polícia Federal após ganhar, em março de 2013, um carro de luxo de Youssef. Após as prisões, uma série de vínculos entre o doleiro, o ex-diretor da Petrobras, várias empreiteiras e políticos foi investigada. Nessa fase, Paulo Robert Costa e Alberto Youssef assinaram com o Ministério Público Federal acordos de delação premiada, quando passaram a contar e explicar detalhes do esquema, para receber, como uma contrapartida, diminuição de suas penas na prisão (FOLHA, 2014).

1.3.1 Funcionamento do esquema: os papéis dos envolvidos

Para empreender a nossa análise discursiva é necessário, inicialmente, entender um pouco melhor o nosso período de análise, o funcionamento e os envolvidos no esquema de corrupção que culminou na operação “Lava Jato”. Buscamos estas informações, assim como na parte introdutória desta seção, em alguns sites como o do Ministério Público Federal, que tem um histórico amplo das investigações desde o seu início, e do Jornal Folha de São Paulo, que publicou diversas notícias a respeito do assunto e dos envolvidos que foram sendo presos ou simplesmente investigados. Através das informações coletadas nos sites, conseguimos explicar abaixo, resumidamente, como o esquema funcionava, quem eram os principais envolvidos e quais eram os seus papéis nas ações do grupo.

Envolvendo vasto número de pessoas, entre funcionários da Petrobras, empreiteiras, políticos e doleiros, o esquema se mostrou bastante complexo, mas, ao mesmo tempo, organizado (utilizando as palavras do próprio site do Ministério Público). Em um cenário normal, empreiteiras concorreriam entre si, em licitações, para conseguir os contratos da Petrobras, e a estatal contrataria a empresa que aceitasse fazer a obra pelo menor preço.

Assim, as empreiteiras se organizavam em um “clube” e a concorrência era apenas um “faz de conta”, os preços oferecidos à Petrobras eram calculados e ajustados em reuniões secretas, momento em que definiam quem ganharia o contrato e qual seria o preço, que era superfaturado em benefício privado e em prejuízo dos cofres da estatal. “O cartel tinha até um regulamento, que simulava regras de um campeonato de futebol, para definir como as obras seriam distribuídas. Para disfarçar o crime, o registro escrito da distribuição de obras era feito, por vezes, como se fosse a distribuição de prêmios de um bingo.” (BRASIL, 2015).

Assim, entravam no esquema alguns funcionários da Petrobras, uma vez que as empresas precisavam garantir que apenas aquelas do cartel fossem convidadas para as licitações. Os funcionários, além de se omitir em relação ao cartel, do qual tinham conhecimento, ainda o facilitavam, reduzindo os convidados e incluindo a ganhadora entre as participantes, em um jogo de cartas marcadas. “Segundo levantamentos da Petrobras, eram feitas negociações diretas injustificadas, celebravam-se aditivos desnecessários e com preços excessivos, aceleravam-se contratações com supressão de etapas relevantes e vazavam informações sigilosas, dentre outras irregularidades.” (BRASIL, 2015).

Os pagamentos aconteciam com auxílio de operadores financeiros ou intermediários que eram responsáveis especialmente por entregar o suborno disfarçado de dinheiro justo e limpo aos devidos beneficiários. Primeiramente, o dinheiro saía das empreiteiras e ia até o operador financeiro. “Isso acontecia em espécie, por movimentação no exterior e por meio de contratos simulados com empresas de fachada. Num segundo momento, o dinheiro ia do operador financeiro até o beneficiário em espécie, por transferência no exterior ou mediante pagamento de bens.” (BRASIL, 2015).

O esquema envolveu ainda em seu funcionamento 55 pessoas que integram ou estão relacionadas aos partidos políticos responsáveis por indicar e manter os diretores da Petrobras. Elas foram citadas em delações premiadas feitas na 1ª instância por desígnio e solicitação do Procurador-Geral. As investigações realizadas pela primeira instância dos agentes políticos acontecem da seguinte forma: são investigados por improbidade, na área cível, e aqueles que não têm foro privilegiado em função do cargo na área criminal.

A participação e a repartição política ficaram mais evidentes em relação a algumas diretorias específicas da estatal, como a de Abastecimento, ocupada por Paulo Roberto Costa entre 2004 e 2012, que foi indicado ao cargo pelo PP, com apoio do PMDB; a diretoria de Serviços, ocupada por Renato Duque entre 2003 e 2012, que foi indicação do PT; a diretoria Internacional, ocupada por Nestor Cerveró entre 2003 e 2008, que também foi indicação do PMDB. De acordo com Procuradoria Geral da República, esses grupos políticos agiam

criminosamente, com uma associação estável, “com comunhão de esforços e unidade de desígnios para praticar diversos crimes, dentre os quais corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Fernando Baiano e João Vacari Neto atuavam no esquema criminoso como operadores financeiros, em nome de integrantes do PMDB e do PT” (BRASIL, 2015).

1.3.2 As primeiras fases da operação “Lava Jato” e a instabilidade política no Brasil

Depois de entender um pouco melhor como funcionava o esquema de corrupção faz-se necessário organizar um breve histórico das primeiras fases da operação “Lava Jato”. Durante nosso período analítico, março de 2014 a dezembro de 2015, foram deflagradas 21 fases da operação “Lava Jato” pela Polícia Federal. O histórico destas fases está descrito detalhadamente em sites como Uol Notícias, Jornal O Globo e do Ministério Público.¹

Como mencionado anteriormente, a fase mais intensa e com maior divulgação midiática da Operação “Lava Jato” teve início em março de 2014 com a prisão do doleiro Alberto Yousseff e mais 17 pessoas, foi divulgado nesse período o valor que teria sido movimentado com o esquema, pelo menos R\$ 10 bilhões. A segunda prisão a ter maior repercussão foi do ex-diretor de abastecimento da Petrobras Paulo Roberto da Costa, o qual foi preso duas vezes durante a segunda e quarta fases da operação, quando a polícia descobriu contas na Suíça com saldo de US\$ 23 milhões. O envolvimento de grandes empreiteiras começou a aparecer com a deflagração da 7ª fase da operação em novembro de 2014, batizada de “Juízo Final”, quando a Polícia Federal prende o ex-diretor de serviços da Petrobras Renato Duque e vários executivos de empreiteiras como “Camargo e Corrêa, OAS, Odebrechet, UTC, Queiroz Galvão, Engevix, Mendes Júnior, Galvão Engenharia e Iesa, suspeitas de pagar propina para fechar contratos com a estatal.” (UOL NOTÍCIAS, 2015).

Em janeiro de 2015 a Polícia Federal prende o ex-diretor da área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró, acusado de envolvimento no esquema de corrupção na estatal. Logo depois, em fevereiro de 2015, a PF levou o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, para depor e explicar doações feitas, por empresas que mantinham contrato com a Petrobras, ao partido. O envolvimento de políticos no esquema fica mais evidente em abril de 2015 com a 11ª fase da operação, nominada “A Origem”, quando a Polícia Federal prende os ex-deputados federais André Vargas (ex-PT-PR e hoje sem partido), Luiz Argôlo (ex-PP e hoje Solidariedade - BA), e mais quatro pessoas ligadas aos políticos. Também houve ordem de

¹O detalhamento destas 21 primeiras fases da Operação Lava Jato está, em anexo, no final de nosso trabalho.

prisão contra o ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE), que já estava preso por condenação no mensalão. “Desvios na Caixa Econômica Federal e no Ministério da Saúde passaram a ser investigados na operação.” (UOL NOTÍCIAS, 2015).

Em junho de 2015, na 14ª operação chamada de "Erga omnes" (do latim “vale para todos”) foram presos os presidentes da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, e da Andrade Gutierrez, Otávio Marques de Azevedo. Em julho, a operação "Radioatividade" prendeu o presidente licenciado da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva, por suspeita de recebimento de R\$ 4,5 milhões em propina. “O foco desta fase da operação foram os contratos entre a Eletronuclear, subsidiária da Eletrobras, para as obras da usina de Angra 3. A PF investiga as suspeitas de formação de cartel, pagamento de propina para agentes públicos e superfaturamento das obras.” Na 17ª fase, que recebeu o nome de "Pixuleco" em referência ao termo usado por “João Vaccari Neto para falar sobre o dinheiro cobrado de empreiteiras do cartel que atuava na Petrobras. Foram presos o ex-ministro José Dirceu e seu irmão, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva.” (UOL NOTÍCIAS, 2015).

Ainda durante nosso período de análise, em 16 de novembro de 2015, a Polícia Federal deflagrou a fase, batizada de "Corrosão", que faz menção ao combate dos desgastes das plataformas da Petrobras. Esta fase teve como objetivo buscar provas documentais sobre os crimes cometidos dentro da estatal e desvendados pela Operação “Lava Jato”. Foram presos nessa fase Roberto Gonçalves (ex-gerente executivo da Petrobras) e Nelson Martins Ribeiro, operador financeiro do esquema.

O presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha foi alvo da Operação Catilinárias,² deflagrada pela Polícia Federal em 15 de dezembro de 2015, cumprindo mandado de busca e apreensão na residência oficial do presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em Brasília. Foram cumpridos também mandados em endereços do peemedebista no Rio de Janeiro. A Polícia Federal revistou também, além das residências dos investigados, as sedes de empresas, escritórios de advocacia e órgãos públicos. A polícia também cumpriu mandado de busca e apreensão na residência do deputado federal Aníbal Gomes (PMDB-CE) e do ministro de Ciência e Tecnologia, Celso Pansera. Além destes políticos, alguns outros nomes apareceram nessa fase com envolvimento na operação, como o senador Edison Lobão (PMDB-MA), ex-ministro de Minas e Energia, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), ministro do Turismo e Sérgio Machado, ex-presidente

² O nome Catilinárias foi dado pela Polícia Federal em função dos discursos célebres do cônsul romano Cícero contra o senador Catilina, que planejava tomar o poder e derrubar o governo republicano.

da Transpetro indicado pelo PMDB. A Polícia Federal objetivava, nessa fase, evitar que investigados destruíssem provas. Todo o material documental apreendido foi encaminhado ao Recife e em seguida para Brasília (O GLOBO, 2016).

Todas estas etapas executadas durante o nosso período de análise, entre março de 2014 até final de 2015, despertaram um grande interesse das principais fontes midiáticas, o que levou a uma divulgação ampla e constante de todos os desdobramentos da investigação e culminou em uma movimentação popular, que ampliou de certa forma a instabilidade e crise política no país. Um dos desdobramentos desta instabilidade política foi o aceite pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, do pedido de abertura de Impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, em novembro de 2015. Este aceite marca o final de nosso período analítico e pode ser considerado um dos efeitos desta crise política desencadeada, em parte, pela grande onda de indignação popular e participação midiática com a massiva divulgação de cada fase de investigação. Esta revolta popular que levou um grande número de pessoas às ruas em barulhentas manifestações pedindo “a cabeça” dos responsáveis era inflada a cada dia mais com os desdobramentos da operação e pelo amplo alcance e divulgação na grande maioria das fontes midiáticas do país.

Após esta contextualização sobre o nosso período analítico, um breve esclarecimento sobre os fatos investigados pela operação “Lava Jato” nesta fase, além da análise de alguns fatores como as regularidades do escândalo político e a importância de determinadas fontes midiáticas para a propagação do escândalo, faz-se necessário, antes de iniciarmos nossa análise de corpus, entender e especificar os conceitos que são chave para nossa proposta analítica o arquivo segundo Foucault e o *ethos* segundo Maingueneau e Charaudeau. No próximo capítulo, trataremos a análise destes autores e de alguns comentadores de suas obras sobre as condições de uso e a importância destes conceitos para a análise discursiva a que nos propusemos nesse trabalho de dissertação.

2 O ARQUIVO E O *ETHOS*: CONCEITUAÇÕES E ESPECIFICAÇÕES EM FOUCAULT, MAINGUENEAU E CHARAUDEAU

Neste capítulo, abordaremos o conceito de arquivo e *ethos* segundo os estudos e definições dos teóricos Foucault, Maingueneau e Charaudeau. Objetivamos, com ele, compreender melhor as especificações do conceito de arquivo e realizar uma diferenciação de sentido do uso feito por Foucault para os usos populares, principalmente da definição de arquivo discursivo. Para alcançarmos estes entendimentos, especificaremos as noções de sujeito, formação discursiva e enunciados como acontecimentos discursivos de acordo com as teorias de Foucault. Analisaremos também o conceito de *ethos* e suas utilizações na antiguidade e nos dias atuais com a Análise do Discurso, em função disso, buscaremos, ainda neste capítulo, construir uma fundamentação teórica a partir dos conceitos utilizados por autores que trabalharam com a noção de *ethos*, como Maingueneau e Charaudeau, além de delinear a questão teórica que envolve o conceito, suas especificidades e importância nas formulações dos discursos políticos.

A clareza de compreensão destes termos se faz necessária para emprendermos posteriormente na fase analítica propriamente dita de nosso trabalho. Além da clareza de conceitos, o conhecimento mais aprofundado dos textos de Foucault, como a Arqueologia do Saber, da qual faremos uma breve contextualização, assim como as obras Microfísica do Poder e Ordem do Discurso, se faz necessário como suporte teórico para realização de nossas análises posteriores. São textos necessários como base para a análise das relações entre os discursos da presidente Dilma Rousseff e o arquivo discursivo do governo militar. A relação que existe entre as formações discursivas identificadas no discurso da presidente, o processo discursivo existente sobre o governo militar e as experiências que foram vividas por ela durante este período histórico brasileiro.

Iremos discorrer brevemente a seguir sobre a temática da obra Arqueologia do Saber, sob o ponto de vista de alguns teóricos e estudiosos de Foucault e, claro, a partir da leitura da mesma. Consideramos a fase arqueológica e a fase genealógica da escrita do autor fundamentais para o entendimento de suas teorias e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de nosso trabalho, uma vez que grandes questões abordadas por Foucault aparecem nessas fases, como as relações entre o saber e o poder.

2.1 AS RELAÇÕES DE SABER E PODER EM FOUCAULT: UMA BREVE INTRODUÇÃO A SUAS TEORIAS

Michel Foucault, filósofo e teórico, em cujas teorias este trabalho se pauta, tem em seus estudos dois períodos fundamentais para o desenvolvimento deste estudo: a Arqueologia, na qual o autor analisa a produção do saber humano e a Genealogia em que ele se volta à temática do poder relacionado ao saber e a verdade. Na fase arqueológica, o autor analisa de que forma as verdades sobre alguns temas como a loucura, a medicina e a sexualidade são firmadas em certos períodos históricos, quais discursos surgem como “discurso verdadeiro” ou ciência em cada fase histórica. Estas mudanças de fases em suas produções demonstram não existir nas obras de Michel Foucault uma unidade metodológica, uma maneira única de construção dos conceitos e realização das análises; existe sim uma constante evolução e modificação de tudo que ele mesmo considera problemático ou passível de ser melhor formulado em suas obras.

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de alguma coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém a parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro” discurso mais oculto. Recusa-se a ser “alégorica”. (FOUCAULT, 2008, p. 159).

Interessa ao autor nessa fase a produção dos saberes sobre o homem, volta-se, assim, para a reflexão e análise das ciências do homem como saberes e não mais como racionalidades científicas, tematiza o homem como objeto e sujeito da ciência, contempla a historicidade que atravessa os saberes sobre o homem. Entre estas chamadas ciências do homem, ou ciências que tem o homem como foco, pode-se citar a filosofia, a história, a psicologia, entre outras. O método arqueológico está presente em suas primeiras obras, como “História da Loucura e Nascimento da Clínica” em que ele analisa o nascimento da psiquiatria e da medicina moderna com o surgimento da clínica. “Para compreendermos a história arqueológica de Foucault podemos partir dessa constatação: todas as suas análises estão centradas no homem, isto é, formam uma grande pesquisa sobre a constituição histórica das ciências do homem na modernidade.” (MACHADO, 2007, p.06).

Em “A história da loucura”, o autor analisa o nascimento da psiquiatria, considerada por ele recente em função de a loucura, como doença, também ser recente, tem em torno de

200 anos. Foucault não se baseia no discurso psiquiátrico, mas no que havia antes dele e além dele, em tudo que se sabe sobre o louco desde a antiguidade, a maneira com que a sociedade o define e trata. O autor situa a loucura como a doença que veio em substituição à lepra, um novo medo que precisa ser combatido pela sociedade da época:

Esse fenômeno é a loucura. Mas será necessário um longo momento de latência, quase dois séculos, para que esse novo espantinho, que sucede à lepra nos medos seculares, suscite como ela reações de divisão, de exclusão, de purificação que no entanto lhe são aparentadas de uma maneira bem evidente. Antes de a loucura ser dominada, por volta da metade do século XVII, antes que se ressuscitem, em seu favor, velhos ritos, ela tinha estado ligada, obstinadamente, a todas as experiências maiores da Renascença. (FOUCAULT, 1978, p. 12).

Foucault volta, assim, suas pesquisas à necessidade que a sociedade sempre teve de isolar o louco, de mantê-lo fora de alcance ou contato, nunca sentindo a necessidade de ouvi-lo, mantendo ele, junto com criminosos em certos períodos da história, isolados do convívio em sociedade. Para ele, a sociedade não pensa a loucura como uma maneira de ser do homem, mas sim como uma falta de razão, que impossibilita seu convívio em sociedade por não ser possível domá-lo ou dominá-lo como as demais pessoas dotadas de razão. Assim, as chamadas “práticas de enclausuramento” do louco estão muito presentes em suas discussões e aparecem sendo desenvolvidas por diversos setores da sociedade como a igreja, o estado e a família. Segundo o filósofo, o louco traz em si um tipo de saber que é alheio ao conhecimento dos demais, mas, não é assim que a moralidade e o discurso filosófico o consideram: “O louco passa a ser alguém que toma o erro como verdade, a mentira como realidade, a feiura como beleza, a violência como justiça. Loucura é presunção, ilusão, desregramento, irregularidade na conduta, defeito, falta, fraqueza.” (MACHADO, 2007, p. 37).

O filósofo gera uma crítica à psicologia ou psiquiatria que, segundo ele, não trazem em si uma “verdade” sobre a loucura, uma vez que, apenas a consideram o oposto a razão, pelo fato de a verdade do louco não ser ouvida ou analisada, mas apenas a sua falta de razão, por ele ser o “desrazoado”. Mais tarde considerado alienado quando a loucura assumiu caráter de doença mental no surgimento da psiquiatria. É possível perceber a crítica de Foucault à cultura histórica de só considerar verdadeiro, ou algo existente, o que é comprovado pela ciência, ou de que “só a ciência produz conhecimento”. Foucault, fugindo da noção de objetividade trazida pela ciência epistemológica, traz a noção de percepção ao falar do louco:

Mais ainda: se ele indica o movimento pelo qual a razão se distancia do desatino e se liberta de seu velho parentesco com este, o internamento manifesta também a sujeição do desatino a coisa bem diferente da apreensão pelo conhecimento. Ele o sujeita a toda uma rede de obscuras cumplicidades. É esta sujeição que vai atribuir

lentamente ao desatino o rosto concreto e indefinidamente cúmplice da loucura, tal como o conhecemos agora em nossa experiência. Entre os muros do internamento encontravam-se misturados os doentes venéreos, devassos, "pretensas feiticeiras", alquimistas, libertinos — e também, vamos vê-lo, os insanos. Parentescos se formam, comunicações se estabelecem; e aos olhos daqueles para os quais a insanidade está se tornando um objeto, um campo quase homogêneo se vê assim delimitado. (FOUCAULT, 1978, p. 119).

Em “O nascimento da clínica” o interesse do autor volta-se para a doença, para o surgimento da medicina moderna, e ainda, mais especificamente, para o surgimento das clínicas. Nessa fase, Foucault direciona sua atenção para a análise do olhar, da observação que é feita do doente, “a característica fundamental da medicina moderna é ser baseada na observação, na percepção que, instituindo-a como ciência empírica, possibilita que rejeite a atitude predominantemente teórica, sistemática, filosófica própria de seu passado.” (MACHADO, 2007, p. 62).

Ele lança um olhar sobre as ciências humanas apontando duas funções do homem no campo do saber: a primeira entende a vida, o trabalho e a linguagem como objetos, Foucault denomina isso como *priori* histórico, e a segunda entende o homem como algo que possibilita o saber. Estas funções demonstram a importância das ciências humanas que têm o homem como representação.

Para Foucault, o discurso de um homem só será aceito e assimilado se estiver de acordo com pensamentos possíveis àquela época, ou seja, se tiver valor de verdade ou “*episteme*” naquele período, uma vez que o poder que define os discursos verdadeiros é socialmente produzido, e o sucesso do discurso vai depender do “lugar social” ocupado por quem o proferiu. Analisa, assim, o sujeito como posição sujeito e o discurso como acontecimento. Foucault não acredita em capacidade de influência do homem, pois para isso ele precisaria ter um caráter singular, ser originário exclusivo de seu discurso, o que não é real uma vez que o autor ou sujeito traz em si muitos outros discursos formadores, procurar as influências geradoras de um discurso levaria a uma busca infinita de suas origens (VILAS BOAS, 2002).

A abordagem que Foucault faz com o método arqueológico, para estudar as ciências humanas, revela uma característica importante que é a definição da especificidade do objeto de análise como sendo a *episteme* ou o “discurso verdadeiro” de uma época. Para o autor a *episteme* não é o mesmo que saber, mas sim, os discursos que determinam o que tem valor de verdade naquele período.

A *episteme* não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um

sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas.(FOUCAULT, 2008, p.219).

A episteme revela uma ordem histórica dos saberes anterior a uma ordem do discurso definida pelos critérios de cientificidade e dela independente. A episteme de uma época revela a relação da arqueologia com a história das ideias e com a história epistemológica. A história das ideias é criticada em “As palavras e as coisas”, pois seu objetivo é explicar os saberes a partir de seu exterior, considerando as condições econômicas ou considerando outros saberes ou experiências que lhe teriam determinando a existência. Para Foucault, essa perspectiva, mesmo sendo explicativa, não dava conta do conceito. As palavras e as coisas abordam tanto o exterior quanto o interior dos saberes, além de apontar seus conceitos essenciais e estabelecer inter-relações conceituais, sempre no nível do saber. Outro aspecto criticado por Foucault é que a história das ideias procura, numa mesma época, contradições entre diferentes teorias. A análise feita em “As palavras e as coisas” entende essas contradições como um efeito de superfície, assim, para se ter uma análise profunda e coerente é necessário realizar uma análise arqueológica que considera o a priori histórico de qualquer saber dado. Por último, a história das ideias tem um caráter contínuo, ao contrário disso, a arqueologia, assim como a epistemologia, aponta a descontinuidade na história.

A epistemologia e a arqueologia têm objetos de estudo distintos, enquanto uma tem como objeto as ciências, a outra tem como objeto o saber, respectivamente. A arqueologia estabelece uma descontinuidade diferente da epistemológica, pois, não contempla apenas uma ciência ou apenas um conceito, ela vai além e busca estabelecer o saber a partir de uma época. A arqueologia procura, no interior do saber, definir a verdade de uma época e, assim, estabelecer as condições de possibilidade desses saberes. Foucault entende a episteme, ou conjunto das “verdades” de cada período histórico, como uma estrutura fechada, que não se molda ou transforma com o passar do tempo, dando continuidade à história. Surge desse raciocínio, de estrutura fechada e não “transformável” ou moldável da episteme, o conceito de descontinuidade, uma vez que, a passagem do tempo traria uma sucessão de epistemes não relacionadas umas às outras, e sim, independentes em sua estrutura (VILAS BOAS, 2002). Este esclarecimento inicial sobre a obra de Foucault, a sua maneira de pensar os saberes em períodos históricos variados, a questão da descontinuidade das epistemes, é importante ao nosso trabalho para continuarmos esmiuçando seus conceitos fundamentais, como as formações discursivas, o sujeito e o arquivo. É fundamental para começarmos a entender sua maneira de conceber estes conceitos e de escrever sobre eles.

2.1.1 A Função Enunciativa e as Formações Discursivas

Não é por acaso que Foucault despontou como um dos grandes nomes da Análise do Discurso francesa, o filósofo se dedicou e foi fundamental para o desenvolvimento dos estudos de variados conceitos importantes para a AD, entre eles o de discurso, que nunca é trazido pelo autor como algo isolado, e, por não pensar em discurso fora das relações que o constituem, ele busca denominações variadas como “relações discursivas” ou “regularidades discursivas”. O discurso é, assim, uma prática que formula os objetos de que fala e não existe fora desta prática. Segundo Foucault, a positividade ou cientificidade de cada período não é apenas o que se pode comprovar acerca de determinado assunto, como se acredita popularmente, mas os discursos tidos como verdadeiros, que são enunciados por sujeitos em posição de saber e poder enunciar ou repetir tais formações discursivas. Para entender estas regularidades que geram as formações discursivas, Foucault cria a seguinte descrição:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 2008, p. 43).

Quando adota em suas obras a caracterização de prática discursiva Foucault “assume a perspectiva de jamais tomar o discurso fora do sistema das relações materiais que o estrutura e o constitui. Mas prática aqui não subentende a atividade de um sujeito, designa, antes, a existência objetiva e material de certas regras a que o sujeito está submetido desde o momento em que «enuncia» um discurso.” (VILAS BOAS, 2002, p. 62).

Os discursos, ou formações discursivas, em suas regularidades determinam as verdades de cada período histórico, são os chamados “discursos verdadeiros” ou saberes. O saber é um espaço em que o sujeito pode falar, é uma posição. Como exemplo o saber médico ou psiquiátrico que é de domínio do médico ou psiquiatra, ou podemos dizer, da posição sujeito médico ou psiquiatra.

O status do médico compreende critérios de competência e de saber; instituições, sistemas, normas pedagógicas; condições legais que dão direito — não sem antes lhes fixar limites — à prática e à experimentação do saber [...] A fala médica não pode vir de quem quer que seja; seu valor, sua eficácia, seus próprios poderes terapêuticos e, de maneira geral, sua existência como fala médica não são dissociáveis do personagem definido pelo status [...]. (FOUCAULT, 2008, p. 57).

O teórico procura regularidades nas dispersões, pois não acredita em nenhuma temática ou discurso que seja formado por um texto sem interrupções ou por uma sequência homogênea de enunciados. O autor interliga, assim, as noções de discurso e formação discursiva, com a noção de prática da enunciação, onde o discurso é um conjunto de enunciados que se apóiam em uma mesma formação discursiva, e não possui apenas um sentido ou uma verdade, possui, acima de tudo, uma história. Diferenciando discurso de formação discursiva, podemos dizer que, segundo Foucault, formação discursiva enquanto saber é a possibilidade de uso e apropriação de um discurso por quem possui ou adquire a competência para produzir enunciados e discursos, e discurso é esse conjunto de enunciados proferidos, que não existe fora da prática discursiva, o discurso só se concretiza na enunciação, na prática do enunciado como um acontecimento histórico:

[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente [...] é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem. (FOUCAULT, 2008, p.32).

Assim, o enunciado é sempre histórico, é sempre um acontecimento que fica registrado, e que, no entanto, não é acabado em si, é repetido, reformulado, trazido à tona em contextos diferentes, por pessoas diferentes e com diferentes intenções. Antes de falarmos mais sobre posições sujeito analisando as falas da presidente Dilma Rousseff, precisamos contextualizar um pouco melhor a sua juventude, principalmente ao que se refere à fase em que fez militância contrária ao governo militar. Para explicitar melhor esta fase da vida da presidente, utilizamos informações de *sites* que trazem algumas constatações sobre o período da ditadura militar e, principalmente, sobre as figuras que tiveram participação ativa durante este período político do país, como é o caso da presidente. Um destes *sites* é o da Revista Época, em que aparecem algumas reportagens sobre este período histórico, entre estas notícias uma de título “Dilma na luta armada” chamou mais nossa atenção, pela riqueza de detalhes utilizados para narrar uma fase bastante controversa da história da presidente, detalhes que incluem nomes e datas precisas.

Entre os militantes aparece Dilma Vana Rousseff Linhares, descrita como “esposa de Cláudio Galeno de Magalhães Linhares (‘Lobato’). É estudante da Faculdade de Ciências Econômicas e seus antecedentes estão sendo levantados”. Dilma e a máquina repressiva da ditadura começavam a se conhecer. Durante os cinco anos em que essa máquina funcionou com maior intensidade, de 1967 a 1972, a militante Dilma Vana Rousseff (ou Estela, ou Wanda, ou Luiza, ou Marina, ou Maria Lúcia)

viveu mais experiências do que a maioria das pessoas terá em toda a vida. Ela se casou duas vezes, militou em duas organizações clandestinas que defendiam e praticavam a luta armada, mudou de casa frequentemente para fugir da perseguição da polícia e do Exército, esteve em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, adotou cinco nomes falsos, usou documentos falsos, manteve encontros secretos dignos de filmes de espionagem, transportou armas e dinheiro obtido em assaltos, aprendeu a atirar, deu aulas de marxismo, participou de discussões ideológicas trancada por dias a fio em “aparelhos”, foi presa, torturada, processada e encarou 28 meses de cadeia. (REVISTA ÉPOCA, 2011).

Este *site* traz, de forma resumida, a participação ativa da presidente na resistência ao governo militar, a nomeia, em alguns momentos, como “jovem marxista” influenciada pelo sucesso da revolução de Cuba (lembrando que o *site* tem um determinado posicionamento e não podemos levar as informações como verdades cristalizadas, mesmo assim estas informações no auxiliam a criar um panorama sobre as tensões vividas pelo país naquela época). Ainda segundo o *site*, “o golpe militar de 1964 instaurou no Brasil um regime ditatorial que sufocou as liberdades no país e reprimiu oposições. Milhares de pessoas foram presas por se opor ao regime, centenas foram assassinadas após sessões de tortura promovidas por uma horda de agentes públicos, se mantiveram ocultos ou fugiram para o exílio para escapar da repressão.” (A VERDADE SUFOCADA, 2011). Entre estas pessoas que foram presas e torturadas está Dilma Rousseff, que sobreviveu mesmo tendo ficado mais de dois anos na cadeia, e suportado tortura física e psicológica, como já foi comentado, por ela mesma, várias vezes em seus pronunciamentos e entrevistas.

Se pensarmos no discurso sobre o governo militar, ou sobre as práticas deste governo, como a tortura, que são proferidos hoje pela Presidente da República Dilma Rousseff ou que foram proferidos na época em que o governo militar estava no poder, pela militante Dilma Rousseff, temos grandes variações de sentido. Começando pela posição sujeito e o poder e saber que são conferidos a ela. Hoje, temos Dilma Rousseff como “Presidente da República”, posição sujeito da qual se aceita, por exemplo, que nomeie o “governo militar” de “ditadura militar”³. E, quando esta posição sujeito presidente comenta os horrores enfrentados e sobrevividos durante aquele período, como as torturas físicas, psicológicas e a prisão, temos uma mudança da posição sujeito “vítima” para a posição sujeito “sobrevivente” que enfrentou aqueles obstáculos e os superou, chegando, hoje, ao nível mais alto do poder no país. Caso em algum momento os enunciados sobre a “ditadura” proferidos por Dilma Rousseff soarem como desabafo ou apelo por socorro e justiça, no atual contexto podemos considerá-los como

³ As expressões “ditadura militar” ou “governo ditatorial” aparecem com frequência da fala da presidente ao se referir ao Governo Militar Brasileiro (1964 - 1985).

a reiteração de sua força e determinação em alcançar o que quer, seja como a primeira mulher Presidente da República, seja como uma presidente disposta a lutar por seu mandato⁴. Acontece dessa forma uma alteração nos enunciados que se repetem a respeito de um mesmo tema no discurso político, o período militar brasileiro.

2.1.2 O Arquivo em Foucault e os Enunciados como Acontecimentos Singulares

Da mesma forma que temos os conceitos de enunciado como acontecimento histórico e de formação discursiva como um conjunto de enunciados emitidos sobre algum tema, como a verdade aceita ou o saber em determinado período, temos também o conceito de “Arquivo” que segundo Foucault é o “conjunto de discursos efetivamente pronunciados” (FOUCAULT, 2008, p. 150), conceito este fundamental para a posterior análise discursiva a que nos propomos em nosso trabalho. Junto com esta noção, ele trabalha com o conceito de “a priori histórico” que permitiria compreender os discursos na lei de seu devir efetivo, caracterizado pelo desencadeamento que, não só utiliza e acolhe estruturas formais, mas também as exclui, esquece ou simplesmente desconhece.

[...] toda a massa de textos que pertencem a uma mesma formação discursiva - e tantos autores que se conhecem e se ignoram, se criticam, se invalidam uns aos outros, se plagam, se reencontram sem saber e entrecruzam obstinadamente seus discursos singulares em uma trama que não dominam, cujo todo não percebem e cuja amplitude medem mais - todas essas figuras e individualidades diversas não comunicam apenas pelo encadeamento lógico das proposições que eles apresentam, nem pela recorrência dos temas, nem pela pertinência de uma significação transmitida, esquecida, redescoberta; comunicam pela forma de positividade de seus discursos. (FOUCAULT, 2008, p. 144).

O “a priori histórico” é o que faz ver a forma como se articula o domínio dos enunciados e é neste domínio enunciativo que se desenrolam, segundo regras específicas, práticas discursivas em cuja diversidade funcionam sistemas de enunciados que fazem com que alguns destes sistemas apareçam como acontecimentos e como coisas, é a positividade comentada acima, a experiência vivida. São todos esses sistemas de enunciados – acontecimentos de um lado, coisas de outro, que Foucault chama de arquivo.

⁴“Sou ex-opositora de um regime de força que provocou em mim dor e me deixou cicatrizes, mas que jamais destruiu em mim o sonho de viver num país democrático e a vontade de lutar e construir este sonho. Por isso, me emociono ao dizer que sou uma sobrevivente.” (BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso de Posse do Segundo Mandato**. Brasília\DF. 01\01\ 2015).

O arquivo é de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas; ele é o que faz com que não recuem no mesmo ritmo que o tempo, mas que as que brilham muito forte como estrelas próximas venham até nós, na verdade de muito longe, quando outras contemporâneas já estão extremamente pálidas. O arquivo não é o que protege, apesar de sua fuga imediata, o acontecimento do enunciado e conserva, para as memórias futuras, seu estado civil de foragido; é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, *o sistema de sua enunciabilidade*. O arquivo não é, tampouco, o que recolhe a poeira dos enunciados que novamente se tornaram inertes e permite o milagre eventual de sua ressurreição; é o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa; é o *sistema de seu funcionamento*. (FOUCAULT, 2008, p. 152).

Em um primeiro momento de “A Arqueologia do Saber” o arquivo se apresenta como o elemento que designa o sistema de enunciabilidade do enunciado, ou, o que define o sistema que rege seu aparecimento, ele designa a lei que rege as possibilidades e impossibilidades enunciativas e que faz com que o enunciado tome a forma de acontecimento singular. O arquivo, nesse contexto, é o que faz com que as coisas ditas mantenham-se, segundo regras específicas, no corpo enunciativo, cuja existência e materialidade se concretizem no acontecer. Posteriormente, o conceito de arquivo passa a designar também o sistema de funcionamento que possibilita a diferenciação de uma multiplicidade de existências discursivas e especifica a duração de cada uma destas existências, para Foucault, os discursos devem ser analisados como práticas especificadas no sistema geral do “arquivo”, segundo a definição daquilo que pode ser dito. O aparecimento dos enunciados seria a outra forma de ver a questão, exatamente o que faria com que todas as coisas ditas se agrupassem em figuras distintas, compondo-se umas às outras segundo suas inter-relações, mantendo-se agrupadas ou se desconectando de acordo com regularidades específicas (FOUCAULT, 2008).

Foucault não vê o arquivo como uma “pasta” onde os enunciados ficam guardados e são extraídos quando necessário, quando forem citados ou usados como referência, assim, ele não é o reflexo de uma realidade material ou institucional, mas participa de um processo através do qual se atualizam as configurações de enunciados. O arquivo é, para Foucault, “aquilo que pode ser enunciado, que pode ser dito”, não no sentido de interdição, mas no sentido de ser possível surgirem determinados enunciados que se configuram como acontecimentos. Assim, por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um

acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Ele pode reaparecer em contextos diferentes, por um sujeito que ocupe uma posição diferente e ter outro valor de verdade, constituir outro saber, em função disso é uma fonte nunca esgotada e não é algo que só tenha utilidade ou aceitação em determinado período histórico devendo ficar apenas guardado na memória, mas sim, uma fonte sempre viva que poderá ser, a qualquer momento, buscada e trazida com uma nova “roupagem” e um novo valor discursivo.

Aliando os conceitos de arquivo e enunciado, Foucault nos traz como uma das características da função enunciativa a sua relação com um campo associado de domínio de memória. Em outras palavras, o enunciado liga-se a uma série de enunciados que o precedem e aos quais se refere, atualizando-os, além de estar associado a enunciados que o sucedem. É através do domínio de memória que os enunciados se sucedem, ordenam e determinam na medida em que se afirmam ou se opõem.

Esta análise é importante para nosso trabalho quando entendemos que, para Foucault, é justamente no arquivo, o agrupamento das figuras distintas do que “*pode ser dito*”, que encontramos o chamado domínio de memória dos enunciados. Podemos assim dizer que o arquivo continua associado às questões memorialísticas, mesmo que não se refira a documentos históricos físicos, fotográficos ou a recintos que guardem estes documentos, como o termo é popularmente associado (FOUCAULT, 2008).

Ao analisarmos os pronunciamentos políticos pensando em nossa problemática de pesquisa, a formulação e defesa de um discurso de resistência pela Presidente Dilma Rousseff durante investigações da operação “Lava Jato”, é possível perceber o quanto o discurso dela se relaciona e utiliza do arquivo do processo discursivo sobre o governo militar. Ela se utiliza em alguns momentos de um arquivo já conhecido ou utilizado por ela em tempos de militância política de sua juventude e do arquivo de um processo discursivo maior existente a cerca desta fase histórica. Podemos perceber que ao se referir ao arquivo de suas experiências vividas durante a ditadura, ela reitera seu *ethos* de força e coragem para o enfrentamento das dificuldades, e a referência constante a esse arquivo serve como uma espécie de prova discursiva desta sua força e coragem.

Como nos explica Foucault, não podemos pensar em influência nos discursos ou entre os discursos, uma vez que seria impossível localizar a fonte inicial dos mesmos por termos um atravessamento constante e variado de vozes e leituras nas formações de qualquer um deles. Mas podemos perceber uma recorrência e reutilização, claro com impacto diferente, em função do contexto e posição dos sujeitos que as utilizam ser muito diferentes, de enunciados de um período histórico brasileiro bastante comentado pela história tradicional.

Quando analisamos nosso corpus de pesquisa percebemos muitos conceitos defendidos por Foucault surgirem, além do conceito de arquivo, temos o conceito de saber determinado como verdade a partir da posição social do sujeito que o emite em seu discurso ou em sua formação discursiva. Para exemplificar a questão do saber, ou do poder que está presente em determinadas posições sujeito, podemos citar a visão diferente ou até mesmo a adesão de muitas pessoas ao discurso de repúdio às torturas realizadas pelo governo militar, após a utilização deste discurso pela posição social Presidente da República Dilma Rousseff, posição dotada de poder e nesse caso de um saber que foi experienciado ou como se costuma dizer, “sentido na pele” por ela. Além é claro dos deslizamentos nas posições sujeito ocupadas por ela, posição sujeito Presidente da República, militante, patriota, mulher, mãe, entre outros como iremos verificar no capítulo de análise deste trabalho.

2.2 *ETHOS* DISCURSIVO A “FORMULAÇÃO DE SI” NO DISCURSO

A questão do *ethos* é o ponto fundamental deste trabalho de dissertação, ou como podemos dizer, é o conceito chave de nossa proposta analítica. Entender seu funcionamento é essencial para realizarmos a análise desejada nesse trabalho de pesquisa, é imprescindível para entendermos e identificarmos o *ethos* buscado nas formações discursivas da presidente Dilma Rousseff durante o nosso período analítico.

Nesse texto, utilizaremos as leituras de alguns teóricos que se dedicaram aos estudos sobre o *ethos*, como Dominique Maingueneau, Patrick Charaudeau e o próprio Michel Foucault, além de outros pesquisadores que se utilizaram de seus textos e teorias em suas obras sobre o tema *ethos* discursivo. Estudaremos o surgimento e especificação do *ethos* na Antiguidade, a sua importância na origem, evolução e nos variados tipos de discurso político e principalmente o *ethos* da Análise do Discurso e suas particularidades, que é o conceito que mais nos importa nesse trabalho ao pensarmos em nosso viés analítico.

2.2.1 O Caráter Fundamental do *Ethos* na Formulação e Transformação do Discurso Político

Os temas política e discurso político são assuntos que chamam atenção e despertam a curiosidade da grande maioria das pessoas, em consequência disso, são muito visados pela análise do discurso de qualquer linha teórica, principalmente da linha francesa. A política é

uma realidade fundamental na vida em toda sociedade e a formulação e apresentação do discurso político sempre geram críticas, análises e especulações.

Em tempos em que a mídia e os meios de comunicação de massa fazem circular com extrema rapidez as informações e atingem a população instituindo valores e verdades sobre praticamente tudo, a formulação do discurso político não pode mais levar em consideração apenas a palavra, mas também fatores como a postura, a entonação de voz, a maneira de se vestir, enfim, toda a construção da própria imagem, surge então à necessidade de transmitir ao público o *ethos* desejado pelo político, podendo ser este *ethos* o de pessoa singular, o de líder confiável e responsável, ou o que quer que se exija do candidato naquele momento, ou diante de cada público alvo diferente. Em tempos de escândalos latentes de corrupção demonstrar ser diferente, ou ainda, mostrar ser o líder único que se identifica com seu povo, acaba tornando-se de fundamental importância em qualquer campanha eleitoral. No entanto, atingir o *ethos* desejado não é algo fácil, isso porque, o *ethos* visado nem sempre é o atingido, por isso alcançá-lo pode definir muito do sucesso ou fracasso do discurso político como um todo.

Ao pensar em discurso político precisamos ter em mente as relações de força sempre presentes nesse cenário, além da necessidade do sujeito político de se mostrar crível e persuadir o maior número de eleitores de que ele é confiável e digno de seu voto. Nessa busca por legitimidade o discurso político pressupõe um conjunto de crenças que lhe dá sustentação, existe, em muitos momentos, a simulação de um saber e de um poder que devem ultrapassar o nível da convicção e atingir o nível da ação.

O discurso político é um discurso de busca do poder. No entanto, deve ele afirmar um querer-ser e um saber-fazer do enunciador, ou seja, o político que busca o poder deve afirmar seu desejo de ser investido do poder e sua capacidade (saber) de satisfazer às necessidades e reivindicações dos atores sociais. (FIORIN, 1988, p. 144).

O campo político, desta forma, caracteriza-se por uma incessante busca de legitimidade. No decorrer da história, muitas formas de legitimação política foram utilizadas, desde lutas com sangue derramado ou com o poder garantido pelo sangue hereditário, até o nascimento do voto. Na contemporaneidade é preciso legitimar não somente as instituições do campo político, mas também, a função a ser desempenhada ou cumprida e, cada vez mais, as exigências dos processos de legitimação da ocupação pessoal, do cargo exercido ou a ser assumido são maiores. Exigências que vão desde a função pública até os atributos pessoais: “sinceridade”, “honestidade”, “simplicidade”, “generosidade”, “força”, “empatia” são elevadas à condição de valores essenciais daqueles que estão destinados a exercer cargos

públicos. A posse na função política constitui um “eu”, um verdadeiro ator político legítimo, que deve transparecer efeitos de identificação e proximidade, confessada ou ostentada, com “o povo”.

Quando pensamos em pronunciamento público ou postura diante do público, precisamos ter em mente os diversos fatores que envolvem o sucesso da arte retórica e do poder de convencimento, uma vez que, o pronunciamento político é o maior exemplo de que o poder e o saber falar em público podem separar os vencedores dos fracassados. O pronunciamento público, ou simplesmente a capacidade de dominar a linguagem e os fatores a ela relacionados estão presentes em quase toda extensão da História da humanidade desde a Antiguidade. Dominar uma linguagem articulada complexa e sofisticada exige o controle dos movimentos da língua e da emissão do ar proveniente dos pulmões, a faculdade de linguagem e o seu desempenho na vida humana, ainda que dependam dela, não se restringem, porém, à dimensão biológica. O fato de poder falar não garante uma fala eficiente ou convincente, existem diversos fatores envolvidos uma vez que o uso da linguagem, ou o discurso não são transparentes, nem homogêneos. Quando falamos dessa “não transparência” do discurso e do desconforto causado por ela, podemos citar Foucault, mais precisamente, a sua obra “A Ordem do Discurso” (2000, p. 07), “[...] não queria ter de entrar nessa ordem arriscada do discurso... gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem [...]” Quando pensamos no discurso temos a linguagem como algo que possibilita a troca de experiências, de sentimentos e de informações e regula as relações entre os sujeitos de uma comunidade. Através desta possibilidade de interação social, o homem pode convencer, seduzir, desprezar, censurar, narrar, testemunhar e mentir. A linguagem funda-se no e funda o diálogo que organiza a vida dos homens em sociedade.

Atualmente, para qualquer candidato à carreira pública que busca a legitimação e o sucesso no convencimento e adesão dos eleitores às suas propostas e qualidades específicas, emerge a importância da construção da imagem política. Não pensamos aqui na imagem física, como no imaginário popular, mas na construção dos efeitos de imagem que se relacionam com a construção do *ethos*. Quando se fala de imagem política ou de marketing político e do poder de manipulação da mídia percebemos que, aliados ao poder de retórica e persuasão, a construção dos efeitos de imagem e do *ethos* é fundamental para o sucesso do discurso político.

Existe uma preocupação com o estudo do *ethos* desde a antiguidade clássica, tendo por definição a construção da imagem de si de uma maneira que garanta sucesso na oratória, entra

nessa construção do *ethos* a fala e dados exteriores a ela como a imagem num geral, as mímicas, os gestos, os trajés, entre outros. Temos em Charaudeau um pouco da origem do termo *ethos*:

Aristóteles propôs dividir os meios discursivos que influenciam o auditório em três categorias: o *logos*, de um lado, que pertence ao domínio da razão e torna possível convencer; o *ethos* e o *phatos*, de outro, que pertencem ao domínio da emoção e tornam possível emocionar. Tanto o *ethos* quanto o *phatos* participam, portanto, dessas “demonstrações psicológicas” que não correspondem, como lembra Barthes, ao estado psicológico real do orador ou ao do auditório, mas “ao que o público crê que os outros têm em mente” [...] se o *phatos* é voltado para o auditório, o *ethos* é voltado para o orador. Enquanto *tekhne*, ele é o que permite ao orador parecer “digno de fé”, mostrar-se fidedigno, ao fazer prova de ponderação. (CHARAUDEAU, 2013, p. 113).

O *ethos* é um conceito que se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala, é fundamentalmente um processo *interativo* de influência sobre o outro, um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica. O *ethos* é aquilo que escapa ao sujeito não é simplesmente a imagem que este quer constituir, mas sim, a imagem que o constitui. O conceito de *ethos* ganhou força na comunicação política, em nossa sociedade, desde o momento em que a mídia ampliou seu alcance e atuação, principalmente com o surgimento da televisão, que possibilitou uma evolução das condições do exercício da palavra proferida publicamente e aumentou o interesse pelo *ethos* e suas possíveis utilizações. Embora no final do século XIX ainda se pudesse observar, em algumas ocasiões, o homem público falar a centenas ou até mesmo a milhares de pessoas, utilizando apenas palanques improvisados, o seu corpo, os seus gestos e sua voz, pouco a pouco o desempenho retórico perdia espaço para a propaganda por escrito e para as práticas de fala pública intermediadas pelos instrumentos tecnológicos que se desenvolviam rapidamente nesse período. O número de indivíduos atingidos pela publicidade estatal escrita, por um microfone nos imensos comícios e, sobretudo, pelas ondas do rádio era muito maior do que a quantidade de pessoas que, reunidas em um mesmo espaço, poderiam ver e ouvir o político em uma assembleia ou em um comício. O alicerce da comunicação política deixou de ser a palavra em si e passou para a imagem construída e usada pelo político. Os agentes políticos de hoje orientam suas ações para um impacto presumido na mídia, mais do que no passado, os candidatos a posições de destaque político têm que adotar uma preocupação central com a gestão da visibilidade, em que momentos e de que maneira deve “aparecer na mídia”. A evolução tecnológica evidenciou esta mudança, se antigamente

os pronunciamentos, as propostas eram feitas em palanques para os expectadores daquele local, com a chegada do rádio o político pode atingir um número bem maior de eleitores, chegando cada vez mais perto deles até mesmo entrando em suas casas. Até esta fase a palavra ainda se mantinha como o ponto fundamental ou essência da fala política, no entanto, com a chegada da televisão as coisas se alteraram gradativamente e a imagem não verbal passou a ser a grande protagonista do espetáculo, assim, os políticos precisaram aprender a aliá-la ao poder de suas palavras.

No início dos anos de 1980, Michel Pêcheux já começava a apontar as mudanças sofridas pelo discurso político. Em seus textos, Pêcheux já falava dessas metamorfoses, reiterando que o campo discursivo político estava, já naquele período, decididamente midiático. A língua dura e hermética havia se transformado em língua flexível e cotidiana e as eleições pareciam cada vez mais manifestações esportivas transmitidas pelas mídias. A diversificação dos objetos de análise, suas modificações e a constância da reflexão epistemológica já havia imposto reformulações teóricas e metodológicas para a análise do discurso, já era o tempo da heterogeneidade e da busca por novas vias, tempo de novas materialidades discursivas, da emergência das noções de memória discursiva (o já dito, o já lá), de acontecimento discursivo (com todas as rupturas trazidas através da midiaticização do discurso político), entre outros (PÊCHEUX, 1988).

A espetacularização da mídia, que busca sempre chamar atenção e manter a audiência dos telespectadores, atinge a cada dia mais o campo da fala política, transformando os candidatos em verdadeiros “atores” buscando chamar atenção positiva sobre si e negativa sobre os oponentes, percebe-se muito isso nos debates promovidos pelas emissoras de televisão em períodos de campanha eleitoral, como podemos ler em Charaudeau (2013, p. 294), “O procedimento de espetacularização dos debates apresenta os debatedores como boxeadores em um ringue e nos impõe a visão de um espaço político comparável a um campo de batalha no qual os inimigos se entregam a combates mortais, inclusive no interior dos mesmos partidos.”

Além de Pêcheux e Charaudeau, outros autores consagrados da Análise do Discurso também escreveram e analisaram as alterações sofridas nos discursos políticos em função de todo este poder e influência da mídia, um deles foi Courtine que muito discorreu sobre as diferenças do discurso político tradicional e o produzido pela mídia:

[...] o discurso político passa por uma profunda transformação na enunciação, tornando-se um discurso curto, descontínuo e interrupto [...]. A intenção é menos explicar ou convencer, mas seduzir ou conquistar: formas didáticas da retórica de

uma política clássica modelada pela máquina erudita são substituídas por novas formas, assujeitando os conteúdos políticos às exigências de práticas de escrita e leitura adequadas ao aparato áudio-visual de informação. [...] O texto político produziu e recebeu novas formas, diálogos, entrevistas, holofotes de televisão, videoclipes políticos. De agora em diante, o discurso político não pode mais ser dissociado da produção e recepção de imagens [...]. A mensagem política não é mais unicamente lingüística, mas uma colagem de imagens e uma performatividade do discurso, que deixou de ser prioritariamente verbal. Essa é a razão pela qual para compreendermos e analisarmos essas mensagens complexas – e também para sermos capazes de lê-las e sabermos como resistir a elas – de agora em diante é insuficiente se referir somente a métodos de análise lingüística. A mutação dos modos de comunicação política exige a renovação de uma semiologia da mensagem política que permitirá sua apreensão global. (COURTINE, 2006, p. 84-85).

Embora seja associado ao locutor, uma vez que ele é a fonte da enunciação, é do exterior que o *ethos* caracteriza esse locutor. O destinatário atribui a um locutor inscrito no mundo extradiscursivo, traços que são em realidade intradiscursivos, já que são associados a uma forma de dizer. O sujeito aparece ao olhar do outro com uma identidade psicológica e social que lhe são atribuídas e, ao mesmo tempo, mostra uma identidade discursiva que ele mesmo constrói para si, o sentido veiculado em suas palavras depende dessa mistura daquilo que ele é e daquilo que ele diz, o *ethos* é resultado dessa fusão, o consciente e o inconsciente sobre a construção da imagem, não a imagem que busco construir, mas a que me escapa.

Mesmo que saibamos que existe na sociedade, com todos os indivíduos falantes, um jogo de máscaras que são as variadas posições que o sujeito pode assumir, onde este, na maioria das vezes, tenta ocultar sua índole ou o que determina sua posição sujeito naquele momento e constrói uma falsa imagem de si, o interpretamos, na maioria das vezes, como se o que ele dissesse devesse coincidir com o que ele é e com sua posição sujeito. O *ethos* não é construído voluntariamente, é sempre inconsciente, e, além disso, nem sempre coincide com aquilo que o destinatário percebe do locutor, pode acontecer a construção de um *ethos* que o locutor não desejou para si, ou que não percebeu de si. Isso nos remete aos esquecimentos da Análise do Discurso, a ilusão de sermos a origem do que dizemos e de que só podemos falar de uma forma o que queremos, resumindo, de poder controlar o nosso dizer, que na verdade é formulado ou controlado pela formação discursiva que nos constitui naquele momento. Sobre esta ilusão de controle Maingueneau nos traz algumas definições da Análise do Discurso para o conceito de *ethos*:

Em primeiro lugar, precisa afastar qualquer preocupação "psicologizante" e "voluntarista", de acordo com a qual o enunciador, a semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre seu auditório. Na realidade, do ponto de vista da AD, esses efeitos são impostos, não pelo sujeito, mas pela formação discursiva. Dito de outra forma, eles se impõem aquele que, no seu interior, ocupa um lugar de enunciação, fazendo parte

integrante da formação discursiva, ao mesmo título que as outras dimensões da discursividade. O que e dito e o tom com que e dito são igualmente importantes e inseparáveis. (MAINGUENEAU, 1997, p. 45-46).

Quando se trata da construção do *ethos* na fala política existem candidatos que trabalham ou atuam de acordo com aquilo que percebem que o povo deseja e, a partir disso, constroem seus pronunciamentos. Em alguns momentos atacam os adversários e em outros se defendem de ataques enfatizando os valores de suas ideias, ou, o valor de sua plataforma política, além de reconhecer o valor dos cidadãos que também atuam na política. Nesta atuação, com o intuito de descobrir as razões que levam cada cidadão a aderir a esta ou aquela proposta de governo, os candidatos são levados a seguir a estratégia da construção de sua própria imagem, eles precisam construir um personagem para si, necessitam montar um *ethos*, ou vários *ethé*, que transmitam credibilidade, seduzam os eleitores e que também possuam outras características próprias.

Antes de partirmos para o *ethos* discursivo na visão da análise do discurso, como é trazido por Maingueneau, faremos uma breve apresentação do *ethos* relacionado com a política de acordo com o entendimento de Charaudeau, mesmo não sendo este que utilizaremos na análise de corpus. Esta síntese servirá apenas para especificar um pouco melhor as possibilidades de uso e entendimento que o conceito de *ethos* pode atingir, além da visão trazida pela análise do discurso.

2.2.2 Charaudeau e os Diferentes *Ethos* da Política

A construção do *ethos* é uma atitude inerente ao ser humano, uma vez que, todo ato de linguagem passa por este mecanismo. Em cada momento de fala aparece em nosso discurso uma imagem daquilo que somos por meio daquilo que dizemos. No domínio político, a construção dessa personagem não possui o sucesso garantido e também não é previsível, pois a existência do *ethos* é dada pelas condições de emergência dos discursos.

Podemos perceber que durante a construção do *ethos* do sujeito político existe um diálogo entre a instância cidadã e a instância política, pois é da natureza do cidadão ambicionar melhorias para sua cidade e sua vida, assim como é característico do candidato ao cargo convencer o eleitor de que ele é a pessoa ideal para realizar tais melhorias, assim, o *ethos* passa a ter função de suporte de identificação, a viabilizar os valores comuns desejados e a refletir os desejos de ambas as instâncias.

Separar as ideias do *ethos* é sempre um alibi que impede de ver que, em política, aquelas não valem senão pelo sujeito que as divulga, as exprime e as aplica. É preciso que este seja, ao mesmo tempo, crível e suporte da identificação à sua pessoa. Crível porque não há político sem que se possa crer em seu poder de fazer; suporte de identificação porque para aderir às suas ideias é preciso aderir à sua pessoa. Daí o desenvolvimento das figuras identitárias do discurso político, que se reagrupam em duas grandes categorias de *ethos*: o *ethos* de *credibilidade* e o *ethos* de *identificação*. Os primeiros são fundados em um discurso da razão: “Para ser crível é preciso [...]”; os segundos, em um discurso do afeto: “Aí está o chefe!” (CHARAUDEAU, 2013, p. 118).

Para levar as pessoas a aceitarem que são dignas de crédito, os indivíduos políticos constroem seus *ethé* de credibilidade a partir de uma identidade discursiva apresentada por tal indivíduo e que contém traços de homem “sério”, “virtuoso” e “competente”, que busca ser aceito e, para isso, fabrica esta imagem possuidora das qualidades acima descritas. Algumas condições são impostas no momento em que se julga se uma pessoa é digna de crédito ou não: a) condição de sinceridade: quando se verifica se o que é dito por ela corresponde aos seus pensamentos; b) condição de performance: quando se observam as condições, os meios que o indivíduo têm em colocar em prática suas promessas; c) condição de eficácia: quando se comprova que suas ações são seguidas de efeitos positivos. (CHARAUDEAU, 2013). O *ethos* de credibilidade não é um atributo da pessoa, mas sim algo que ela constrói é a imagem que ela busca transparecer.

Dentro dos *ethé* de credibilidade, temos o *ethos* de seriedade, de virtude e de competência. Cada um deles depende, obviamente, do que cada grupo social tem como representação daquilo que contempla ser sério, virtuoso ou competente. A construção do *ethos* de seriedade mobiliza várias características como a postura corporal, a expressão facial pouco sorridente, autocontrole diante de situações críticas, demonstração de capacidade e energia para o trabalho, fidelidade na vida conjugal, tom de voz firme e comedido, sem usar “frases de efeito”, uso de palavras e construções sintáticas simples, e ainda, declarações a respeito de si mesmo, principalmente ao que concernem às ideias que fazem parte do fazer político do sujeito. No discurso do *ethos* de sério buscando o bem-estar do cidadão, o sujeito não faz promessas impossíveis e não possui sonhos utópicos de melhoria, são estas atitudes que garantem o ar de seriedade desta construção discursiva.

Na formulação do *ethos* de virtuoso para ser, ou ao menos parecer, não é suficiente “dizer”, ou seja, não basta representar, é preciso ser sincero, fiel e honesto para servir de exemplo de “homem virtuoso” para os cidadãos. Estas imagens de virtude são construídas com o tempo, com a realidade, com o agir do indivíduo político e isso é cobrado tanto em relação à sua vida pública quanto em relação à sua vida privada. Esse *ethos* só existe quando o

candidato consegue dizer o que pensa, consegue ter uma vida transparente, quando ele comprova que nunca participou de negócios obscuros e quando age lealmente diante de seu oponente, seja não planejando golpes baixos, seja reconhecendo as qualidades do outro, principalmente diante de sua própria derrota.

Sobre o *ethos* de competência, Charaudeau (2013) diz que é encontrado, principalmente, nos discursos em que o próprio sujeito político faz declarações enfatizando seu percurso político, sua experiência, seus estudos e funções exercidas na carreira profissional. É quando o que é dito serve para comprovar que este indivíduo é competente e hábil para exercer o cargo para o qual está concorrendo. Nesse tipo de discurso é fundamental encontrar dizeres que mostrem que o candidato conhece todos os mecanismos que impulsionam a política, fatos que comprovem que ele saberá como agir e quais as decisões que deverá tomar em situações específicas.

Já os *ethé* de identificação estão relacionados ao discurso afetivo, uma vez que o cidadão se identifica com o político através de um processo irracional. Assim, visando alcançar a identificação com o maior número de eleitores, o *ethos* político se constrói a partir de uma mistura “[...] de traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamentos, de declarações verbais, tudo relacionado às expectativas vagas dos cidadãos, por meio de imaginários que atribuem valores positivos e negativos a essas maneiras de ser.” (CHARAUDEAU, 2013, p. 137).

Buscando a identificação com o maior número de eleitores possíveis, os políticos acabam usando, em muitos momentos, valores opostos para construir sua imagem, uma vez que as pessoas são e pensam de maneiras diferentes. Por isso, encontram-se políticos que mostram, em um mesmo momento, uma figura de moderno, mas também tradicional, de sério para resolver problemas, mas com humor para se relacionar com as pessoas que o cercam, entre outros exemplos.

Existem ainda mais alguns *ethos* específicos a cada perfil político, dentre eles, relacionado especificamente ao sexo masculino, o *ethos* de potência é verificado por meio da força física, da virilidade sexual, da realização de “proezas físicas pessoais”, por comícios que exaltam a força, pela apresentação de si em voz altiva e palavras fortes. Ainda dentro das categorias ensinadas por Charaudeau (2013), nota-se que um mesmo *ethos* pode ter imagens diferentes e que, até certo ponto, se completam. No *ethos* de caráter isso ocorre. São inúmeras imagens que se juntam para construir esse tipo de personagem. O *ethos* de caráter também pertence a um imaginário de força, porém, neste caso, é a força do espírito, força de quem

sabe responder ou até “berrar” quando é provocado, pois não consegue ficar calado diante de tantas ofensas ou inverdades.

Na continuidade destes *ethos* de identificação surgem ainda os *ethos* de inteligência, de humanidade, de chefe, de solidariedade e de proximidade que são de extrema importância na formação do discurso e imaginário dos candidatos políticos. O *ethos* de inteligência é construído no dizer e é responsável por provocar a admiração e o respeito dos eleitores pelos sujeitos políticos que demonstrem possuí-lo. Encontram-se duas figuras representativas deste *ethos*: a de homem culto e a de homem astuto. A primeira explica-se, principalmente, pela ideia tradicional de que um homem culto não pode ser senão um homem de bem. Já o homem astuto, ou até malicioso, é aquele que sabe jogar com o ser e o parecer. Ele dissimula as reais intenções e faz crer que tomará certas providências quando, o que ocorre, algumas vezes, é o oposto.

Na construção do *ethos* de humanidade é observada a capacidade do indivíduo em demonstrar sentimentos, compaixão, confessar suas fraquezas e gostos pessoais, mostrando para a população todo o seu lado humanístico de pessoa comum que tem momentos felizes e tristes e que é capaz de se colocar no lugar da população e lutar por suas dificuldades e necessidades.

Incapacitados de determinar e ver seu destino, o grupo social escolhe um guia supremo que se mostra capaz de guiar esse grupo em meio às tribulações do tempo, às dificuldades e quaisquer acontecimentos do mundo, o *ethos* de chefe está relacionado à confiança dos eleitores em ver, no candidato, um guia, um mestre que vai guiar seus interesses e lutar por eles, aquele soberano ou comandante que vai guiar a nação diante das dificuldades.

Temos ainda os *ethos* de solidariedade e proximidade, o *ethos* de solidariedade caracteriza-se pela vontade que o sujeito político mostra de estar junto do povo, de não fazer distinção entre os membros do grupo e unir-se a eles em momentos difíceis, mostrando que não está apenas ciente de determinada situação, mas que é responsável por ela, ou pela sua resolução. O *ethos* de proximidade é construído por meio do discurso do sujeito político quando este fala diretamente com o telespectador / eleitor, produzindo um efeito de sentido de proximidade para com ele, quase de intimidade (CHARAUDEAU, 2013). Todos estes são *ethos* importantes que são buscados pela maioria dos políticos em seus discursos, uma junção eficiente de todos eles propiciaria o que podemos chamar um *ethos* de singularidade, de governante singular, algo extremamente difícil de ser atingido, pois exige uma habilidade de comunicação, construção da própria imagem e persuasão ímpar por parte do candidato. Analisaremos, na sequência, o *ethos* de acordo com o entendimento e visão da análise do

discurso, conforme a concepção do teórico Dominique Maingueneau que o identifica como a “imagem de si no discurso”.

2.2.3 Maingueneau, o *Ethos* para a Análise do Discurso e as “Imagens de si no Discurso”

Querendo ou não, toda a vez que falamos, construímos uma definição ou “uma imagem” de nós mesmos através das palavras utilizadas, da postura, do tom de voz, aquilo em que acreditamos ou seguimos e que se mostra, mesmo que implicitamente, em nosso discurso, nos caracteriza e nos “mostra” aos demais. É impossível fugir desta construção, ela acontece com ou sem deliberação. A construção do nosso *ethos* se dá a todo o momento através de nossas falas ou silenciamentos, com o que mostramos ou aquilo que tentamos esconder, nos momentos que buscamos persuadir ou seduzir a quem nos ouve ou simplesmente mostramos nossa maneira de pensar. Muito já falamos sobre o *ethos*, inclusive que o seu conceito está presente desde a antiga retórica, como nos reitera Amossy: “Lembrando os componentes da antiga retórica, Roland Barthes define o *ethos* como “os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão: é o seu jeito [...]” (AMOSSY, 2011, p. 10).

Podemos perceber, nessa perspectiva, o *ethos* com uma forte relação à definição de caráter, ética e credibilidade, com as definições positivistas do indivíduo, tanto nas demonstrações inconscientes como nas deliberadas, momentos nos quais aquele que for melhor ator, ou souber utilizar-se melhor de cada cena e cenário, terá mais sucesso no convencimento dos interlocutores. Nesse caso, sendo essencial o parecer muito mais do que realmente o ser, assim, o fundamental é aquilo que se consegue transparecer no discurso.

Dentro da Análise do Discurso o autor que mais se utilizou e debateu sobre as definições e a importância do conceito de *ethos* foi Dominique Maingueneau que relacionou o *ethos* à noção de tom e não apenas à noção de fala, isso por o *ethos* envolver tanto escrita quanto fala, e por expressar, além de um “caráter” do locutor, a sua corporalidade.

[...] A maneira de dizer autoriza a construção de uma verdadeira imagem de si e, na medida que o locutário se vê obrigado a apreendê-la a partir de diversos índices discursivos, ela contribui para o estabelecimento de uma inter-relação entre o locutor e seu parceiro. Participando da eficácia da palavra, a imagem quer causar impacto e suscitar a adesão. Ao mesmo tempo, o *ethos* está ligado ao estatuto do locutor e à questão de sua legitimidade, ou melhor, ao processo de sua legitimidade pela fala. (AMOSSY, 2011, p. 17).

Impossível não relacionar o conceito de *ethos* com a busca pelo poder que está presente em todas as relações discursivas entre os sujeitos. Na busca constante em ser aceito, respeitado, ou mesmo seguido, na necessidade de comprovar o quanto estamos certos acerca de qualquer assunto, a persuasão e a busca de adesão estão presentes em qualquer tipo de conversa. A todo o momento, “vendemos” uma imagem que construímos “a duras penas” diariamente. Imagem que se relaciona com a posição que queremos alcançar ou defender, o profissional, o amigo, o cidadão consciente, enfim, todo e qualquer “lugar” que nos defina. E como já falado antes, com os textos de Charaudeau, o *ethos* ganha muito destaque e presença no campo político, nos pronunciamentos e falas públicas, na busca pela confiança e aceitação, o candidato que melhor conseguir parecer honesto terá maior facilidade no convencimento dos que lhe assistem. Essa construção do *ethos* passa, antes da fala, pela expressão corporal ou por qualquer estereótipo que o público possa ter do sujeito, antes mesmo que ele tome para si a palavra. “O recurso à noção de estereótipo, de um lado, e à noção de posição no campo intelectual, tomada de Bourdieu, de outro, permite destacar uma dimensão importante do *ethos*, pouco estudada até agora, chamada *ethos* prévio: é a imagem que o auditório faz do locutor no momento em que este toma a palavra.” (AMOSSY, 2011, p. 25).

Ao pensar no *ethos* não temos como separar a fala da expressão corporal, do tom de voz, da postura, o *ethos* prévio, enfim, da imagem geral que é mostrada juntamente com a fala, é um conjunto de fatores que trabalham juntos para transmitir o *ethos* desejado pelo sujeito em seu discurso, o lugar de produção do *ethos* é a fala. Dizer que está feliz em determinada situação e mostrar aspecto corporal carrancudo, ou tom de voz inadequado, não convence o interlocutor, segundo Maingueneau (2001) “o *ethos* não é dito explicitamente, mas mostrado”, este conjunto de fatores cria a imagem a ser mostrada.

O que o orador pretende ser, ele o dá a entender e mostra; não diz que é simples ou honesto, mostra-o por sua maneira de se exprimir. O *ethos* está, dessa maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo “real”, (apreendido) independentemente de seu desempenho oratório: é portanto o sujeito da enunciação uma vez que enuncia que está em jogo aqui. (MAINGUENEAU, 2001, p. 138).

Este excerto nos faz pensar no *ethos* que se mostra durante a enunciação, não é possível conseguir-lhe previamente, o que pode ser construído anteriormente à “fala” são apenas algumas representações dele. Dominique Maingueneau trouxe um conceito de *ethos* sob esta perspectiva, relacionando-o com a análise do discurso, saindo um pouco do caráter argumentativo herdado da retórica e pensando o *ethos*, sob o ponto de vista da análise do

discurso, como uma possível adesão a uma “posição discursiva”, principalmente quando pensamos na política, e em sua necessidade de adesões. O *ethos*, nesse caso, não pode ser desvinculado da identidade de um posicionamento discursivo, “[...] qualquer discurso escrito, mesmo que a negue, possui uma vocalidade específica, que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa, por meio de um tom que indica quem o disse: o termo “tom” apresenta a vantagem de valer tanto para o escrito quanto para o oral: pode-se falar do “tom” de um livro.” (AMOSSY, 2011, p. 72).

Assim, a Análise do Discurso traz a noção de *ethos* pensando além do momento de fala, pensando em *ethos* além daquele mostrado no momento da enunciação, mas também como o tom, presente na oralidade sim, mas também na escrita. Identificando o *ethos* como uma posição que o sujeito assume, ou adere e que está relacionada a ele, indiferente de sua necessidade de argumentar ou persuadir o público, está ligado as suas concepções, crenças, a possíveis estereótipos que possam estar relacionados à sua imagem. Existe sim um “pré *ethos*”, uma pré-construção de representações sobre o sujeito que poderão ser confirmadas ou alteradas de acordo com a construção atingida durante o ato de enunciação, com o apoio da corporalidade, ou como também é chamada, a expressão corporal.

[...] O “caráter” corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à “corporalidade”, ela é associada a uma compleição corporal, mas também a uma forma de vestir-se de mover-se no espaço social. O *ethos* implica assim um controle tácito do corpo, apreendido por meio de um comportamento global. Caráter e corporalidade do fiador apoiam-se, então, sobre um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apoia e, por sua vez, contribui para reforçar ou transformar. Estes estereótipos culturais circulam nos registros mais diversos da produção semiótica de uma coletividade: livros de moral, teatro, pintura, escultura, cinema, publicidades... (AMOSSY, 2011, p. 72).

Podemos dizer que a Análise do Discurso gera uma visão menos romântica ou simplista da noção de *ethos* que envolve apenas o poder de “fala” ou persuasão do interlocutor aliado a uma boa postura corporal e voz, como garantias de convencimento por parte deste de sua idoneidade de caráter e confiabilidade e conseqüentemente do convencimento e adesão de seu público. Ao trazer a noção de posição sujeito para a discussão, e a “incorporação” Maingueneau nos descortina uma complexidade bem maior envolvida na construção e defesa do *ethos*, nessa construção da “imagem de si”. Com certeza, ser um bom orador e conseguir mostrar isso para o público é fundamental nesse jogo de adesões e argumentações, mas isso é apenas uma parte desta construção que envolve além da oralidade, a escrita e a posição ocupada pelo sujeito diante da sociedade que o contempla.

A amplitude do sujeito da Análise do Discurso e de sua constituição é muito mais profunda, envolvem muito além de sua oratória ou postura gestual, os seus papéis, posições, crenças, sua relação com os sentidos e com a historicidade. Sujeito que entremeia posições de liberdade de escolha e constituição, mas também, de assujeitamento. Este sujeito que não possui uma forma única, mas várias formas de acordo com a posição que assume, podendo ser o sujeito político, o sujeito eleitor, o sujeito professor, aluno, etc., em cada relação que estabelece assume uma forma diferente. Quando pensamos no discurso da AD, ou em formação discursiva temos um elo entre teoria e prática, entre o que é dito e outras práticas no campo social, é sobre esta ótica complexa da Análise do Discurso, com suas definições de sujeito, discurso e historicidade que Maingueneau pensa o *ethos* e sua formulação.

[...] a AD deve recorrer a uma concepção do *ethos* que, de alguma forma, seja transversal a oposição entre o oral e o escrito. A retórica organizava-se em torno da palavra viva e integrava conseqüentemente, a sua reflexão o aspecto físico do orador, seus gestos bem como sua entonação. Na realidade, mesmo os corpus escritos não constituem uma oralidade enfraquecida, mas algo dotado de uma "voz". Embora o texto seja escrito, ele é sustentado por uma voz específica: "a oralidade não é o falado", como lembra H. Meschonnic, que preconiza "a integração do discurso ao corpo e a voz, bem como a do corpo e da voz ao discurso. (MAINGUENEAU, 1997, p. 46).

Maingueneau, junto com esta percepção da complexidade de formulação do *ethos* discursivo pelo viés da Análise do Discurso, das definições de sujeito determinado por suas formações discursivas e de discurso permeado pela historicidade em que é formulado, traz mais alguns termos importantes para o entendimento do discurso, e da formação do *ethos*, como o conceito de “cenografia” ou “cena da enunciação”, que seria a forma como o enunciador vai se colocar ou posicionar, qual será sua roupagem, de que “lugar “ele vai falar. Este termo pode ser analisado frequentemente nos pronunciamentos políticos e publicitários, onde surgem cenografias como a do homem do povo, a voz da experiência ou a força da juventude, “[...] o discurso político é igualmente propício à diversidade das cenografias: um candidato poderá falar a seus eleitores como jovem executivo, como tecnocrata, como operário [...]” (AMOSSY, 2011, p. 76).

Esta cenografia é parte fundamental na formulação do discurso e meche com os saberes já existentes, com o *ethos* prévio do interlocutor, com o que já está instalado na memória do coletivo, as cenas já consideradas “validadas”, ou seja, aceitas e apreciadas pela sociedade daquele período, tudo isso podendo ou não ser confirmado no momento da fala, o discurso já parte de uma cenografia inicial e depois se estabelece dentro dela ou tenta moldá-la. A construção do *ethos* parte então desta cenografia já consolidada ou não, e alia-se ao que

é dito na fala ao que é mostrado explicita ou implicitamente sobre o sujeito. “[...] A distinção entre o *ethos* dito e o *ethos* mostrado inscreve-se nos extremos de uma linha contínua, já que é impossível definir uma fronteira clara entre o “dito” sugerido e o “mostrado” não explícito. As metáforas, por exemplo, podem ser consideradas como tendo a ver ao mesmo tempo com o dito e o mostrado [...]” (AMOSSY, 2011, p. 82).

Podemos dizer que acontece um jogo teatral onde o sujeito pode desempenhar nessa cenografia diversos papéis, de acordo com cada contexto ou situação enunciativa.

[...] Reatualiza-se, assim, mas em um quadro totalmente diferente, a velha metáfora estóica, segundo a qual a sociedade seria um vasto teatro onde um papel seria atribuído a cada um. Há uma tendência para ampliar este ponto de vista, integrando os papéis em um complexo mais rico: uma "encenação" ou uma "cenografia". Para E. Landowski, "cenografia" ou "contexto semiótico" encontra-se no mesmo nível que a possibilidade de "formulações eficazes" (os atos de fala) que conferem sua credibilidade as enunciações; delas fazem parte "o próprio enunciado, certamente, mas também o modo pelo qual o enunciador se inscreve (gestualmente, proxemicamente, etc.) no tempo e no espaço de seu interlocutor, bem como todas as determinações semânticas e sintáticas que contribuem para forjar "a imagem distinguida" que os parceiros remetem um ao outro no ato de comunicação". (MAINGUENEAU, 1997, p. 31).

Para cada um destes papéis ou formações discursivas, um determinado *ethos* precisa ser construído. Nesse jogo de construção do *ethos* que alia não apenas o que é dito pelo sujeito, mas seu “tom”, a sua expressão e dinâmica corporal, uma cenografia já presente no imaginário do interlocutor, ou alheia a seu conhecimento, onde já existe um pré *ethos* a ser confirmado ou refutado, aliando o que é dito ao que é mostrado na construção desta “imagem de si”, podemos perceber uma participação ativa do leitor, expectador ou interlocutor, mais do que decodificar ou ser atingido por este *ethos*, ele participa da construção dos sentidos e da formulação da imagem. “[...] o coenunciador captado pelo *ethos*, envolvente e invisível de um discurso, faz mais do que decifrar seus conteúdos. Ele é implicado em sua cenografia, participa de uma esfera na qual pode reencontrar um enunciador que, pela vocalidade de sua fala, é construído como fiador do mundo representado [...]” (AMOSSY, 2011, p. 90). Podemos demonstrar com isso que o leitor, expectador ou interlocutor é parte fundamental nessa construção do *ethos*, nessa criação de uma imagem de si, parte dele conectar os sentidos, perceber os implícitos e o tom. O *ethos* pretendido pelo sujeito nem sempre é o que ele alcança, apesar de todos os recursos, ou subterfúgios que possa utilizar, uma vez que este *ethos* se concretiza no interlocutor.

A eficácia ou eficiência do *ethos* está em sua capacidade de provocar a adesão do interlocutor ao discurso, à formação discursiva transmitida pelo enunciador. “Para além da

persuasão por meio de argumentos, essa noção de *ethos* permite refletir sobre o processo mais geral de adesão dos sujeitos a um certo discurso.”(MOTTA; SALGADO, 2015, p. 17). As pessoas aderem a um discurso, muito além de serem convencidas por ele, este é o principal objetivo dos discursos políticos, compor um *ethos* que garanta além do convencimento dos eleitores acerca dos atributos do candidato, a sua aceitação e incorporação desse discurso por eles. Mais do que eleitores o discurso político busca seguidores.

No capítulo anterior, já havíamos discorrido sobre alguns conceitos da Análise do Discurso que são fundamentais para a análise discursiva proposta neste trabalho de dissertação, como o de formação discursiva, posição sujeito e arquivo, tendo como norte os estudos e definições de Foucault. Além destes, identificamos ainda nessas leituras de Foucault, o saber como fonte de poder nas relações e na construção das ciências humanas. Todos estes conceitos nos auxiliarão em nosso percurso analítico porque permitirão a identificação e análise das relações do arquivo discursivo do governo militar com o discurso da presidente Dilma Rousseff, além de possibilitarem fundamentar as análises da postura de resistência da presidente diante dos ataques sofridos durante o período de investigações da “Lava Jato”.

Além do conhecimento destes conceitos citados acima, foi necessário, para prosseguir com a parte analítica, propriamente dita, de nosso trabalho, entender e especificar com maior profundidade o conceito de *ethos* como elemento fundamental e sempre presente no cenário político e mais precisamente no discurso político, que é o nosso objeto de análise. Neste capítulo identificamos as particularidades do *ethos* surgido ainda na Antiguidade, mas, mais precisamente, do *ethos* sob a ótica de alguns autores que são bastante importantes para a Análise do Discurso franco-brasileira, como uma formação discursiva a ser aceita e incorporada pelos interlocutores do discurso.

Quando pensamos em nosso corpus de análise, os pronunciamentos e entrevistas da presidente Dilma Rousseff, e em nossa proposta analítica, podemos perceber o quanto a construção de um *ethos* de resistência e valentia são perceptíveis em seu discurso e o quanto tornam-se imprescindíveis à coerência de sua fala. Isso ocorre em função da necessidade da presidente defender seu mandato e se mostrar resistente diante de seus opositores e eleitores durante esta fase inicial e cheia de desdobramentos nas investigações da operação “Lava Jato”.

3 FUNCIONAMENTO DA NOMEAÇÃO “CORAÇÃO VALENTE” NO DISCURSO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

O objetivo desta parte inicial do capítulo analítico é identificar de que forma e em que amplitude a presidente incorporou em seu discurso a nomeação “Coração Valente”, fato que reiterou seu *ethos* de força e valentia, diante da situação vivida por ela durante o período de investigações da operação “Lava Jato”, abarcando o período de campanha à reeleição na Presidência da República em 2014 e início do segundo mandato em 2015, com os efusivos e frequentes ataques de seus opositores à sua índole e capacidade de governar. A nomeação “Coração Valente” foi utilizada pela equipe de marketing da presidente durante a campanha à reeleição em meados de 2014 liderada por João Santana de Cerqueira Filho, publicitário brasileiro, responsável pelo marketing de campanha de vários presidentes na América Latina e que, na época da campanha à reeleição de Dilma, já havia ajudado a eleger seis presidentes. (EPOCA, 2013).

Essa equipe de marketing criou um *jingle* em ritmo de Xote, além de cartazes com a foto da presidente ainda jovem durante o período em que fez militância contra o governo militar. O *jingle* foi reproduzido em larga escala Brasil a fora durante todo período de campanha da então candidata Dilma Rousseff, e em sua letra apresentava uma mulher de mãos limpas, cheia de garra e valentia. O ex-presidente Lula, seu grande apoiador e cabo eleitoral nas duas campanhas em que concorreu, também é citado na canção.

Dilma, coração valente, força brasileira, garra desta gente.
 Dilma, coração valente, nada nos segura pra seguir em frente
 Você nunca desviou o olhar do sofrimento do povo
 Por isso, eu te quero outra vez
 Por isso, eu te quero de novo
 Você nunca vacilou em lutar em favor da gente
 Por isso eu tô juntinho, do seu lado
 Com você e Lula pra seguir em frente
 Mulher de mãos limpas (tô com você)
 Mulher de mãos livres (tô com você)
 Mulher de mãos firmes, vamos viver uma nova esperança
 Com muito mais futuro e muito mais mudança
 Dilma, coração valente, força brasileira, garra desta gente
 Dilma, coração valente, nada nos segura pra seguir em frente
 O que tá bom, vai continuar
 O que não tá, a gente vai melhorar (2x) (TERRA, 2014).

O *jingle* foi divulgado em um vídeo, em que, além de imagens da presidente em meio ao povo, também apareciam imagens dela ainda jovem, fazendo referência ao período em que

ela “combateu” o governo militar. As imagens do final do vídeo se transformaram em cartazes de campanha semelhantes ao mostrado na figura 1, logo abaixo.

FIGURA 1: Dilma Coração Valente.



Fonte: Agência PT de Notícias, 2014.

Os responsáveis pelo marketing da campanha utilizaram o Xote para dar o ritmo do *jingle*, uma vez que o ritmo tem grande popularidade de norte a sul do Brasil e é um símbolo forte da mistura cultural existente no país. É um ritmo usado no forró nordestino e por sua versatilidade pode ser encontrado também, com algumas variações rítmicas, no extremo sul do Brasil com o xote gaúcho. O ritmo tem origem europeia e era conhecido como “*Schottisch*” foi levado para o Brasil e tornou-se uma dança da elite no período do Segundo Reinado, quando os escravos negros aprenderam alguns passos da dança, acrescentado sua maneira peculiar de bailado, o *Schottisch* caiu no gosto popular, com o nome de “xótis” ou simplesmente ‘xote’.” (COMUNIDADE CULTURAL, 2012).

Desde o lançamento do *jingle*, a nomeação “Coração Valente” foi muito utilizada pelos apoiadores e eleitores ao se referirem à presidente Dilma Rousseff e, mesmo não sendo utilizado por ela diretamente em seu discurso, tornou-se muito representativo de sua imagem durante a fase de campanha.

3.1 A INCORPORAÇÃO DA NOMEAÇÃO “CORACÃO VALENTE” NO DISCURSO DA PRESIDENTE

Como vimos na introdução deste capítulo, a nomeação “Coração Valente” foi associada à imagem da presidente Dilma Rousseff durante o período de campanha à reeleição em 2014. A referência a esta nomeação, criada pela equipe de marketing da campanha, se disseminou entre os seguidores, eleitores e equipe de governo da então candidata à reeleição. O termo não foi utilizado por ela diretamente em seus discursos de campanha à reeleição, mesmo quando ela buscava transparecer um *ethos* de valentia nas formações discursivas.

A autodenominação “Coração Valente” apareceu diretamente na fala da presidente Dilma Rousseff apenas após o resultado das urnas, com a vitória e a reeleição, durante o seu discurso de Posse realizado no dia 01 de janeiro de 2015 no Palácio do Planalto em Brasília.

Sdr.1: [...] Deus colocou em meu peito um coração cheio de amor pelas pessoas e por minha pátria. Mas antes de tudo um **coração valente** que não tem medo da luta. [...] (BRASIL, 2015, grifos nossos).⁵

Podemos analisar alguns conceitos chave nesse pequeno excerto do discurso de posse da presidente. Já se discorreu a respeito da defesa de um *ethos* de força e coragem diante das dificuldades encontradas na campanha, um *ethos* que buscava ser “mostrado” em seus discursos. Como já mencionado nesse trabalho, temos uma variação muito pequena entre o *ethos* que é dito e o que é mostrado, como define Amossy, 2011 “[...] A distinção entre o *ethos* dito e o *ethos* mostrado inscreve-se nos extremos de uma linha contínua, já que é impossível definir uma fronteira clara entre o “dito” sugerido e o “mostrado” não explícito. [...]” Ao utilizar a expressão “Coração Valente” este *ethos* passa a ser dito em seu discurso, e ela se utiliza de uma “cenografia” muito eficiente para isso, o discurso da vitoriosa, daquela que enfrentou e venceu a eleição nas urnas. Como nos expõe Maingueneau, a cenografia, ou cena da enunciação, é muito importante ao discurso político, principalmente para garantia de alcance do *ethos* pretendido pelo candidato. O “lugar” de onde um candidato vai falar é fundamental para a garantia de seu discurso “[...] o discurso político é igualmente propício à diversidade das cenografias: um candidato poderá falar a seus eleitores como jovem

⁵ Discurso de posse do segundo mandato – 01 de Jan. de 2015

executivo, como tecnocrata, como operário [...]” (AMOSSY, 2011, p. 76). Esta cenografia é parte fundamental na formulação do discurso, ela altera saberes já existentes, como o *ethos* prévio do interlocutor, o que já está instalado na memória do coletivo, as cenas já consideradas “validadas”, ou seja, aceitas e apreciadas pela sociedade daquele período, podendo ou não ser confirmadas no momento da fala, o que podemos identificar na fala da presidente nessa cena de enunciação, nesse espaço de candidata vitoriosa, é a reiteração deste *ethos* de valentia, de coragem para enfrentar os desafios. A autodenominação “Coração Valente” se concretizou em sua fala tendo o Palácio do Planalto como cenário aliado a cena da vitoriosa com a faixa presidencial no peito, elementos que corroboram para a confirmação do *ethos* de valentia em seu discurso. Assim, a construção do *ethos* parte desta cenografia já consolidada, e alia-se ao que é dito no discurso e ao que é mostrado explícita ou implicitamente sobre o sujeito Presidente da República, nesse caso mostrado e defendido explicitamente em sua postura e em seu discurso.

Além desta confirmação do *ethos* de resistência, podemos identificar nesta fala da presidente em Sdr.1, principalmente com as construções “amor à pátria”, “coração sem medo” e “luta”, a utilização de um arquivo discursivo do período em que esteve em confronto com o governo militar. Podemos identificar as referências a discursos ou formações discursivas conhecidas e repetidas sobre o período da “ditadura militar” por diversos sujeitos que vivenciaram ou escreveram sobre este período de governo. Estas afirmações da presidente remetem a uma memória vivida e discursivizada por ela sobre o período do governo militar desde a sua juventude, o que dá a ela a credibilidade e posição de sujeito que vivenciou e experienciou este período histórico, aumentando ainda mais o poder de credibilidade e “verdade” de seu discurso. Esse valor de verdade do discurso que reflete situações vividas pelo sujeito pode ser relacionado à teoria de Foucault sobre a historicidade presente nos enunciados, segundo o autor o enunciado é sempre histórico, ou seja, é um acontecimento que fica registrado, e que, no entanto, não é acabado em si, é repetido, reformulado, trazido à tona em contextos diferentes e com diferentes intenções, como podemos ler em sua obra “A Arqueologia do saber”:

[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente [...] é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a conseqüências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem. (FOUCAULT, 2008, p.32).

Termos que são geralmente relacionados ao arquivo discursivo da “ditadura militar”, surgem “reformulados” no discurso da presidente, como ferramentas de afirmação de seu *ethos* de mulher forte e guerreira que venceu as dificuldades de uma ditadura militar, que superou dificuldades como a prisão e a tortura física e psicológica. Estes termos reiteram o discurso de força de alguém, que demonstra em sua fala, ser uma defensora da pátria desde a juventude até os dias atuais, em que já é uma senhora idosa, além de não se abalar e ter total condição de governar o país, apesar de quaisquer críticas que tenham surgido com a sua reeleição.

O fato de ser a primeira mulher a assumir a chefia de estado do Brasil pode ser considerado também, um dos fatores que levam a presidente a buscar este *ethos* de valentia e força, de alguém que é valente e forte “apesar” de ser mulher. Esse fator pode ser observado nas constantes críticas direcionadas a Dilma Rousseff, desde a campanha eleitoral de seu primeiro mandato, que podem ser consideradas sexistas. Críticas que vão desde a sua maneira de se vestir (QUEIROZ, MARTINS JR, 2011) até ao fato de ser divorciada, ou simplesmente, de não ter um homem ao lado. As críticas iniciais publicadas em jornais e revistas impressos e digitais, além de redes sociais, foram se alterando e com seu segundo mandato chegaram a se tornar abusivos e misóginos contra a imagem da presidente, um exemplo que pode ser citado é o adesivo de carro que simulava um estupro e que foi bastante utilizado pelo país com a justificativa de se tratar de um protesto contra o aumento dos combustíveis, isso já em 2015 (FORUM, 2015). Os ataques desrespeitosos sofridos pela presidente Dilma, exclusivamente por ser mulher, se multiplicaram durante os seus mandatos, deste modo, a defesa de uma imagem de força e valentia se tornou uma estratégia essencial em seu discurso. Isso porque uma mulher com “Coração Valente” talvez possa ser considerada menos frágil diante de tantas situações adversas, não somente pelas situações de perseguições sexistas, mas por outras circunstâncias enfrentadas por um líder político durante períodos de crise econômica e política, como as que o país enfrentou nesse período, as quais culminaram nas investigações da “Lava Jato” e campanha à reeleição presidencial, sendo assim capaz de governar o país.

A utilização da nomeação “Coração Valente” durante o discurso de posse do segundo mandato, tornou a associação da expressão “Coração Valente” com a imagem e o *ethos* da presidente ainda mais forte e usada em maior escala pelos aliados políticos e defensores de seu segundo mandato. Este discurso pode ser considerado emblemático por ser a consagração da vitória da presidente apesar da forte campanha e das manifestações contrárias a sua reeleição. Com isso, a adesão a esta ideia de presidente com “Coração Valente” ganhou força

entre seus seguidores, e, como já vimos anteriormente, a eficácia ou eficiência do *ethos* está na sua capacidade de provocar certa adesão do interlocutor ao discurso, à formação discursiva transmitida pelo enunciador, como nos afirmam Motta e Salgado: “Para além da persuasão por meio de argumentos, essa noção de *ethos* permite refletir sobre o processo mais geral de adesão dos sujeitos a um certo discurso.”(MOTTA, SALGADO, 2015, p. 17). Assim, muito além de serem convencidas por um discurso, as pessoas aderem a ele, este é o objetivo maior dos discursos políticos, transmitir um *ethos* que garanta, além do convencimento dos eleitores acerca dos atributos do candidato, a aceitação e incorporação desse discurso por eles.

3.2 O *ETHOS* DE RESISTÊNCIA NO DISCURSO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

Na sequência deste capítulo de análise, verificaremos o *ethos* que emerge das práticas discursivas da presidente Dilma Rousseff nos anos de 2014 e 2015, durante investigações da operação “Lava Jato” no Brasil, examinaremos as regularidades discursivas presentes em sua fala, como a composição de um *ethos* de resistência diante das investigações, acusações e ataques de adversários políticos sofridos nesse período. Analisaremos esse *ethos* de resistência atrelado à defesa da verdade, ao discurso verdadeiro que é defendido por ela, principalmente no que tange à sua inocência diante das acusações de participação nos delitos investigados pela “Lava Jato” ou de ter cometido crime de responsabilidade fiscal na fase anterior ao aceite da abertura do pedido de Impeachment.

Como vimos nos capítulos de aporte teórico, o *ethos* é a representação da imagem de si, ou seja, a construção da própria imagem ou aquilo que se busca transparecer durante a fala. Construção que envolve desde a postura, o tom de voz, os gestos e a cena de enunciação. Dessa forma, quando pensamos no discurso político e em todo jogo de poder e de máscaras que ele envolve percebemos ainda mais a importância que esta estruturação do *ethos* apresenta. Assim, sobre a importância do *ethos* para a figura do político e sobre todo o poder de oratória e de convencimento que são necessários para a construção de um discurso político que leve os interlocutores a aderirem a sua mensagem, Motta e Salgado explicitam que “Para além da persuasão por meio de argumentos, essa noção de *ethos* permite refletir sobre o processo mais geral de adesão dos sujeitos a um certo discurso.”(MOTTA; SALGADO, 2015, p. 17).

No discurso político, existe a constante busca pela adesão a um *ethos* defendido ou, ao menos, a aceitação deste pelos interlocutores com quem se fala como já analisamos no discurso da presidente através do uso da nomeação “Coração Valente”. Mas não é apenas o

uso dessa nomeação como um *ethos* pretendido por ela que identificamos em sua fala, a defesa de um *ethos* de resistência é uma regularidade presente nos pronunciamentos e entrevistas concedidos pela presidente durante o período de análise. A frequente ativação do arquivo discursivo da ditadura militar aliada a uma prática discursiva que demonstra, insistentemente, a postura de uma pessoa que não se abala diante das críticas ou perseguições por já ter passado grandes dificuldades na vida, confirmam isso.

Ao analisar o discurso da presidente, percebemos que ela parte de uma imagem já concebida pelos seus interlocutores de “mulher que enfrentou e sobreviveu ao Governo Militar” para construir o *ethos* de resistência em sua fala. Esta antecipação também pode ser chamada de *ethos* prévio sobre o qual Amossy pondera em seus textos: “O recurso à noção de estereótipo, de um lado, e à noção de posição no campo intelectual, tomada de Bourdieu, de outro, permite destacar uma dimensão importante do *ethos*, pouco estudada até agora, chamada *ethos* prévio: é a imagem que o auditório faz do locutor no momento em que este toma a palavra.” (AMOSSY, 2011, p. 25). Assim, a presidente usa esta sua imagem já pré-concebida no cenário popular brasileiro como uma base para construção de seu *ethos* de resistência.

Entre os pronunciamentos e entrevistas analisadas é perceptível, pela repetição de expressões e situações discursivas, o quanto a demonstração de resistência está presente nas formações discursivas incorporadas pela presidente, e, o quanto ela se utiliza dessa resistência como uma resposta a vários ataques e questionamentos que sofreu durante o período de campanha e após a reeleição, buscando transmitir confiança aos eleitores sobre sua capacidade e condições físicas e psicológicas de continuar no governo. Ademais, percebemos que em diversas cenas agonísticas este *ethos* funcionou como um contra-ataque aos opositores que visavam a todo o custo denegrir sua imagem de governante do país e abalar sua confiança, tanto no período de campanha em 2014, até os primeiros meses de posse do segundo mandato em 2015.

3.2.1 O *Ethos* de Resistência aos Ataques ao seu Governo e os Primeiros Rumores de Impeachment

Desde 2015, quando a presidente iniciou seu segundo mandato, ela sofreu ataques da oposição e de eleitores insatisfeitos com sua reeleição e os primeiros rumores sobre um possível pedido de Impeachment começaram a surgir no congresso, via imprensa e em redes sociais. Junto com os rumores vieram os questionamentos à presidente sobre o seu

posicionamento quanto a esta possibilidade de abertura de solicitação de Impeachment. Como podemos ver na entrevista concedida pela Presidente da República ao Jornal La Jornada do México, em Brasília, no dia 24 de maio de 2015, a resistência para o enfrentamento da situação é uma marca fundamental em suas respostas, no momento em que é questionada pelo repórter sobre os rumores de Impeachment que surgiram naquela época:

Sdr. 1: [...] **Jornalista:** Duas perguntas. Uma é essa. Há um setor, uma direita, que fala muito do impeachment. Isso é uma forma de golpismo branco.

Presidenta: Posso te dizer? Essa questão do impeachment...

Jornalista: Não é um (incompreensível) da direita?

[...]

Presidenta: **Sem base real, porque o impeachment está previsto na Constituição, não é? Ele é um elemento da Constituição, está lá escrito. Agora, o problema do impeachment é sem base real, e não é um processo, e não é algo, vamos dizer assim, institucionalizado, tá? Eu acho que tem um caráter muito mais de luta política, você entende?**
 [...] **Agora, a mim não atemorizam com isso. Eu não tenho temor disso, eu respondo pelos meus atos. E eu tenho clareza dos meus atos. Então...** (BRASIL, 2015, grifos nossos).

O *ethos* de resistência cujos efeitos de sentido são a força e a coragem expressa em suas falas é uma regularidade nos pronunciamentos da presidente desde o seu primeiro mandato e, principalmente, na fase de investigações da Lava Jato. Além de mostrar força, a expressão “*não me atemorizam*” indica uma espécie de resposta a um sujeito não determinado em seu discurso nominalmente, mas que fica claro quando analisamos as fortes especulações de uma possibilidade de impeachment ou até mesmo de renúncia ao mandato nessa fase de seu governo, especulações levantadas por sua oposição com os ataques constantes a sua figura de líder e de mulher. Durante esta mesma entrevista, o jornalista questiona a presidente sobre o período de enfrentamento da ditadura militar, mais precisamente sobre a tortura a que ela foi submetida naquele momento.

Sdr. 2: **Jornalista:** Na tortura a senhora mentiu, não foi isso? Isso foi uma segunda tortura, digamos, de novo, Presidente?

Presidenta: Nem perto. Não passa nem perto da tortura aquilo. Que é isso? Uma pergunta de um senador no Congresso Nacional, com o Brasil democrático? Que é isso? Moleza. Ele me perguntar: “Na tortura você mentiu?” Por que ele perguntou isso? Porque ele não estava do meu lado, ele não era do meu lado, ele era de outro lado. Quem não mente em tortura, tá lascado. Você entrega companheiro, tem gente que é seu amigo, seu irmão, que você vê morrer. [...]

Jornalista: Meditação.

Presidenta: Meditação. Você faz meditação. Você sabe o que é fazer meditação espontânea? Você tem de tirar aquilo da sua cabeça. Porque se você não tirar aquilo da sua cabeça, o medo toma conta, não é? **E o medo, ele te corrói, o medo é uma coisa que tem dentro de você, não tem fora. O medo é tudo que a natureza, ao longo de toda a nossa evolução, colocou dentro de nós, para a gente poder sobreviver.** Há alguém querendo nos comer, não é? Há o raio, há o diabo. Há o diabo, por isso que tem adrenalina.

Jornalista: Portanto, a senhora resistiu àquilo, as pressões de hoje são nada.

Presidenta: Olha, eu te digo que elas são bem mais fáceis. Não que sejam facílimas ou que elas não são relevantes.

Jornalista: Mas quando a gente é preso está muito preparado para sofrer as pressões.

Presidenta: Mas eu te digo o seguinte: não passa perto. **Tem, outra coisa, que chama a dor, a dor. A dor é outra coisa que ela oprime, ela corrói, ela humilha, ela degrada. A dor degrada. Então, resistir é algo muito difícil. Não faz de ninguém herói, faz das pessoas só isso: gente. Você não vira herói, você vira gente.**

Jornalista: Ou vira Presidenta. (BRASIL, 2015, grifos nossos).

A retomada da memória da ditadura militar nesse trecho, ao falar do enfrentamento do medo e da dor diante das torturas sofridas, pode gerar certa comoção ou empatia nos interlocutores, principalmente com a utilização das palavras “medo” e “dor”, quando fala na degradação causada pela dor. Ela reforça com estas falas a superação da “dor” e do “medo” que ela precisou ter diante da tortura, sendo que esta foi, como é de conhecimento de grande

parte da população, uma prática comum durante o governo militar, principalmente após as investigações, levantamentos e julgamentos realizados pela comissão da verdade no Brasil. Ao utilizar estas memórias do que viveu na “ditadura” e da superação do medo e da dor que foram causados por ela, a presidente aumenta muito o impacto destas palavras no imaginário de quem ouve ou lê a entrevista, assim faz uso de um elemento retórico capaz de causar empatia nos interlocutores.

Além disso, a presidente reitera com este discurso o quanto considera menores as ameaças atuais, e, a tranquilidade que tem para enfrentar estas dificuldades, uma vez que estas não chegam perto da ameaça e da dor física enfrentadas por ela no período da “ditadura militar”. Assim, dentro deste *ethos* de resistência aparecem alguns elementos marcantes e característicos como a força e a tranquilidade para superar as ameaças e ataques que seu governo possa sofrer. Novamente ela tenta comprovar que é resistente a toda a tortura psicológica que possa surgir, por já ter passado por torturas físicas e psicológicas em sua juventude. Ela se utiliza de uma memória que é de domínio coletivo, ao menos de grande parte da população, para comprovar e legitimar este *ethos* de resistência.

Ainda nessa mesma entrevista, a presidente cita um trecho de João Guimarães Rosa, que fala de coragem e é, segundo ela, uma fonte de inspiração:

Sdr. 3: [...] **Presidenta:** “O que a vida quer de nós é coragem”? Sabe de quem é essa frase?

Jornalista: Não.

Presidenta: Essa frase, para mim, é de um dos maiores escritores brasileiros, chama João Guimarães Rosa. O texto inteiro é muito bonito. Se eu tivesse os meus 50 anos, eu te citaria ele, porque eu sei ele de cor mas não vou conseguir citar. Porque ele fala algo assim: que a vida esquentava e esfria, instiga e depois pacifica, radicaliza... Me abre ali, por favor? A vida quer de nós a coragem

[...]

Presidenta: Você achou? “O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquentava e esfria; aperta e daí afrouxa; sossega e depois desinquieta. **O que ela quer da gente é coragem**”. [...] (BRASIL, 2015, grifos nossos)

A citação de um dos mais conhecidos autores da literatura brasileira falando sobre coragem para viver a vida pode ser considerado também a reiteração deste *ethos* de resistência, ou ao menos a demonstração do quanto a necessidade de viver com coragem é recorrente nas formações discursivas incorporadas pela presidente. A citação de um trecho de João Guimarães Rosa, que é um dos principais poetas nordestinos e brasileiros, surge como um argumento de autoridade para a reiteração da importância de ter coragem para viver, não é apenas ela, Dilma Rousseff, que pensa assim, mas também uma personalidade da poesia brasileira. Esta referência ao poeta traz ainda, ao mesmo tempo, legitimidade e credibilidade ao discurso da presidente além de servir como símbolo de sua marca como sujeito: a resistência, um meio de se constituir sujeito diante das pressões sofridas durante seu governo e ante aos grandes desafios e dificuldades enfrentadas ao longo da vida.

3.2.2 A Resistência em seu Discurso Através da Adesão de uma Fala em Primeira Pessoa

O uso de pronomes em primeira pessoa é frequente nas falas da presidente Dilma Rousseff, aparece em praticamente todos os pronunciamentos feitos pela mesma em nosso período de análise. Podemos perceber na fala da presidente essa recorrência de uso ligada à construção do seu *ethos* de resistência ao trazer o efeito de sentido de que houve uma adesão dela ao que está sendo dito, de trazer o que está dizendo para perto de si mesma e de sua verdade. Este uso pode ser considerado a marca da adesão da presidente ao seu próprio discurso, de acordo com a teoria da enunciação de Benveniste (1988), ele possibilita que identifiquemos a aproximação recorrente no discurso de Dilma Rousseff entre aquilo que ela defende em seu discurso e o sujeito Presidente da República, através do uso dos pronomes em primeira pessoa (EU, ME). Nos momentos em que se apropria do arquivo o eu da enunciação se transforma no eu discursivo, aquele inscrito em uma memória, ou seja, o eu enunciativo se transforma no eu discursivo Presidente da República. Deste modo, podemos identificar a diferença entre o que podemos chamar de um *ethos* enunciativo e um *ethos* discursivo. O *ethos* enunciativo até pode ser planejado como uma imagem para a enunciação, já o discursivo é inconsciente, é aquele que reflete a constituição da subjetividade, que escapa do sujeito e foge do controle dele.

E ainda sobre esse uso de primeira pessoa identificamos que acontece uma espécie de efeito de “colagem” do seu discurso com a sua imagem, ela traz para si a responsabilidade pelos seus atos e por aquilo que defende em seu discurso, em uma espécie de “querer mostrar-se” em suas falas, em “dar a cara a tapa”, esse uso traz um fortalecimento de seu *ethos* de

resistência. Podemos perceber alguns exemplos dele nas sequências discursivas (Sdr.) citadas abaixo:

Sdr. 4: [...] **Eu não vou** me deixar, portanto, **atemorizar, não vou me deixar atemorizar** por xingamentos que não podem ser sequer escutados pelas crianças e pelas famílias. Aliás, **na minha vida pessoal, eu quero lembrar que eu enfrentei situações do mais alto grau de dificuldade**. Situações que chegaram ao limite físico. Eu suportei não foram agressões verbais, foram agressões físicas. **Suportei, suportei agressões físicas que eu tenho...** quero dizer para vocês quase insuportáveis. **E nada me tirou do meu rumo. Nada me tirou dos meus compromissos, nem do caminho que eu tracei para mim mesma.** E quero dizer e reiterar para vocês e para todos que estão nos assistindo. **Não serão xingamentos que vão me intimidar, me atemorizar. Eu não me abaterei por isso. Não me abato e nem me abaterei.** [...] (BRASIL, 2014, grifos nossos).⁶

Sdr. 5 : [...] “Além disso, quero dizer para vocês que ao longo da vida eu passei muitos momentos difíceis. Então, **eu sou uma pessoa que aguento pressão, aguento.** Eu sou **uma pessoa que aguento ameaça,** aliás, aliás, eu **sobrevivi a grandes ameaças à minha própria vida.**” [...] (BRASIL, 2015, grifos nossos).⁷

Podemos observar, principalmente nas sequências acima, a repetição do uso da palavra “aguento” o que nos leva a analisar seus possíveis efeitos de sentido, aguentar pode ser sinônimo de resistir ou suportar, além de vários outros significados possíveis encontrados em qualquer dicionário. No entanto, se pensarmos em todas as referências feitas pela presidente às memórias do tempo de enfrentamento do governo militar, quando foi torturada durante interrogatórios para entregar seus companheiros, identificamos outra relação de sentido

⁶Discurso concedido pela Presidente da República Dilma Rousseff na cerimônia de inauguração da 1ª etapa do BRT Expresso DF Eixo Sul - Trecho entre Santa Maria, Gama e Rodoviária do Plano Piloto - Brasília/DF- 13 de Jun. de 2014.

⁷Discurso concedido pela presidente durante cerimônia de entrega de 747 unidades habitacionais dos Residenciais Pérola VI e VII e Ajuricaba, do Programa Minha Casa Minha Vida em Boa Vista/RR – 07 de Ago. de 2015.

possível para a palavra aguento, o de pessoa ética que não cede e não entrega os companheiros, ou que não cede ao sistema corruptor da política. Uma vez que, segundo ela, o torturado aparece de duas formas, o que aguentava, era valente e não entregava todo mundo, e aquele não valente, que entregava. Este discurso aconteceu em agosto de 2015, época em que as manifestações e pressões da oposição por uma possível renúncia ou abertura de impeachment ficavam cada vez maiores, fase em que a presidente sofria ataques não apenas a sua posição sujeito Presidente da República, mas a sua pessoa, e muito intensamente a sua imagem de mulher.

Em função disso, é possível absorver de seu discurso a reiteração das agressões físicas e psicológicas vividas em seu passado de enfrentamento aos Governos Militares e a sua capacidade de resistir a esta situação vivida no presente diante da pressão e insatisfação popular com seu governo. Mesmo sendo pronunciamentos previamente preparados para eventos que não tinham vinculação com nenhuma memória do período militar, a sequência 5 é trecho de pronunciamento feito na inauguração de um trecho Rodoviário e a sequência 6 durante cerimônia de entrega de unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, estes arquivos remontantes à ditadura são atualizados em seu discurso como uma resposta a essa situação de instabilidade política desencadeada nessa fase posterior a reeleição e de constantes escândalos envolvendo as investigações da operação “Lava Jato”.

Sdr. 6: [...] como presidenta mas, sobretudo, como brasileira, **eu** defenderei, em quaisquer circunstâncias e com todas as **minhas forças** a Petrobras. **Não transigirei** em combater todo tipo de malfeito, ação criminosa, tráfico de influência, corrupção ou ilícito de qualquer espécie, seja ele cometido por quem quer que seja. Mas, igualmente, **não ouvirei calada** a campanha negativa dos que, por proveito político, não hesitam em ferir a imagem desta empresa que o nosso povo construiu com tanto suor e lágrimas, apesar da galera mangar, com as mãos encharcadinhas de óleo, mas também de muita esperança. [...] (BRASIL, 2014, grifos nossos).⁸

⁸ Discurso concedido pela presidente durante cerimônia alusiva à viagem inaugural do navio Dragão do Mar e batismo do navio Henrique Dias no Estaleiro Atlântico Sul em Ipojuca/PE - 14 de Abr. de 2014

Analisando estas sequências discursivas podemos identificar algumas marcas discursivas, conforme já havíamos mencionado antes, como o uso repetitivo dos pronomes pessoais na 1ª Pessoa do Caso Reto (Eu) e Oblíquo (Me), quando faz referência a resistência, a predominância dessa maneira de falar quer atribuir àquele sujeito da ditadura a valentia característica da atualidade. Outro fato a ser analisado é a recorrência da pessoalidade ante a impessoalidade que deveria ser característica a um presidente, um cargo e não uma pessoa, existe um olhar de pessoalidade muito grande sobre ela, a figura política que não enriqueceu ilicitamente, a suposta idoneidade de “sua pessoa” que já vem desde a resistência aos militares. Além do uso dos pronomes, existe o uso das conjugações verbais sempre reforçando essa pessoalidade e subjetividade em seu discurso, aproximando o sujeito presidente daquilo que é defendido em seu discurso. A presidente se coloca como sujeito de seu dizer, o efeito de aproximação dela e de seu discurso é evidente, e reitera a sua resistência baseada na verdade (resisto, pois a verdade está comigo), esse “mostrar-se” em seu discurso traz este efeito de sentido de “falo isso porque sei que é verdade, não preciso me esconder de minhas palavras”.

De acordo com a teoria da enunciação de Benveniste, existem algumas marcas que aproximam a pessoalidade ou não-pessoalidade na enunciação, de acordo com o uso dos pronomes pessoais. Segundo esta teoria, “eu e tu” caracterizam-se como marca de pessoa em oposição a “ele” não pessoa. “[...] as expressões da pessoa verbal são, no seu conjunto, organizadas por duas correlações constantes: 1 – Correlação de personalidade, que opõe as pessoas eu/tu a não-pessoa ele; 2 – Correlação de subjetividade, interior à precedente e opondo eu a tu.” (BENVENISTE, 1988, p. 254).

O uso de primeira pessoa implica sobremaneira o sujeito a seu próprio discurso, ele joga sobre si mesmo a responsabilidade pelos fatos que enuncia. Nas duas primeiras pessoas, há ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa, ou seja, “Eu” designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo eu, não posso deixar de falar de mim, ou, eu não posso deixar de me responsabilizar por aquilo que falo, e faço isso com tranquilidade pois a verdade está ao meu lado. A reiteração de um discurso de força também é reforçado, com este uso em primeira pessoa, como podemos perceber nas repetições: *não vou me deixar atemorizar, eu enfrentei, eu suportei, eu aguento, não vão me intimidar, não me abato, sobrevivi, ameaças a minha vida*. Esta linguagem aparece exaustivamente em seus discursos nos meses anteriores ao aceite do pedido de impeachment pelo presidente da Câmara dos Deputados.

É possível identificar nesta fala a reiteração da sua força para resistir às agressões verbais, uma vez que já suportou as agressões físicas da tortura. Este pronunciamento além de reiterar a sua força e resistência, soa como uma resposta aos constantes ataques e xingamentos de baixo calão que lhe eram direcionados nesse período. A presidente busca deixar claro nessas falas que não teme o assédio moral por já ter resistido, segundo ela, ao pior tipo de ameaça que alguém pode sofrer, a sua própria vida. Essa resistência pode ser percebida também como resposta negativa a quem especulava uma renúncia em caso de abertura do processo de Impeachment: *como presidenta, mas, sobretudo, como brasileira, eu defenderei, em quaisquer circunstâncias e com todas as minhas forças a Petrobras.*

Além da instância enunciativa de pessoa (nesse caso uso de 1º pessoa) podemos identificar as instâncias de tempo e espaço no discurso da presidente, o espaço “aqui” onde ela se encontra e quer permanecer (na liderança do país), e as referências constantes às memórias de um tempo passado de militância política e enfrentamento ao governo militar, que formaram o sujeito presidente da atualidade, e os objetivos de um tempo futuro com o enfrentamento da corrupção e crise política, através do uso de alguns dêiticos como os verbos em primeira pessoa e no tempo passado, presente e futuro: “enfrentei, suportei, sobrevivi, tracei, abato, abaterei, defenderei, não ouvirei, etc.”. Assim, como a pessoa enuncia num certo espaço e num determinado tempo, todo espaço e todo tempo organizam-se em torno do “sujeito” que é tomado como ponto de referência. Com esta representação de pessoa, espaço e tempo na enunciação da presidente temos, o que é chamado na teoria da enunciação de *debreagem enunciativa*.

Uma vez que a enunciação é a instância da pessoa, do espaço e do tempo, há uma *debreagem actancial*, uma *debreagem espacial* e uma *debreagem temporal*. A *debreagem* consiste, pois, num primeiro momento, em disjuntar do sujeito, do espaço e do tempo da enunciação e em projetar no enunciado um não eu, um não aqui e um não agora. Como nenhum eu, aqui ou agora inscritos no enunciado são realmente a pessoa, o espaço e o tempo da enunciação, uma vez que estes são sempre pressupostos, a projeção da pessoa, do espaço e do tempo da enunciação no enunciado é também uma *debreagem*. (FIORIN, 2007, p. 82).

Este efeito de adesão ao seu próprio discurso, ou seja, adesão aos ideais que defende em suas falas é recorrente ao sujeito Presidente da República em seus pronunciamentos, ela se compromete com seu dizer ao utilizar primeira pessoa, e assume totalmente a responsabilidade por seus atos, assim como, ao mesmo tempo, solicita a adesão do outro à verdade do que está sendo dito. Essa colagem com seu próprio discurso diante da situação agonística vivida por ela em uma fase de rumores de impeachment, fase em que precisa se

mostrar inocente diante das acusações gera um efeito de transparência e coragem, uma vez que ela não foge de sua fala, mas a reitera utilizando primeira pessoa (eu), ela assume seu discurso e as consequências que possam vir dele, como é costume dizer nesses casos, ela “dá a cara a tapa”.

3.3 O COMBATE À CORRUPÇÃO E AS REFERÊNCIAS AO “GOLPE” EM UM POSSÍVEL IMPEACHMENT: A DEFESA DA DEMOCRACIA

Durante o nosso período de análise, auge das investigações e início das prisões da operação “Lava Jato”, outro aspecto importante pode ser apontado nos discursos e entrevistas da presidente Dilma Rousseff, a necessidade de defesa diante das acusações de participação na corrupção que a cada dia ficava mais à mostra em todas as esferas do governo brasileiro. Assim, além de demonstrar resistência em seu discurso e citar a “ditadura militar” enfrentada em sua juventude como prova, a presidente precisou defender um *ethos* de inocência e preocupação com a situação, além de transmitir garantias de combate a esta situação caótica em que a política brasileira estava mergulhada. Os ataques nesse período não aconteciam apenas em função da crise econômica enfrentada pelo país, mas, principalmente, pelo escândalo de corrupção que a cada dia ganhava novos capítulos e envolvidos. Os rumores de impeachment começaram a surgir logo após a posse em seu segundo mandato, início de 2015, e foram refutados ou referidos como golpe por ela em alguns discursos. Nessa fase de seus discursos, aparece muito a figura da presidente democrata ou até mesmo patriota, preocupada com os caminhos da democracia diante da possibilidade de um impeachment e com a defesa da soberania da Petrobrás como maior estatal brasileira.

Sdr. 7: [...] como presidenta mas, sobretudo, como brasileira, **eu defenderei, em quaisquer circunstâncias e com todas as minhas forças a Petrobras. Não transigirei em combater todo tipo de malfeito, ação criminosa, tráfico de influência, corrupção ou ilícito de qualquer espécie, seja ele cometido por quem quer que seja.** Mas, igualmente, **não ouvirei calada a campanha negativa dos que, por proveito político, não hesitam em ferir a imagem desta empresa que o nosso povo construiu com tanto suor e lágrimas,**

apesar da galera mangar, com as mãos encharcadinhas de óleo, mas também de muita esperança. [...] (BRASIL, 2014, grifos nossos).⁹

A sequência discursiva 7 foi pronunciada pela presidente durante a cerimônia alusiva à viagem inaugural do navio Dragão do Mar e batismo do navio Henrique Dias no Estaleiro Atlântico Sul em Ipojuca/PE. É possível perceber um alinhamento do discurso da presidente com o discurso da esquerda brasileira, mais precisamente do Partido dos Trabalhadores a respeito de uma possível desestabilização da Petrobrás por parte da oposição (ou direita) como maneira de tornar possível pequenas privatizações ou mesmo a negociação da tecnologia de exploração do pré-sal¹⁰, que até então era de domínio exclusivo do país. Esse discurso foi bastante repetido nessa fase até como uma forma de defesa da esquerda diante dos constantes escândalos envolvendo políticos de vários partidos e executivos da estatal com desvios e lavagem de grandes quantias em dinheiro.

Sdr. 8: [...] **Presidenta: Sem base real, porque o impeachment está previsto na Constituição, não é?** Ele é um elemento da Constituição, está lá escrito. Agora, o problema do **impeachment é sem base real, e não é um processo, e não é algo, vamos dizer assim, institucionalizado, tá?** Eu acho que **tem um caráter muito mais de luta política**, você entende? Ou seja, é muito mais esgrimido como **uma arma política**, não é? Uma espécie de **espada política**, mistura de espada de Dâmocles que querem impor ao Brasil.[...] (BRASIL, 2015, grifos nossos).¹¹

⁹ Discurso concedido pela presidente durante cerimônia alusiva à viagem inaugural do navio Dragão do Mar e batismo do navio Henrique Dias no Estaleiro Atlântico Sul em Ipojuca/PE – 14 de Abr. de 2014

¹⁰ “O pré-sal é uma sequência de rochas sedimentares formadas há mais de 100 milhões de anos no espaço geográfico criado pela separação do antigo continente Gondwana. Mais especificamente, pela separação dos atuais continentes Americano e Africano, que começou há cerca de 150 milhões de anos. Entre os dois continentes formaram-se, inicialmente, grandes depressões, que deram origem a grandes lagos. Ali foram depositadas, ao longo de milhões de anos, as rochas geradoras de petróleo do pré-sal. Como todos os rios dos continentes que se separavam corriam para as regiões mais baixas, grandes volumes de matéria orgânica foram ali se depositando. À medida que os continentes se distanciavam, os materiais orgânicos então acumulados nesse novo espaço foram sendo cobertos pelas águas do Oceano Atlântico, que então se formava. Dava-se início, ali, à formação de uma camada de sal que atualmente chega até 2 mil metros de espessura. Essa camada de sal depositou-se sobre a matéria orgânica acumulada, retendo-a por milhões de anos, até que processos termoquímicos a transformasse em hidrocarbonetos (petróleo e gás natural).” Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/> Acesso em: 15 de dez. de 2016.

¹¹Entrevista concedida pela presidente ao Jornal mexicano La Jornada - 24 de Mai. de 2015

A sequência discursiva colocada acima faz parte de uma entrevista concedida por Dilma Rousseff ao Jornal Mexicano La Jornada, e, por se tratar de uma entrevista é possível perceber um questionamento direto sobre os rumores de impeachment que se intensificavam nessa época, maio de 2015. A resposta da presidente é bem direta ao colocar o impeachment, que é uma possibilidade democrática, como uma “arma política” dentro do contexto vivido pelo país na fase logo seguinte à reeleição, que segundo ela, não foi aceita por parte da oposição, uma arma que produz forte impacto quando pensamos nesse campo de constante luta pelo poder político.

Sobre essa questão da efemeridade do poder, Dilma cita um personagem da cultura grega clássica: Dâmocles, ao comentar sobre a espada de Dâmocles que sente sobre sua cabeça. Segundo a história moral que faz parte da cultura grega, Dâmocles, era um cortesão muito adulator da corte de Dionísio I de Siracusa, um tirano do século IV A.C, na Sicília. Ele dizia que Dionísio era extremamente afortunado por todo poder e autoridade que possuía. Dionísio, disposto a dar-lhe uma lição, ofereceu-se para trocar de lugar com ele apenas por um dia, para que ele também pudesse sentir o prazer de toda esta sorte. Desse modo, à noite, um banquete foi realizado em que Dâmocles adorou ser servido como um rei e não se deu conta do que se passava por cima de si. Somente ao final da refeição ele percebeu sobre si uma espada afiada suspensa por um único fio de rabo de cavalo, diretamente sobre a sua cabeça. Dionísio o explicou que esta espada estava sempre sobre sua cabeça, era a responsabilidade e os riscos que vinham com o poder, com o fato de que a qualquer momento alguém poderia tramar para tirá-lo. Imediatamente Dâmocles perdeu o interesse pela excelente comida e pelas belas mulheres ou eunucos que o rodeavam e abdicou de seu lugar dizendo que não queria mais ser tão afortunado. A espada de Dâmocles é assim uma alusão, frequentemente usada, para representar a insegurança daqueles com grande poder que podem perdê-lo de repente devido a qualquer situação de revelia ou golpe a sua posição, como é referido por Dilma em sua fala.¹²

Sdr. 9: [...] Quando **nós ganhamos as eleições, no dia seguinte começou essa tentativa.** Agora ela se expressa na **busca incessante da oposição de encurtar seu caminho ao poder**, de dar um passo, um salto e **chegar ao poder fazendo um golpe, dando um golpe.** Eu

¹²Disponível em ><http://brasilecola.uol.com.br/biografia/damocles.htm>> Acesso em 14 de Set de 2016.

falei “fazendo” porque **trata-se de construir, de forma artificial, o impedimento de um governo eleito pelo voto direto, com 54 milhões de votos dados a nós**, de votos dados ao nosso projeto.[...] (BRASIL, 2015, grifos nossos).¹³

Sdr. 10: [...] Nós achamos que **não existe nenhuma base, nenhuma materialidade, nenhum elemento para se pedir um processo de impedimento em relação ao meu mandato**. Nós consideramos que é, de fato, **uma medida muito casuística, não só casuística, mas golpista. É tentar chegar ao poder através de, vamos dizer assim, isso sim, pedaladas políticas. Isso sim é pedalada, é chegar ao poder através de atalhos**. [...] (BRASIL, 2015, grifos nossos).¹⁴

Nas duas sequências acima, a palavra golpe aparece explicitamente na fala da presidente, o que é estratégico se pensarmos no contexto de produção e o público alvo destes pronunciamentos, o primeiro é parte de um discurso durante um Congresso da CUT (Central Única dos Trabalhadores), tradicionalmente uma entidade de esquerda, e o segundo é uma entrevista à EPTV, que é afiliada da TV Globo de Piracicaba, São Paulo, parte de uma mídia que também foi acusada de participação no que foi chamado de golpe pelo então governo ao se referir ao processo de impeachment como um todo, desde os rumores até a aceitação da abertura por parte do então Presidente da Câmara Deputado Eduardo Cunha.

Em todas as sequências discursivas colocadas acima, podemos identificar, no discurso presidencial, a imagem da presidente que luta e busca manter o regime democrático, a democrata que se preocupa com as instituições com as quais tem compromisso como chefe de estado eleita pelo voto direto da grande maioria da população como reitera no seguinte trecho: “*o impedimento de um governo eleito pelo voto direto, com 54 milhões de votos dados a nós, de votos dados ao nosso projeto*”. Ela reforça com esta postura a legitimidade de seu governo indo ao encontro do imaginário popular que prega a importância de se ouvir o povo, de seguir o que o povo determinar para o país. A presidente defende sua legitimidade de líder escolhida pelo povo para governar o país, e que o respeito não se deve apenas a sua figura, mas à escolha soberana deste povo e a constituição que rege o país.

¹³Discurso concedido pela presidente durante a cerimônia de abertura do 12º Congresso Nacional da CUT - São Paulo/SP –13 de Out. de 2015.

¹⁴Entrevista concedida pela presidente à EPTV, afiliada da TV Globo de Piracicaba/SP – 14 de Out. de 2015.

Estes trechos trazem ainda outras marcas discursivas atreladas ao arquivo do período da ditadura militar, como é frequente em seu discurso. Ela se utiliza da expressão “voto direto” quando quer enfatizar que foi escolhida pela maioria da população. Fala em luta política e começa a utilizar explicitamente as expressões “golpe” e “golpista” em suas falas oficiais, termos relacionados ao golpe militar, ao processo discursivo do golpe, claro que, como é sabido, vivemos um contexto diferente, não temos militares envolvidos, mas as circunstâncias de impedimento de um governo por uma tentativa de se chegar ao poder se configuram como um golpe. Existe assim um discurso maior ou processo discursivo maior (Golpe militar), de onde saem às formulações discursivas menores (Golpe pelo Impeachment).

Nestas sequências de fala da presidente ela comenta claramente sobre a suposta perseguição sofrida desde o momento da reeleição, deixa implícito o entendimento de que os pedidos de impeachment derivam inicialmente de uma insatisfação da oposição com sua vitória nas eleições, logo no início da fala ela faz este comentário “... *nós ganhamos as eleições, no dia seguinte começou essa tentativa...*”, ela questiona de maneira explícita o interesse “ilegítimo” da oposição em alcançar o poder não alcançado pelo voto direto nas eleições. Dilma Rousseff enfatiza em seu discurso dessa fase a sua resistência em manter-se no cargo por ser a governante legítima do país, repete constantemente a vitória nas eleições diretas e a perseguição sofrida por aqueles que não aceitaram a derrota, como uma forma de fortalecer este *ethos* de resistência em seu discurso, por ser detentora da verdade ao se dizer inocente dos crimes de que é acusada. Assim, ela que é a “escolhida” pelo povo e está disposta a lutar por seu mandato e pelas instituições que garantem a soberania democrática do país.

Quando nos detemos na análise destes períodos de fala identificamos a adoção de um discurso de preocupação com a soberania do país, que aparece no posicionamento constante de defesa à Petrobrás e em colocá-la como uma empresa do povo brasileiro, construída e mantida com o suor de todos. Existe uma busca constante em se mostrar capaz de combater a corrupção da qual a estatal era alvo. Outra remissão ao arquivo da ditadura militar acontece em seus pronunciamentos, quando a presidente comenta que está lutando pela liberdade e pela democracia pela segunda vez, como já havia lutado anteriormente na fase de militante contrária à ditadura militar.

Sdr. 11[...] Por uma questão, **eu tenho de ter lealdade com a experiência histórica da minha geração, que foi muito dura.** Eu

sobrevivi. Agora, naquela época, quando você sobrevivia, você tinha de dar graças a Deus, porque não tinha muita explicação para você sobreviver, não. A loteria de quem sobrevivia e de quem não sobrevivia era puro acaso. Então, **eu tenho de honrar todos aqueles que não sobreviveram. E tenho de honrar... O melhor jeito de honrar é entender essa conquista imensa que nós tivemos na nossa sociedade; é entender que a democracia é algo que nós temos de preservar custe o que custar.** (BRASIL, 2015, grifos nossos).¹⁵

Sdr. 12 [...] Nós, os brasileiros, queremos **um país em que a lei seja o limite. Muitos de nós lutamos por isso justamente quando as leis e os direitos foram vilipendiados durante a ditadura.**[...] Essas são as bases de nossa democracia e valho-me de recente manifestação de meu amigo José Mujica, ex-presidente uruguaio, que disse: “Esta democracia não é perfeita porque nós não somos perfeitos. Mas temos que defendê-la para melhorá-la, não para sepultá-la”. Que fique consignado **que o Brasil continuará trilhando o caminho democrático e não abrirá mão das conquistas pelas quais tanto lutamos.** (BRASIL, 2015, grifos nossos).¹⁶

Quanto mais os rumores de impeachment deixavam de ser hipotéticos e distantes e se tornavam uma possibilidade concreta, mais explicitamente o discurso de defesa do processo democrático de eleição direta aparece nos pronunciamentos da presidente, como podemos identificar nas duas sequências acima emitidas em agosto e setembro de 2015, período em que os rumores começaram a se tornarem iminência de uma realidade. Esta ênfase ao falar nos direitos e leis garantidos com a democracia soa quase como um apelo junto aos interlocutores, situação que também é estratégica em meio à fase de intensas manifestações contrárias ao seu governo, uma vez que o público que a ouvia nesses dois trechos poderia se converter em um apoio importante nesse período de baixo prestígio, o primeiro discurso foi realizado durante diálogo com Movimentos Sociais, que geralmente tem uma predominância esquerdista, e o

¹⁵Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Diálogo com Movimentos Sociais Brasileiros - Brasília/DF – 13 de Ago. de 2015.

¹⁶ Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Abertura da 70ª Assembleia-Geral das Nações Unidas - Nova Iorque/EUA – 28 de Set. de 2015.

segundo é parte do discurso da presidente durante assembleia nas Nações Unidas a quem ela fez questão de denunciar o que chamava já nesse período de “Golpe” contra a democracia brasileira.

Sdr. 13 [...] Quero dizer a vocês: **eu lutei a minha vida inteira pela liberdade e vou continuar lutando. E agora tenho ido à luta mais uma vez**, e irei quantas forem necessárias. **Lutarei para defender o mandato que me foi concedido pelo voto popular, pela democracia e pelo nosso projeto.** [...] Eu sou presidenta porque fui eleita pelo povo em eleições lícitas. **Tenho, a meu favor, a legitimidade das urnas, que me protege e à qual eu tenho o dever de proteger.** (BRASIL, 2015, grifos nossos).¹⁷

A sequência discursiva 13 também tem um público tradicionalmente apoiador da esquerda, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o pronunciamento foi realizado em um congresso em outubro de 2015 e também enfatiza o “dever” da presidente em defender a democracia acima de tudo. Deste modo, Dilma Rousseff reforça, em todos os trechos elencados acima, o *ethos* de democrata e patriota, defensora pela segunda vez da democracia brasileira, toda e qualquer controvérsia que possa existir sobre as reais finalidades e interesses da luta armada que se opôs à ditadura militar é apagada em seu discurso. O que se mantém desse arquivo discursivo é apenas a luta pela liberdade de expressão, de escolha dos candidatos e de manifestação contrária ao que desagrada aos interesses públicos. Para enfatizar a sua posição de mandatária responsável em proteger os interesses da população, as expressões “*lutar por*” se repetem em seu discurso: *lutar pela liberdade, pela democracia, pelo voto popular, pela legitimidade das urnas, pelas leis*. Ela reitera sua postura de abnegada que luta pelos interesses da nação em primeiro lugar, não apenas para salvar seu posto de mandatária, mas para salvar a democracia e a soberania da nação, estrategicamente este “lutar” é usado sempre como algo em prol do país, pouco é remetido à defesa de si mesma.

Outra expressão que está presente em seu discurso como forma de se mostrar ao lado do que é verdadeiro é a palavra legitimidade. Dilma defende constantemente a legitimidade de seu governo eleito pelo voto direto, e pelo qual mantém seu *ethos* de resistência, e quando

¹⁷ Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante o I Congresso Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores- MPA - São Bernardo do Campo/SP – 14 de Out. de 2015.

analisamos o significado de legítimo como algo que está de acordo com a lei, que tem legalidade e valor, percebe-se a ênfase dada por ela à sua resistência e coragem de líder que está ao lado da lei. De acordo com o dicionário Aurélio legitimidade é “1 Qualidade ou caráter de legítimo. 2 Legalidade; genuinidade. 3 Direito à sucessão hereditária. 4 Direito que assiste; justiça; conformidade com a razão.” (DICIONÁRIO AURÉLIO). A presidente defende o seu mandato, que além de legal por ser vencido nas urnas, tem a razão ao seu lado, como se a legitimidade fosse sua proteção diante desta tentativa de golpe. Isso tudo nos remete constantemente ao arquivo da ditadura militar, que ressurgiu, se reorganiza e se reconstrói em torno de termos que se reciclam e se mostram novamente, mantendo apagada qualquer controvérsia possível aos movimentos contrários a ditadura militar brasileira.

Em seus discursos deste período a presidente além de reiterar a preocupação com a democracia do país, manteve uma postura de distanciamento da questão da corrupção que vinha à tona com as investigações da “Lava Jato”. Por que falamos em distanciamento e de que forma ele ocorre? Não é possível identificar com clareza em sua fala um comprometimento com o enfrentamento dessa situação, na verdade o que podemos perceber é a defesa da postura de alguém que sempre combateu a corrupção, ela repetiu com frequência que as investigações que vinham acontecendo, assim como todo o alcance das divulgações destas investigações, foram uma forma de demonstrar a não aceitação por parte de seu governo destes casos graves de corrupção que vinham ocorrendo no país. Como podemos ver nas sequências discursivas abaixo:

Sdr. 14: Somos **um governo que não transige com a corrupção** e temos o **compromisso e a obrigação de enfrentar a impunidade que alimenta a corrupção**. (BRASIL, 2015, grifos nossos).¹⁸

Sdr. 15: [...] **O que envergonha um país não é apurar, investigar e mostrar. O que pode envergonhar um país é não combater a corrupção, é varrer tudo para baixo do tapete. O Brasil já passou por isso no passado e os brasileiros não aceitam mais a hipocrisia, a covardia ou a conivência**. [...] (BRASIL, 2014, grifos nossos).¹⁹

Sdr. 16: **A corrupção não nasceu hoje**, ela não só é **uma senhora bastante idosa nesse país**, como ela **não poupa ninguém**. Ela não

¹⁸Discurso realizado durante o lançamento do Pacote Anticorrupção – 18 de Mar. de 2015.

¹⁹ Pronunciamento em cadeia de rádio e televisão sobre o Dia do Trabalho- 30 de Abr. de 2014.

poupa, **pode estar em tudo quanto é área, inclusive, no setor privado.** (Brasil, 2015, grifos nossos).²⁰

Como podemos perceber nos trechos acima, sempre que acontece a inquisição direta ou indireta sobre o combate à corrupção a resposta é de que ele já está acontecendo, uma maneira de esfriar esta demanda constante nesse período, ao invés de dizer que realmente será necessário criar mecanismos mais eficientes para combater a corrupção e assumir esta responsabilidade diante dos interlocutores, a justificativa é de que esse combate já está sendo realizado. Isso é perceptível ao analisar suas falas, como as citadas acima, e identificar a enumeração de justificativas e supostas ações que já estariam sendo realizadas por seu governo, desde o primeiro mandato, para enfrentar o gargalo criado pela corrupção no país, o qual era a questão mais debatida nessa fase da operação Lava Jato.

Assim, seu discurso retrata uma posição de enfrentamento da corrupção pelo seu governo, defende ser este um momento de combate à corrupção, dessa forma a operação “Lava Jato” aparece implícita em seu discurso como uma forma de enfrentamento deste mal e não como algo negativo a sua permanência no cargo. É possível perceber em seu discurso a referência ao histórico de corrupção no Brasil, quando comenta que esta não nasceu na atual fase de nossa história política, mas que existe em nosso país há muito tempo, sem nunca ter sido enfrentada, ou como ela deixa entrever em seu discurso, nem sequer ter sido investigada com rigor, como acontece atualmente. Em uma entrevista coletiva concedida alguns dias antes, em março de 2015, a presidente deixa isso bem claro, em um “tom” que beirava a ironia. A presidente aponta em seu discurso a corrupção como uma realidade presente em nosso país há muito tempo e não apenas na política, no setor público, mas também em setores privados.

3.4 O ARQUIVO E AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS CONSTITUTIVAS DO DISCURSO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF: OS DESLIZAMENTOS DAS POSIÇÕES SUJEITO

O objetivo da parte final deste capítulo é analisar as referências ao arquivo discursivo do governo militar, ou “ditadura militar”, como é nominado pela presidente Dilma Rousseff, e como estas referências produzem efeitos de sentido nas formações discursivas da Presidente e

²⁰ Entrevista coletiva após cerimônia de sanção do Código de Processo Civil em Brasília- 15 de Mar. de 2015.

no embasamento de seu *ethos* de força e resistência. Este arquivo da “ditadura militar” será analisado de acordo com as definições de Foucault, ou seja, como o “conjunto de discursos efetivamente pronunciados” (FOUCAULT, 2008, p. 150), sendo então, o conjunto de discursos efetivamente proferidos a respeito da “ditadura militar”. Obviamente a relação deste arquivo com nosso discurso, ou no caso, com o discurso da presidente não é controlado pela mesma, uma vez que não controlamos e nem somos a origem de nosso discurso, ele é sim formado a partir de diversos arquivos discursivos de onde é impossível identificar a origem específica. Sobre este cruzamento de discursos que formam o emaranhado inconsciente das formações discursivas Foucault comenta em sua obra “Arqueologia do Saber”:

[...] toda a massa de textos que pertencem a uma mesma formação discursiva - e tantos autores que se conhecem e se ignoram, se criticam, se invalidam uns aos outros, se plagam, se reencontram sem saber e entrecruzam obstinadamente seus discursos singulares em uma trama que não dominam, cujo todo não percebem e cuja amplitude medem mais - todas essas figuras e individualidades diversas não comunicam apenas pelo encadeamento lógico das proposições que eles apresentam, nem pela recorrência dos temas, nem pela pertinência de uma significação transmitida, esquecida, redescoberta; comunicam pela forma de positividade de seus discursos. (FOUCAULT, 2008, p. 144)

No entanto, mesmo que inconscientemente, alguns discursos ou arquivos discursivos se entrecruzam na formação de nossas posições sujeito mais do que outros. As experiências vividas e o que temos de referência, desde as leituras realizadas aos exemplos observados em nossa constituição como sujeitos desde criança são pilares para nossa formação discursiva, ou servem de base na seleção de arquivos discursivos que irão moldar ou orientar nossas falas e postura, pensando no arquivo como reorganização das informações e não como simples repetição dos discursos já enunciados. No caso da presidente Dilma Rousseff, podemos identificar o uso frequente de arquivos da ditadura militar nos pronunciamentos e entrevistas oficiais, principalmente e sobremaneira, durante este período de investigações da “Lava Jato”, o nosso período de análise. O uso deste arquivo gera um deslizamento de posições sujeito constante no discurso da presidente Dilma Rousseff, em alguns momentos é a posição Presidente da República que está falando, em outros a militante política torturada pela ditadura, ou a primeira mulher presidente que precisa ser forte para governar.

O sujeito é histórico, ou seja, é produzido na e pela própria história que o entremeia. Segundo Foucault, o sujeito é fruto em alguns momentos das relações de saber e poder que lhe são impostas e, em outros, de espaços de liberdade de criação, uma mistura de atividade e passividade. Esse sujeito assume diferentes posições de acordo com o lugar social que ocupa e a formação discursiva que o molda em determinados momentos, o seu discurso varia de

acordo com estas posições, lugares e formações discursivas variadas, “as posições de sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos” (FOUCAULT, 1997, p. 59).

O discurso assim como o sujeito é disperso, deste modo, ele não é contínuo ou homogêneo dentro de cada lugar social. A manifestação dessa dispersão dá-se nos “diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que o sujeito pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala” (FOUCAULT, 1997, p. 61). Estes lugares, ou posições, são construídos de acordo com a formação social, formam e são formados pelas práticas discursivas. Assim, Foucault define discurso como: “um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação ao mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos”(FOUCAULT, 1997, p. 62).

Quando exploramos os discursos da presidente Dilma Rousseff podemos identificar um deslizamento regular entre algumas posições que são parte de sua constituição sujeito, entre estas podemos destacar a posição Presidente da República, a primeira mulher presidente, a militante política, além da patriota lutadora pela liberdade no país. Abaixo, analisaremos algumas sequências discursivas em que podemos identificar estes deslizamentos.

3.4.1. O *ethos* de governante comprometida com a nação.

A posição sujeito Presidente da República é reiterada na fala de Dilma Rousseff principalmente quando ela busca demonstrar o trabalho do seu governo no combate à corrupção, ou quando defende a importância e a legitimidade de seu trabalho à frente da chefia de estado brasileiro. Esta posição não aparece de uma forma autoritária ou taxativa de normas e regras, ao menos não de maneira explícita, mas sim como a posição de um sujeito que é líder de um país e está trabalhando em prol desta nação e busca legitimar este trabalho diante de seus eleitores.

Sdr. 1 [...] Essa é uma responsabilidade de cada governo. **Responsabilidade que assumimos**, ao fortalecer nossas instituições. **Construímos o Portal Governamental da Transparência** que assegura, ao cidadão, acessar os gastos governamentais em 24 horas. **Aprovamos a Lei de Acesso à Informação** que permite ao cidadão, o acesso a qualquer informação do governo, exceto aquelas relativas à

soberania do país. **Fortalecemos e demos autonomia aos órgãos que investigam e também ao que faz o controle interno do governo. Criamos leis que punem tanto o corrupto, como o corruptor.** O fortalecimento de tais instituições é essencial para o aprimoramento de uma governança aberta e democrática. A recente reeleição do Brasil para o Comitê Executivo da "Parceria para o Governo Aberto" vai nos permitir contribuir também para governos mais transparentes no plano mundial. [...] (BRASIL, 2014, grifos nossos).²¹

Pronunciado durante abertura de debate da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2014, fase de intensa campanha à reeleição e de constantes protestos no Brasil diante das denúncias constantes de corrupção envolvendo a Petrobrás, o trecho do pronunciamento presente, na Sdr.1, enfatiza uma suposta tentativa de transparecer o compromisso do governo com estas demandas, com o combate à corrupção. Uma antecipação de resposta, da presidente, aos questionamentos que poderiam surgir em face da situação vivida pelo país naquele período, perguntas que outras nações poderiam fazer naquele momento, e as quais ela se antecipa enumerando as principais ações de seu governo para o enfrentamento da corrupção.

Sdr. 2 [...] O Brasil sabe que jamais compactuei com qualquer ilícito ou malfeito. **Meu governo foi o que mais apoiou o combate à corrupção, por meio da criação de leis mais severas, pela ação incisiva e livre de amarras dos órgãos de controle interno, pela autonomia da Polícia Federal como instituição de Estado, e pela independência assegurada ao Ministério Público.** Os governos e a justiça estarão cumprindo os papéis que se espera deles se punirem exemplarmente os corruptos e corruptores[...] (BRASIL, 2015, grifos nossos).²²

A segunda sequência de corpus citada faz parte do pronunciamento de Posse do segundo Mandato no dia 01 de janeiro de 2015, depois de uma reeleição bastante disputada

²¹Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate de Alto Nível da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU)- 24 de Set. de 2014.

²² Discurso de posse do segundo mandato – 01 de Jan. de 2015.

alcançada em meio a fortes protestos e manifestações populares e midiáticas. Esta fala tem uma grande importância em nosso corpus analítico, e, especificamente nesse trecho, traz a posição sujeito presidente reeleita justificando as ações de seu governo diante da situação envolvendo a corrupção no país, mesmo o pronunciamento já sendo previamente preparado ele surge sim como resposta aos questionamentos de grande parcela dos brasileiros diante da situação de crise política que já começava a se desenhar nessa fase, a presidente reitera a posição de tranquilidade diante do compromisso de governar em meio à turbulência gerada pelas investigações da operação “Lava Jato”. Isso se repete nos dois trechos citados abaixo, de dois pronunciamentos realizados nos meses logo seguintes a sua posse, a sequência 3 ainda em janeiro em uma Reunião Ministerial na Granja do Torto e a sequência 4 em março de 2015 durante a Cerimônia de Lançamento do Pacote Anticorrupção, sendo esta certamente uma resposta às reivindicações populares naquele período.

Lembrando que em março de 2015 aconteceram as principais movimentações populares de insatisfação com a corrupção e o governo brasileiro em si, com centenas de pessoas lotando ruas e praças, fase em que já se ouviam rumores de um possível Impeachment. O lançamento deste Pacote Anticorrupção pode ser considerado um apoio na construção deste *ethos* de líder preocupada com os problemas enfrentados pelo país, aquela que já está enfrentando estes problemas com ações concretas e não alguém que ainda precisa se comprometer com promessas de melhoria.

Sdr. 3 [...] **Vou chegar ao final deste mandato podendo dizer o mesmo que disse do primeiro: nunca um governo combateu com tamanha firmeza e obstinação a corrupção e a impunidade [...]** (BRASIL, 2015, grifos nossos).²³

Sdr. 4 [...] **O meu compromisso quero dizer a vocês, com o combate à corrupção e à impunidade é coerente com a minha vida pessoal, com a minha prática política [...]** E é coerente com a minha atuação como presidenta da República. [...] (BRASIL, 2015, grifos nossos).²⁴

²³Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante abertura da Reunião Ministerial - Granja do Torto – 27 de Jan. de 2015.

²⁴Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de Lançamento do Pacote Anticorrupção – 18 de Mar. de 2015.

O que fica mais evidente quando nos detemos na posição sujeito Presidente da República presente na fala de Dilma Rousseff é a preocupação com os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo país, as quais, segundo ela, seriam as prioridades de seu governo, a vida pessoal não interessa a esta posição. Assim, ela fala da posição de alguém que coloca a sua responsabilidade como líder do país à frente dos interesses pessoais, alimentando sua legitimidade e credibilidade de governante séria e comprometida com o Brasil.

Outro ponto importante da análise desta posição sujeito é o movimento de busca por legitimação da presidente, movimento esse que interpela o interlocutor na demanda por convencimento e adesão. Deste modo, sempre que acontece a inquirição direta ou indireta sobre o combate à corrupção a resposta é de que ele já está acontecendo, uma maneira de esfriar esta demanda constante nesse período, ao invés de dizer que realmente será necessário criar mecanismos mais eficientes para combater a corrupção e assumir esta responsabilidade diante dos interlocutores, a justificativa é de que esse combate já está sendo realizado. Isso é perceptível ao analisar suas falas, como as citadas acima, e identificar a enumeração de justificativas e supostas ações que já estariam sendo realizadas por seu governo desde o primeiro mandato para enfrentar o gargalo criado pela corrupção no país, que era a questão mais debatida nessa fase da operação “Lava Jato”.

Outro ponto que é necessário ser apontado, sobre o qual, no entanto, não aprofundaremos a análise em nosso trabalho, é a questão da dificuldade da presidente em se expressar com clareza em grande parte de seus pronunciamentos, tanto entrevistas como discursos, o que pode gerar diversos efeitos de sentido, entre eles certa proximidade com o povo, além de uma maior franqueza, uma vez que as falas não parecem ser preparadas para convencer de algo irreal. Mesmo os pronunciamentos, que já são escritos com antecedência, sempre deixam transparecer momentos de improvisação ou espontaneidade, que geraram muitas críticas e até piadas em diversos momentos de sua vida pública e principalmente depois da posse na presidência, mas que em poucos momentos foram avaliados sob a perspectiva de uma maior transparência discursiva, ou maior dificuldade de controle da linguagem, mesmo sabendo, sob a ótica da análise do discurso, que não existe uma maneira de controlar a linguagem, existe sempre esta tentativa por parte do sujeito e uma grande variação de sucesso neste “domínio” entre um sujeito e outro.

Em todas as falas enumeradas acima ela comenta alguma ação criada pelo governo no combate à corrupção, como a criação de leis, do portal da transparência, além da autonomia dada à Polícia Federal e ao Ministério Público, o que possibilitou inclusive, a autonomia das

investigações da operação “Lava Jato”. Deste modo, percebemos, nesse jogo de sentidos e imagens, a transposição de um *ethos* de governante que sempre esteve cumprindo seu papel, ou seja, a tentativa de esfriar os “ânimos” relacionados à demanda por parte de seus interlocutores pela criação de soluções para os casos de corrupção. Ela se posiciona como alguém que já vem enfrentando este problema, como se tudo estivesse como deveria e não houvesse necessidade de criar outros mecanismos de combate à corrupção além dos que já são utilizados pelo seu governo, como se fosse uma questão de tempo para que tudo fosse resolvido e dessa forma não havia necessidade de se comprometer.

Predomina uma posição sujeito democrata que está respeitando as solicitações do povo sem reprimir as manifestações, mas que, no entanto, não dá grande ênfase à problemática da corrupção por se colocar como aquela que já a está combatendo. Existe a tentativa de demonstrar coerência entre o seu discurso, de democrata e patriota, com a sua atuação como Presidente da República, mas mantendo um afastamento seu e de todos que estão envolvidos em seu governo, podemos considerar o Partido dos Trabalhadores, desta realidade problemática que era enfrentada pelo país, ela mantém, de certa forma, o discurso da não responsabilidade já utilizado anteriormente pelo governo Petista.

3.4.2. A militante política que combateu a ditadura militar.

Uma das posições sujeito mais regulares na fala de Dilma Rousseff é a de militante política que enfrentou a ditadura militar, fato que confere ao seu discurso constante demonstração de força e coragem, principalmente na fase de turbulência política suscitada pelo escândalo midiático em torno da operação Lava Jato. Esta posição talvez seja uma das mais assumidas pela presidente, uma vez que, este enfrentamento aconteceu ainda em sua juventude e a tornou bastante conhecida no país.

Sdr. 5 [...] Mas é também um processo recente que foi os anos, os chamados anos negros, em que **a tortura se transformou numa prática de combate político**. E a experiência, **a minha especificamente, mas eu falo a experiência aí no sentido geral, demonstra que a tortura é como um câncer: ela começa numa célula, mas ela compromete toda a sociedade**. Ela compromete quem tortura; **o sistema que tortura; compromete, obviamente, o torturado porque afeta, talvez, a condição mais humana de todos**

nós, que é sentir dor, e destrói os laços civilizatórios da sociedade. Por isso, para nós, é necessariamente um momento de autoconsciência combater e eliminar a tortura no nosso país. [...] (BRASIL, 2014, grifos nossos).²⁵

Sdr. 6 [...] Repito aqui o que disse quando do lançamento da Comissão da Verdade: **nós reconquistamos a democracia a nossa maneira, por meio de lutas duras, por meio de sacrifícios humanos irreparáveis**, mas também por meio de pactos e acordos nacionais, que estão muitos deles traduzidos na Constituição de 1988. Assim como **respeitamos e reverenciamos e sempre o faremos, todos os que lutaram pela democracia, todos que tombaram nessa luta de resistência enfrentando bravamente a truculência ilegal do estado** e nós jamais poderemos deixar de enaltecer esses lutadores e lutadoras, também **reconhecemos e valorizamos os pactos políticos que nos levaram a redemocratização**. [...] (BRASIL, 2014, grifos nossos).²⁶

Quando analisamos as duas sequências discursivas acima, podemos perceber uma forte relação contextual com as memórias e o arquivo do período militar presentes na fala da presidente. A sequência 5 é um trecho do discurso realizado na posse dos membros do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura²⁷ em julho de 2014 e a sequência 6 é um trecho do discurso feito na entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade²⁸ em

²⁵Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na posse dos membros do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - Brasília/DF- 25 de Jul. de 2014.

²⁶Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade - Brasília/DF – 10 de Dez. de 2014.

²⁷O Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT) é um dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT). O colegiado é composto por 23 membros, sendo 11 representantes de órgãos federais e 12 da sociedade civil. A iniciativa tem como objetivo contribuir para o enfrentamento a essa violação em instituições de privação de liberdade, como delegacias, penitenciárias, locais de permanência para idosos e hospitais psiquiátricos. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/comite-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura> Acesso em: 15 de dez. de 2016.

²⁸ O relatório final da Comissão Nacional da Verdade foi entregue em dezembro de 2014 após dois anos e sete meses de investigação das práticas de tortura e assassinatos ocorridos durante o Governo Militar entre 1964 e 1985. O relatório apontou 377 agentes responsáveis pela repressão além de outros números como a quantidade de mortos e desaparecidos que chegou a 434 pessoas. Composto por “4.328 páginas, o documento consolida o trabalho da comissão, após dois anos e sete meses de audiências públicas, depoimentos de militares e civis e coleta de documentos referentes ao regime militar.” Disponível em:

dezembro de 2014. Lembrando que esta comissão foi responsável pela investigação dos crimes de perseguição e tortura acontecidos durante os governos militares, fase vivida e frequentemente lembrada pela presidente em seus discursos.

Sdr. 7 [...] Quero te dizer o seguinte: protesto contra o governo em ano eleitoral, me desculpa, mas todo ano eleitoral acontece. **Eu, na Copa de 70, eu estava presa no presídio Tiradentes. Muita gente dizia: “Ah, se o Brasil ganhar, você fortalece a ditadura”. Muita gente falava isso assim, insinuava ou dizia.**

Kennedy: E numa situação difícil, a senhora separou as coisas.

Presidenta: Posso te falar uma coisa? Não fui só eu, não.

Kennedy: Mais gente, lá...? [...] (BRASIL, 2014, grifos nossos)²⁹

A sequência discursiva 7 é um trecho de uma entrevista concedida pela presidente ao SBT em junho de 2014 momento em que, sendo questionada sobre o período da ditadura militar, ela comenta sobre a fase na qual esteve presa e sobre protestos que acontecem, segundo ela, em todo ano eleitoral, fala que remonta e atualiza a memória e o arquivo discursivos da ditadura militar em seu discurso, mais especificamente memória que atualiza a constante luta e confronto por parte de muitos brasileiros contra a repressão vivida nos governos militares. A entrevista ocorreu em um momento de constantes manifestações contrárias ao governo brasileiro e logo após o lançamento da campanha à reeleição de Dilma Rousseff. Estas memórias também estão presentes na sequência 8 logo abaixo no texto, que é um trecho de seu emblemático pronunciamento de posse do segundo mandato, onde ela reitera a sua resistência ao atualizar as memórias da força necessária para enfrentar a ditadura aliando à força que necessitou para conseguir uma reeleição disputada em um cenário de crise política que se iniciava no país.

Sdr. 8 [...] Meus amigos e minhas amigas. **Já estive algumas vezes perto da morte e destas situações saí uma pessoa melhor e mais forte. Sou ex-opositora de um regime de força que provocou em**

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/consulte-integra-do-relatorio-final-da-comissao-nacional-da-verdade.html>> Acesso em 15 de dez. de 2016.

²⁹Entrevista exclusiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, ao SBT, no dia 04 de junho de 2014 - Brasília/DF.

mim dor e me deixou cicatrizes, mas que jamais destruiu em mim o sonho de viver num país democrático e a vontade de lutar e construir este sonho. Por isso, me emociono ao dizer que **sou uma sobrevivente.** Se me permitem, quero dizer mais: **pertenço a uma geração vencedora.** (Brasil, 2015, grifos nossos).³⁰

Sdr. 9 [...] **Eu, particularmente, participei e tenho a honra de ter participado do processo de resistência à ditadura. Como muitos outros brasileiros sofremos as consequências da resistência para ver esse país livre da censura, da opressão e da interdição da liberdade de expressão.** Nunca mais, no Brasil, nós vamos ver pessoas, que ao manifestarem sua opinião, seja contra quem quer que seja, inclusive, a Presidência da República, possam sofrer quaisquer consequências [...] não pude deixar de pensar e tenho certeza que muitos aqui concordam comigo: **valeu a pena lutar pela liberdade, valeu a pena lutar pela democracia. Este país está mais forte que nunca [...]** (BRASIL, 2015, grifos nossos).³¹

A sequência discursiva 9 também remonta a uma atualização do arquivo discursivo da ditadura, mas nesse caso referindo-se a questão da liberdade de expressão e ao respeito a democracia e ao voto popular. Esse pronunciamento aconteceu em março de 2015 durante cerimônia de sanção do Código de Processo Civil, rumores de Impeachment já começavam a surgir entre seus opositores, além do questionamento constante do resultado da eleição que culminou com sua reeleição. Deste modo, já nesta fase a presidente reiterava constantemente em seu discurso a importância do respeito ao voto popular e principalmente da democracia que a colocara no poder, mesmo sem fazer referência explícita à possibilidade de “Golpe” como foi nominado por ela, mais tarde, o processo de Impeachment.

Sdr. 10 [...] **ao longo da vida eu passei muitos momentos difíceis. Então, eu sou uma pessoa que aguento pressão, aguento. Eu sou uma pessoa que aguento ameaça, aliás, aliás, eu sobrevivi a**

³⁰Discurso de posse do segundo mandato – 01 de Jan. de 2015.

³¹Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de sanção do Código de Processo Civil – 16 de Mar. de 2015.

grandes ameaças à minha própria vida. Acho que o Brasil hoje é muito diferente daquele Brasil que eu tive de enfrentar as mais terríveis dificuldades. Por quê? Porque este País é uma democracia, e uma democracia respeita, sobretudo, uma coisa, respeita a eleição direta pelo voto popular [...] (BRASIL, 2015, grifos nossos).³²

A sequência 10 foi usada pela presidente em um pronunciamento durante a cerimônia de entrega de unidades habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida e, mesmo não tendo nenhuma referência nessa cerimônia à ditadura militar, podemos perceber a enfatização da resistência em seu discurso ao se referir a fatos vividos naquele período histórico, o que é estratégico, uma vez que esta fala aconteceu em agosto de 2015, fase de intensa pressão popular e midiática sobre o seu governo, esta referência pode ser percebida no trecho: “*eu sou uma pessoa que aguento pressão, aguento. Eu sou uma pessoa que aguento ameaça, aliás, aliás, eu sobrevivi a grandes ameaças à minha própria vida.*”. Ao utilizar estas expressões, o sujeito se insere nesse norte de resistência, e esse emaranhado de afirmações, remissões ao passado de enfrentamento à ditadura militar, além do uso de expressões como “Coração Valente”, vão gerando este *ethos* de resistência. Situação que é enfatizada pelo uso de palavras como “aguento”, que é repetida diversas vezes, “aguento dor, aguento sofrimento, aguento ameaças”, a necessidade de legitimar sua campanha com a adesão dos eleitores aos seus ideais e projetos de governo.

Na sequência abaixo, que é parte de um pronunciamento realizado em diálogo com os Movimentos Sociais, também ocorrido em agosto de 2015, ela continua destacando o quanto é capaz de aguentar já que é uma sobrevivente da ditadura além de ressaltar sua resistência ela se legitima como líder capaz de enfrentar a situação política que dificultava cada vez mais o seu governo. O que pode nos levar a entender que uma sobrevivente das torturas e da prisão ocorridas durante a ditadura consegue resistir às pressões contrárias a sua permanência no poder.

Sdr. 11 [...] eu tenho de ter lealdade com a experiência histórica da minha geração, que foi muito dura. Eu sobrevivi. Agora, naquela

³²Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de entrega de 747 unidades habitacionais dos Residenciais Pérola VI e VII e Ajuricaba, do Programa Minha Casa Minha Vida - Boa Vista/RR – 07 de Ago. de 2015.

época, quando você sobrevivia, você tinha de dar graças a Deus, porque não tinha muita explicação para você sobreviver, não. **A loteria de quem sobrevivia e de quem não sobrevivia era puro acaso.** Então, eu tenho de honrar todos aqueles que não sobreviveram [...] (BRASIL, 2015, grifos nossos).³³

As relações de poder são constitutivas do social, e as relações sociais são essencialmente conflitivas, deste modo, e como já comentamos anteriormente em nosso trabalho, o campo político é um campo agonístico, um espaço de constante luta pelo poder e isso acontece desde que a humanidade decidiu se organizar em comunidade com seus diversos meios de regulamentação social. Dentro destas regulamentações sociais, surgiram como campos principais o político, o econômico, o midiático e o jurídico, onde ao campo político cabe liderar e lutar pelos interesses da sociedade e, atrelada a esta liderança, vem o poder tão almejado desde o surgimento das primeiras comunidades. Segundo Charaudeau (2013), o poder político é resultado de dois fatores: a discussão de ideias no grande espaço público e o fazer político, que se insere no campo mais limitado do espaço político, onde as decisões são tomadas. Sobre estes dois fatores, o autor traz ainda:

[...] O primeiro é o lugar de uma luta discursiva na qual muitos golpes são permitidos (manipulação, proselitismo, ameaças/promessas etc.), estando em jogo a conquista de uma legitimidade por meio da construção de opiniões; o segundo é o lugar onde se exerce o poder de agir entre uma instância política que se diz soberana e uma instância cidadã, sendo o desafio o exercício de uma autoridade mediante uma dominação feita de regulamentação e de sanção (CHARAUDEAU, 2013, p.23).

Assim, de acordo com o autor, podemos ver atrelado ao jogo do poder político a questão da legitimidade que é essencial ao candidato para a conquista da confiança da instância cidadã que define o acesso a esse poder através do voto. Deste modo, a luta por legitimidade e credibilidade é constante no discurso de qualquer candidato ou líder político que queira manter-se no poder. Sobre a noção de legitimidade e sua importância nesse jogo de luta pelo poder político, o autor Norberto Bobbio nos traz a seguinte definição de legitimidade:

³³Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Diálogo com Movimentos Sociais Brasileiros - Brasília/DF – 13 de Ago. de 2015.

Podemos definir Legitimidade como sendo um atributo do Estado, que consiste na presença, em uma parcela significativa da população, de um grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força, a não ser em casos esporádicos. É por esta razão que todo poder busca alcançar consenso, de maneira que seja reconhecido como legítimo, transformando a obediência em adesão. A crença na Legitimidade é, pois, o elemento integrador na relação de poder que se verifica no âmbito do Estado (BOBBIO, 1998, p. 675).

Quando analisamos o discurso da presidente Dilma Rousseff, é possível identificar esta preocupação com a legitimidade, principalmente nas falas que remetem ao arquivo da ditadura militar, como os trechos analisados acima, e nos momentos em que defende incisivamente a democracia brasileira. Ao examinar o discurso enfático da presidente sobre os malefícios causados pela ditadura, que foram sentidos por ela na pele, podemos constatar a sua busca por legitimidade diante dos eleitores, uma vez que se mostra contrária ao uso da força para conquistar o poder político, como foi o caso do golpe militar.

Sobre esta contraposição das noções de legitimidade e força no campo político Bobbio nos traz a seguinte afirmação

[...] o problema da relação entre o poder e a força põe-se um problema de mera efetividade (no sentido de que um poder fundado apenas sobre a força não pode durar) ou também um problema de legitimidade (no sentido de que um poder fundado apenas sobre a força pode ser efetivo mas não pode ser considerado legítimo). (BOBBIO, 1987, p. 87).

De acordo com o autor, esta busca pela legitimidade é constante no campo político, uma vez que a força por si só não é capaz de manter um poder por muito tempo. E quando olhamos com mais atenção para o discurso utilizado pela posição sujeito militante política que lutou contra a ditadura militar, sendo presa e torturada em função disso quando ainda era uma jovem, podemos perceber a intenção da presidente Dilma Rousseff de, além de mostrar sua força e coragem, alcançar a legitimidade perante o olhar dos eleitores brasileiros.

Existe uma remissão regular no discurso do sujeito Presidente da República ao seu passado de luta antiditadura militar, como nos trechos acima citados, com afirmações semelhantes a estas: “*Sou ex-opositora de um regime de força que provocou em mim dor e me deixou cicatrizes, mas que jamais destruiu em mim o sonho de viver num país democrático e a vontade de lutar e construir este sonho*”; “[...] *participei e tenho a honra de ter participado do processo de resistência à ditadura*”; “[...] *eu tenho de ter lealdade com a experiência histórica da minha geração, que foi muito dura. Eu sobrevivi.*” Ao utilizar estas expressões o sujeito se insere nesse norte de resistência, esse emaranhado de afirmações, remissões ao passado de enfrentamento à ditadura militar. Ela se utiliza muito do passado e de sua história

de luta contra um regime autoritário pautado na força para alcançar esta legitimação por parte de seus eleitores, como podemos ver no trecho em que fala da necessidade de ter lealdade com a “experiência histórica de sua geração”.

De acordo com Bobbio (1987), podemos considerar essa remissão a fatos históricos como um dos princípios da legitimidade, junto com a vontade e a natureza.

A recorrente consideração segundo a qual o supremo poder, que é o poder político, deva também ter uma justificação ética (ou, o que é o mesmo, um fundamento jurídico), deu lugar a várias formulações de princípios de legitimidade, isto é, dos vários modos com os quais se procurou dar, a quem detém o poder, uma razão de comandar, e a quem suporta o poder, uma razão de obedecer[...] (BOBBIO, 1987, p. 88).

É possível identificar no discurso da presidente Dilma a junção dos princípios da história (seu passado de luta em uma fase que foi marcante para o Brasil) com o da vontade (o respeito pela vontade do povo acima de tudo, a democracia). Sobre a questão da história retomada em sua fala, temos como exemplificação seu discurso de militante política, como citamos acima, esta posição sujeito é a mais frequente em suas falas e pronunciamentos. Já sobre a posição sujeito democrata que respeita a vontade do povo em primeiro lugar, falaremos mais no próximo item de análise deste capítulo com a posição sujeito democrata. Sobre este princípio da utilização da história Bobbio nos traz a seguinte definição: “Enquanto a referência à história passada constitui um típico critério para a legitimação do poder constituído, a referência à história futura constitui um dos critérios para a legitimação do poder que está se constituindo.” (1987, p. 90).

Deste modo, quando analisamos o discurso da presidente Dilma Rousseff nos momentos em que a posição sujeito militante política é regular podemos inferir que, além de representar um *ethos* de resistência diante da situação vivida com as manifestações, ataques midiáticos e de opositores, principalmente na fase da reeleição, existe também uma busca por legitimidade diante de seus eleitores. Utilizar o arquivo discursivo da ditadura militar e se mostrar orgulhosa em ter participado daquela fase histórica para o país, lutando pela liberdade do mesmo, são recursos que possibilitam à presidente se mostrar digna e legítima merecedora dos votos e da confiança da população, já que, sempre lutou pelos interesses da democracia ou, mais precisamente, para restaurá-la e é a democracia que garante a vontade do povo como a força que move a nação.

3.4.3. A presidente democrata defensora dos interesses da República.

Atrelada à posição sujeito militante política vem a posição sujeito democrata, uma vez que lutar contra a ditadura se justifica em sua fala como uma luta pela democracia. Mesmo em meio a grandes manifestações contrárias ao seu governo, a reiteração desta posição de democrata sempre se manteve em seu discurso. Posição de presidente democrata preocupada principalmente com a liberdade do país, acima de qualquer interesse com problemas pessoais que essa liberdade poderia lhe trazer.

Sdr. 12[...] **Nós que amamos tanto a democracia** esperamos que a ampla divulgação deste relatório permita **reafirmar a prioridade que devemos dar às liberdades democráticas, assim como a absoluta aversão que devemos manifestar sempre aos autoritarismos e às ditaduras de qualquer espécie. Nós que acreditamos na verdade** esperamos que este relatório contribua para que fantasmas de um passado doloroso e triste não possam mais se proteger nas sombras do silêncio e da omissão.[...] (BRASIL, 2014, grifos nossos).³⁴

A sequência discursiva acima é parte do pronunciamento realizado pela presidente durante a entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade em dezembro de 2014, a qual, como já mencionado antes, investigou os crimes de tortura e assassinatos realizados durante o período dos Governos Militares. A presidente enfatiza seu amor pela democracia e pela liberdade que está atrelada a ela, em oposição ao autoritarismo e às marcas que ficaram atreladas à “ditadura militar”, principalmente em face à tortura e mortes que foram atribuídas aos envolvidos com o regime. Esta fala vinda de uma mulher que presenciou e sentiu na pele tudo isso, que já contou em detalhes as torturas que sofreu em diversas ocasiões, traz um peso e uma relevância muito maiores a este discurso, gerando até mesmo certa comoção nos que estavam presentes nesse momento.

³⁴Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade - Brasília/DF – 10 de Dez. de 2014.

Sdr. 13 [...] Eu gosto de repetir o que sempre respondo quando me perguntam sobre a liberdade de imprensa: **prefiro o ruído e as críticas usuais e normais na democracia ao silêncio imposto ou obsequiosamente aceito nas ditaduras. A liberdade de expressão requer também a destinação do devido espaço para o debate elucidativo, sem censura ou autocensura, em todos os formatos de mídia, sobre os direitos contemporâneos e os avanços civilizatórios, indispensáveis a uma sociedade conectada com as demandas do século XXI. [...]** (BRASIL, 2015, grifos nossos).³⁵

Em uma fase de constantes manifestações e ataques ao seu governo, ela se coloca como a democrata e republicana que respeita o “barulho” das ruas e os considera “avanços civilizatórios”, ou seja, ela procura não demonstrar temor diante da situação intensa vivida pelo país, como se essa situação ainda a alegrasse por ser a prova de que o Brasil vivia, então, um processo democrático de liberdade de expressão e voto direto. Este pronunciamento foi realizado em junho de 2015 durante a abertura do Dia Internacional da Academia das Artes e Ciências Televisivas, momento em que ela fez questão de enfatizar a liberdade que deveria ser conferida a todos os tipos de mídias, e ao povo em geral que, nessa fase, se manifestava frequentemente contra ou na defesa de seu governo.

Mesmo se analisarmos um pronunciamento ocorrido antes dessa fase de pressão pelo Impeachment, como no trecho abaixo que é parte de sua fala na posse do segundo mandato ocorrido em janeiro de 2015, a ênfase deste amor pela democracia e pela pátria já aparece em sua fala, junto à nomeação “Coração Valente”.

Sdr. 14 [...] **Deus colocou em meu peito um coração cheio de amor pelas pessoas e por minha pátria. Mas antes de tudo um coração valente que não tem medo da luta.** Um coração, sim, que dispara no peito com a energia do amor, do sonho e da esperança. **Um coração tão cheio de fé no Brasil que não tem medo de proclamar: vamos vencer todas dificuldades, porque temos a chave para isso.** Esta chave pode ser resumida num verso com sabor de oração: "O

³⁵Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a abertura do Dia Internacional da Academia das Artes e Ciências Televisivas - Rio de Janeiro/RJ - 25 de Jun. de 2015.

impossível se faz já; só os milagres ficam para depois"[...] (Brasil, 2015, grifos nossos).³⁶

No intervalo destacado abaixo, que faz parte do pronunciamento proferido pela presidente durante cerimônia de sanção do Código de Processo Civil em março de 2015, é perceptível a manutenção, em sua fala, do destaque à democracia, do respeito ao voto popular e às manifestações das ruas. No entanto, neste trecho ela alia tudo isso ao combate à corrupção, seria, segundo ela, a democracia o “antídoto” para a corrupção. Em qualquer outra fase política do país se questionaria esta aproximação feita por ela; entretanto, naquela fase em que os rumores de impeachment começavam a surgir, aliados a uma intensa manifestação popular justificada pela indignação com os casos de corrupção investigados pela Petrobras, além do questionamento por parte da oposição com os resultados da eleição desde o final de 2014, torna este discurso de “democracia para combater a corrupção” uma possível estratégia de refreamento das manifestações, além da busca de apoio popular para melhorar sua imagem e credibilidade diante dos eleitores. Assim, de sua legitimidade como presidente eleita democraticamente parte esta busca por credibilidade e sustentáculo diante do povo.

Sdr. 15 [...] A credibilidade das instituições e **a preservação das regras da democracia são os melhores antídotos contra a corrupção, a intolerância e a violência. É com a democracia que se vencerá o ódio, é com democracia que se combaterá corruptores e corrompidos [...] o Brasil de agora é um país democrático que convive pacificamente com manifestações**, ao contrário de muitos países no resto do mundo. **Na democracia, nós respeitamos as urnas que traduzem a vontade de toda a nossa nação. Na democracia, nós respeitamos as ruas, um dos legítimos espaços de manifestação popular, pacífica e sem violência.** Respeitamos e ouvimos com atenção todas as vozes, de todos os matizes e de todas as tendências [...] (BRASIL, 2015, grifos nossos).³⁷

³⁶Discurso de posse do segundo mandato – 01 de Jan. de 2015.

³⁷Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de sanção do Código de Processo Civil – 16 de Mar. de 2015.

A incidência da posição sujeito democrata no discurso da presidente Dilma Rousseff também é uma regularidade quando examinamos suas falas e pronunciamentos. Esta posição, assim como a de militante política, está atrelada a utilização do arquivo discursivo da ditadura militar, toda remissão a sua luta em prol da democracia no Brasil naquela fase, assim como a resistência aos atentados a sua dignidade e integridade física e mental com a prisão e as torturas enfrentadas por ela, fazem referência a utilização desse arquivo.

Como já comentado na análise anterior, quando se coloca como a democrata que luta pela liberdade da nação acima de quaisquer outros interesses, Dilma Rousseff parece tentar dar legitimidade ao seu discurso alcançando uma adesão ainda maior dos eleitores. Assim, dizer que a vontade do povo está acima de tudo, como é o preceito norteador da democracia, é uma maneira de atingir outro princípio da legitimidade como comentado anteriormente, que é segundo Bobbio (1987) a “vontade”, em que os governantes alcançam seu poder pela vontade do povo ou pela vontade de Deus.

A presidente reitera em seu pronunciamento o respeito à vontade da população, principalmente quando se refere às manifestações que aconteciam naquele período no Brasil, como podemos perceber nos trechos citados acima: *“prefiro o ruído e as críticas usuais e normais na democracia ao silêncio imposto ou obsequiosamente aceito nas ditaduras”*; *“Na democracia, nós respeitamos as ruas, um dos legítimos espaços de manifestação popular, pacífica e sem violência.”* Nas vezes em que foi questionada sobre as manifestações contrárias ao seu governo ocorridas em vários lugares do país, a presidente utilizou este discurso democrata, ao dizer que preferia o barulho das ruas ao silêncio forçado da ditadura, uma maneira de tentar demonstrar também que respeitava e ouvia as opiniões e críticas vindas dos eleitores e de que isso não era uma situação ruim, mas sim, algo necessário para a construção e o crescimento do país.

Remontar ao arquivo da ditadura militar, se colocando como aquela que é democrata desde a juventude, e que sempre acreditou que a vontade da maioria deve prevalecer no país, também é uma forma de alcançar credibilidade diante dos eleitores, algo que está atrelado à legitimidade já comentada antes. Para alcançar esta legitimidade ou, como podemos inferir, a adesão dos eleitores, o político precisa demonstrar que está apto a assumir o poder, ele precisa ter crédito junto ao seu eleitorado, não tem como separar credibilidade de legitimidade ambas se complementam e são fundamentais para o alcance do poder político. Deste modo, ao se proclamar uma democrata desde a juventude, a presidente pode atingir certo crédito com a população, além de aptidão em manter a vontade do povo em primeiro lugar, já que esta visão norteia a maior parte de sua vida.

Deste modo, legitimidade e credibilidade estão atreladas ao poder político e entrelaçadas entre si. No entanto, segundo Charaudeau (2013), não podemos pensar que sejam a mesma coisa, uma vez que a legitimidade pode ser considerada o reconhecimento destinado a um indivíduo devido a sua credibilidade ante as pessoas que o rodeiam. Sobre esta diferença entre os conceitos de legitimidade e de credibilidade, o autor comenta que “a primeira determina um ‘direito do sujeito de dizer ou de fazer’, a segunda, uma ‘capacidade do sujeito de dizer ou de fazer’”. (CHARAUDEAU, 2013, p. 67). Assim sendo, o discurso de aversão à ditadura e exaltação dos valores democráticos pode conferir à presidente Dilma Rousseff, quando se posiciona como militante política e democrata que se interessa pelos interesses da nação acima de tudo, maior credibilidade e legitimidade diante de seus eleitores, para superar os problemas apontados pela “Lava Jato” e seguir governando o país.

3.4.4 A primeira mulher chefe de estado do país: “dura e pávio curto”

Dilma Rousseff concedeu entrevista a um dos programas de auditório mais populares do Brasil, o Programa do Jô. O irreverente apresentador fez uma pergunta sobre uma questão polêmica a respeito da presidente, que seria sua personalidade forte ou mais precisamente o “pávio curto” com o pessoal do governo. É um dos poucos momentos em que conseguimos identificar em sua fala a posição sujeito mulher, ou primeira mulher chefe da nação brasileira, podemos perceber o quanto ela busca legitimar seu governo dizendo ser uma mulher dura entre homens moles. Este trecho é interessante também para a análise deste *ethos* de força ou de personalidade forte em seu discurso. Vejamos a resposta da presidente no momento em que é questionada pelo entrevistador Jô Soares sobre ter “pávio curto”:

Sdr. 16 [...] Agora, pávio curto, é assim: eu sempre acho que tem um pouco de comentário seguinte, diziam assim: **“Ela é muito dura. Ela muito dura, ela é muito exigente e ela tem pávio curto”**. Eu quero te dizer o seguinte: eu tenho imensa capacidade de resistir. Aprendi isso ao longo da vida, não é? Me prenderam, eu aprendi. Me prenderam, me botaram na cadeia, eu aprendi a resistir. [...] Agora, Jô, eu acho que eu sou... eu sempre digo isso, **eu sou uma mulher dura no meio de homens meigos. Os homens são meigos e as mulheres**

são duras. Eu acho que eu sou dura porque eu não posso ser uma presidente “mole” [...] (BRASIL, 2015, grifos nossos).³⁸

Ao examinar o discurso da presidente Dilma Rousseff, percebemos que a referência à mulher Presidente da República é pouco utilizada. Existe, por parte dela, uma relutância em se colocar nesse papel de primeira mulher a chegar à chefia máxima do Brasil, a figura de militante política é muito mais regular em sua fala. Podemos perceber, a partir disso, o quanto o status de mulher presidente ainda é incipiente no país, a imagem de militante dá mais credibilidade ou legitimidade a seu governo do que a de mulher que abriu caminhos para chegar à chefia de estado brasileira.

Nesta fala da presidente, percebemos a referência a uma espécie de discurso regularizado a respeito de sua personalidade com as palavras “dura” e “pavio curto”, que ela retoma de uma forma que busca, ao menos, parecer bem humorada e aceita com tranquilidade ou até mesmo com gosto. Ela acaba relacionando estas nomeações, que poderiam ser consideradas pejorativas a sua imagem, com o seu *ethos* de resistência, principalmente quando repete que “aprendeu a resistir” e a ter “tranquilidade para aguentar” ao ser presa durante a ditadura. De uma maneira que parece soar irônica, ainda define os homens com quem trabalha como “meigos”, uma característica geralmente associada a mulheres, além de comentar que não “pode” ser uma presidente “mole”, o que deixa implícito que uma mulher não pode ser uma presidente mole. Talvez por isso se sinta tão à vontade ou até mesmo prefira “parecer” ou “ser” dura ou pavio curto. Ela fala da posição sujeito mulher, mas não de uma mulher pensada de acordo com o consenso popular, e sim uma mulher dura e capaz de governar.

Como já havíamos comentado, ela fala desta posição sujeito mulher em poucos momentos, o que pode ser mais uma estratégia para se mostrar valente, para efetivar seu *ethos* de valentia. A presidente foge de características usuais do feminino, como docilidade ou candura, para ser “dura”, pois “não pode ser mole”. Transmitir esta imagem de resistência pode ser considerado um dos efeitos de sentido da não utilização frequente desta posição sujeito primeira presidente mulher, como se precisasse ser dura para ter credibilidade como governante diante da sociedade brasileira que ainda é bastante machista.

³⁸Entrevista exclusiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, ao Programa do Jô - Palácio da Alvorada/DF – 13 de Jun. de 2015.

Podemos perceber, neste discurso de Dilma Rousseff, traços de subjetivação, momentos de autoformação do sujeito primeira Presidente da República mulher, isso de acordo com a teoria de Michel Foucault, que não pensa o sujeito apenas como o assujeitado fruto das práticas coercitivas da sociedade, mas também como aquele que “resiste a elas e constitui-se como sujeito de suas próprias ações”, como é possível ver no texto de Pedro Souza “Resistir, a que será que se resiste? O sujeito feito fora de si”:

A propósito disso, particularmente no curso desenvolvido no Colégio de França em 1982 sobre a hermenêutica do sujeito, Foucault cunhou uma metodologia analítica focalizando as práticas nas quais o sujeito se elabora, se transforma e atinge enfim um modo de ser. O filósofo chamou de ascéticas essas práticas que compõem um conjunto de exercícios que o indivíduo se impõe a si mesmo para se moldar a partir de um regime de subjetivação. Nesses termos, o interesse portanto nunca é saber o que é o sujeito humano em si mesmo, mas sim como o indivíduo torna-se sujeito perante as mais variadas práticas [...] (SOUZA, 2003, p. 03).

Esta subjetivação pode estar presente no momento em que se espera de seu discurso que a mulher seja meiga e delicada e que os homens sejam duros, e acontece a fuga desse discurso esperado para uma mulher ao se dizer uma mulher “dura em meio a homens meigos”, acontece uma quebra na expectativa das pessoas diante de sua fala, e a sujeito Presidente da República se constitui à sua maneira. Foucault não pensa o sujeito em si como um elemento autossuficiente, mas sempre as práticas e relações que o constituem assim. Quando analisamos o discurso de Dilma Rousseff, no momento em que se coloca como uma mulher que não pode ser “mole” para governar, percebemos que resistência é a palavra que define a fala da presidente. O *ethos* de resistência se faz presente nessa prática de subjetivação, onde ela se constitui sujeito ao seu jeito, não se assujeita ao que a sociedade ou o campo político espera, ou define, como personalidade feminina. Podemos relacionar esta resistência ao se constituir sujeito com a resistência característica em suas falas referentes ao seu passado de enfrentamento à ditadura militar e situações trazidas pelo regime como a perseguição, a tortura e a prisão, além da resistência que ela precisa manter atualmente para enfrentar a situação de crise política desencadeada pela operação “Lava Jato” no país e para se manter no poder após a reeleição, apesar de toda pressão da oposição e da mídia para uma possível renúncia.

Indo mais a fundo na análise de sua subjetivação, podemos explorar o sentido da palavra “dura” presente em sua fala no trecho acima, somos capazes de inferir efeitos de sentido diferentes, podendo ser algo sólido, não maleável ou até mesmo o que resiste à pressão. Isso nos leva a pensar no jogo de sentidos que é envolvido nessa fala, por que ela

utilizou esta palavra? Quais sentidos quis mobilizar ao contrapor “duro” a “mole”? Além das possibilidades de uso metafórico dos termos duro, mole e meigo, empregados de forma a gerar sentidos bastante diversos do usual.

Em uma primeira leitura destes termos utilizados por Dilma Rousseff em seu discurso, nominando-se uma mulher dura em meio a homens moles poderíamos até considerar uma possibilidade de assujeitamento, em que ela se colocaria como uma mulher “masculinizada” ou no sentido da expressão “grelo duro”³⁹, bastante utilizada por militantes feministas em várias partes do país, e que simbolizaria o empoderamento feminino, uma mulher que se impõe e se coloca em igual posição de poder que os homens. Poderia ser considerado assujeitamento se ela sentisse esta necessidade de se posicionar como os homens que são duros e firmes para estar apta a governar, de acordo com a crença vigente no sistema político.

[...] não se pode chegar a nenhum desses sujeitos em si, a não ser pelas relações e práticas que o constituem. Portanto estas devem ser tomadas como ferramentas operadoras – quer de dominação, quer de libertação- moldando relações de poder cujo resultado final será uma dada forma de sujeito. Se for por operação dominadora, a modalidade que produz sujeito será a do assujeitamento; se for libertadora, será a da subjetivação. Em um e outro caso, sempre se supõe práticas tomadas por elas mesmas, nunca a partir de sujeitos plenamente reconciliados consigo mesmo. (SOUZA, 2003, p. 04).

No entanto, quando analisamos melhor as referências da presidente a homens que são moles e meigos e a si mesma como uma mulher dura, podemos identificar outras interpretações, ou outro jogo de sentidos envolvido, nesse caso ela se subjetiva ao fazer esta inversão, utilizando a “dureza” como algo positivo, algo que não se desfaz ou corrompe facilmente, a moleza nesse caso surge como uma corruptividade ou uma fraqueza. Ou seja, ela é dura como alguém que não se deixa corromper, que não se molda a um sistema político para conseguir governar, e é dessa forma que a dureza atribuída a si mesma, em seu discurso, surge como algo positivo, em detrimento à maleabilidade atribuída aos homens com quem precisa trabalhar. Assim, ela não pode ser mole, não se deixa levar pelo que está favorável, não é flexível, a dureza pode ser assim compreendida como ética.

³⁹A expressão “mulher de grelo duro” foi utilizada pelo ex-presidente Lula em março de 2016, época em que chegou a ser nomeado Ministro da Casa Civil, ao se referir às feministas petistas durante uma ligação para o ex-ministro dos Direitos Humanos Paulo Vannuchi. Nos áudios que foram divulgados pela imprensa, Lula defendia que as mulheres do PT tinham de se manifestar contra o então procurador de Rondônia Douglas Kirchner, que o investigava, e que era acusado de cometer agressões físicas contra a esposa: “*Ele batia na mulher, levava a mulher no culto religioso, deixava ela sem comer, dava chibatada nela, sabe? Cadê as mulher de grelo duro lá do nosso partido?*”. Disponível em <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/lula-chama-feministas-do-pt-de-mulheres-do-grelo-duro-internautas-reagem-18897069.html>> Acesso em: 10 de dez. de 2016.

A prática da subjetivação surge como resistência a um sistema político predominantemente masculino e machista. Assim, analisando o que apontamos nesse capítulo, podemos perceber a regularidade com que o *ethos* de resistência entremeia o discurso da presidente, em alguns momentos funcionando como subjetivação, quando ela fala da posição sujeito primeira mulher presidente, e em outros sendo uma resistência atrelada à constituição do sujeito, como algo esperado de um mandatário da nação, principalmente nas posições sujeito democrata e patriota. Esta resistência como resposta ao que a sociedade espera de um líder fica mais evidente na fase em que a operação “Lava Jato” agrava ainda mais a crise e instabilidade política no Brasil, fase em que ela precisa transparecer ainda mais credibilidade e legitimidade aos seus eleitores, principalmente no momento da candidatura à reeleição e na fase logo sequente à posse do segundo mandato, em que ela precisa se mostrar dura diante da situação caótica envolvendo os casos de corrupção vindos à tona.

Nesse capítulo de análise, foi possível identificar com a observação do corpus um deslizamento constante, no discurso da presidente, entre quatro posições sujeito principais: a Presidente da República legítima e comprometida em combater os problemas que assolam a nação, a lutadora e militante política que enfrentou a ditadura militar, a democrata disposta a lutar pelos interesses da República antes de qualquer outra coisa e a primeira mulher chefe de estado do país: “dura e pavio curto”. A referência ao arquivo da ditadura militar é constante, principalmente quando fala da posição militante política, patriota e primeira mulher presidente que precisa ser dura para governar. Entre estas posições, é possível perceber que a resistência à ditadura, à prisão e à tortura são fatores fundamentais para a sua formação sujeito.

A posição sujeito primeira mulher Presidente da República é a que menos aparece em sua fala, ela pouco se utiliza deste posicionamento, preferindo falar como militante política e patriota que defendeu a democracia brasileira lutando contra a ditadura. Esse fato nos leva a perceber que em sua necessidade de se mostrar resistente, a presidente foge de características usuais do feminino como docilidade ou candura, já que precisa ser “dura”, pois “não pode ser mole”. Transmitir esta imagem de resistência pode ser considerado um dos efeitos de sentido da subjetivação, da mulher que é dura e não se corrompe pelo sistema como os homens que são moles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivos analisar a constituição de um *ethos* de resistência no discurso da presidente Dilma Rousseff durante período de investigações da operação “Lava Jato”, em 2014 e 2015, além de identificar as relações de sua formação discursiva com o arquivo dos processos discursivos sobre a “ditadura militar” brasileira. A parte analítica propriamente dita de nosso texto já iniciou com a seleção do corpus que só foi concluída após a leitura de todos os pronunciamentos oficiais realizados pela presidente nos anos de 2014 e 2015, chegando a um corpus total de 16 pronunciamentos e 06 entrevistas para análise. O que já possibilitou identificar algumas regularidades nos discursos da presidente como a constituição do *ethos* de resistência, alguns traços de subjetivação e a referência constante aos arquivos discursivos do período dos Governos Militares.

Antes de partir para a análise do corpus, algumas leituras e a especificação de alguns termos essenciais para a nossa escrita foram necessários. Com isso, conseguimos um entendimento melhor do conceito de arquivo, discurso e sujeito sob a ótica de Foucault, além de compreender melhor o conceito de *ethos* e suas variações de uso, desde a antiguidade até os tempos modernos, principalmente no campo do discurso político, e ainda diferenciar o entendimento de *ethos* de acordo com a ótica da análise do discurso, com a leitura de Maingueneau, Charaudeau, entre outros teóricos do tema. Com a análise de corpus, pretendemos identificar a constituição do *ethos* de resistência no discurso da presidente, sua constância ou não, apontar se existia subjetivação na constituição sujeito Presidente da República e em que momentos ela acontecia. Além disso, buscamos verificar as referências feitas no discurso de Dilma Rousseff ao arquivo discursivo da ditadura militar, com qual regularidade aconteciam e de que maneira estes arquivos eram atualizados em seu discurso.

Sobre a questão do *ethos* de resistência, que podemos considerar o ponto chave de nosso trabalho, inicialmente é necessário comentar que a sua constituição no discurso da presidente soa como uma resposta às perseguições sofridas por Dilma Rousseff desde o período dos Governos Militares, ou como é nominado por ela, desde a “ditadura militar”, se estas não existissem, ele perderia totalmente a relevância. Além deste fator, é preciso relembrar o nosso contexto de análise, auge das investigações da operação “Lava Jato”, anos de 2014 e 2015, fase de intensa movimentação popular que acontecia em concomitância a um período de campanha acirrada à reeleição, seguida de uma das eleições mais disputadas da história do país e culminando a posse do segundo mandato, que é questionada desde o princípio pelos adversários políticos, mídia em geral e por uma parcela da população que já

estava envolvida nas manifestações desde antes da campanha à reeleição. Considerando este contexto vivido pela presidente em nossa fase analítica, seus pronunciamentos oficiais e as posições sujeito das quais ela mais falou, foi possível chegar à seguinte conclusão sobre a questão do *ethos* de resistência em seu discurso: em alguns momentos ele é apenas um traço de sua maneira de se constituir sujeito em meio ao campo agonístico em que se encontrava, sendo a postura esperada da mandatária da nação diante dos escândalos suscitados pela “Lava Jato” e em resposta ao ataques de adversários políticos e mídias em geral, o *ethos* de resistência surge nesse formato principalmente quando ela fala a partir da posição sujeito Presidente da República democrata e patriota e da posição militante política que tem coragem, pois já enfrentou a ditadura militar, a presidente com “coração valente” disposta a enfrentar a crise econômica e política que agitava o país naquela fase.

Já em outro momento, quando ela fala da posição sujeito primeira mulher presidente do Brasil, podemos identificar traços de subjetivação quando ela se coloca como uma mulher “dura” em meio a homens “moles”, nesse caso, ela se subjetiva ao fazer uma inversão, utilizando a “dureza” como algo positivo, algo que não se desfaz ou corrompe facilmente, a moleza, nesse caso, surge como uma corruptividade ou uma fraqueza. Ou seja, ela é dura como alguém que não se deixa corromper, que não se molda a um sistema político para conseguir governar, e é dessa forma que a dureza atribuída a si mesma, em seu discurso, surge como algo positivo, em detrimento à maleabilidade atribuída aos homens com quem precisa trabalhar. Deste modo, ela não pode ser mole, nem se deixar levar pelo que poderia ser favorável, não é flexível, e a dureza é comparada, sob este ponto de vista, com a ética.

Então, é possível identificar, de maneira geral, duas facetas do *ethos* de resistência no discurso da presidente, ele aconteceu de maneiras diferentes, em alguns momentos foi uma maneira dela se constituir sujeito em resposta ao jogo agonístico vivido naquela fase e, nesse caso, o seu discurso foi o que se espera de uma mandatária da nação e, em outro momento, apenas quando fala da posição sujeito mulher, ou primeira mulher Presidente da República brasileira, acontece a subjetivação, uma vez que, seu discurso foge totalmente do que é esperado pelos interlocutores. Assim, dentro do grande *ethos* de resistência existem diferentes posições sujeito, como foram categorizadas durante o trabalho, e apenas em uma delas este *ethos* funciona como subjetivação por o discurso fugir do que se espera daquela posição sujeito, nas demais ocorre a sujeição da posição sujeito ao que se espera de seu discurso como líder da nação.

Ficou perceptível ainda, em nosso trabalho, um efeito de sentido de “colagem” ao próprio discurso pela presidente com a regularidade do uso da primeira pessoa em suas falas.

Este uso pode ser considerado a marca da adesão da presidente ao seu próprio discurso, de acordo com a teoria da enunciação, ele possibilita que identifiquemos a aproximação recorrente no discurso de Dilma Rousseff entre aquilo que ela defende em seu discurso e o sujeito Presidente da República, através do uso dos pronomes em primeira pessoa (EU, ME). Assim, ela traz para si a responsabilidade pelos seus atos e por aquilo que defende em seu discurso, em uma espécie de “querer mostrar-se” em suas falas, esse uso em primeira pessoa traz um fortalecimento de seu *ethos* de resistência.

Quanto à questão das referências ao arquivo da “ditadura militar” no discurso da presidente Dilma Rousseff, elas realmente são constantes e funcionam como um argumento de apoio a construção de seu *ethos* de coragem e resistência, servem como uma espécie de argumento de autoridade. Esse arquivo é atualizado em diversos momentos de seu discurso, quando a presidente usa a palavra “golpe” ao se referir ao processo de impeachment, não mais um “golpe militar”, mas outro tipo de golpe contra a democracia, com a reiteração em seu discurso da importância em se respeitar o “voto direto”, “a vontade do povo”, o “processo democrático”, principalmente na fase em que os rumores de impeachment começaram a surgir. Esta referência ao arquivo discursivo do período militar é constante quando a presidente fala da posição sujeito democrata ou militante que enfrentou a ditadura, destas posições a atualização destes arquivos traz um efeito de sentido de credibilidade e legitimidade ao seu governo, a credibilidade que merece aquela que combateu a ditadura, que sobreviveu à tortura e à prisão, e a legitimidade daquela que foi eleita pelo voto direto, que está no comando por que foi a vontade da maior parte da população.

Se pensarmos nesse trabalho sob o ponto de vista de sua relevância, podemos apontar alguns fatores determinantes para isso, como o fato dele tratar de uma análise discursiva de pronunciamentos da primeira presidente mulher da história brasileira, daquela que fez o país utilizar a nomenclatura presidenta ao se referir à sua pessoa e dividiu opiniões de maneira, em alguns momentos, até agressiva, o que é esperado, de certo modo, em um país ainda bastante machista como o nosso. Além de uma presidente que certamente não foi unanimidade e, mesmo assim, conseguiu se reeleger como mandatária da nação, tendo um *jingle* de campanha que a nominava “Coração Valente”, expressão incorporada por ela, seus companheiros e seguidores, um “apelido” bastante estratégico se pensarmos no *ethos* de resistência regularizado em seu discurso.

Este trabalho traz também algumas análises de um contexto histórico brasileiro em que se desencadeou uma das maiores crises políticas já vistas no país, de movimentações populares de proporções também históricas, e do período que antecedeu e culminou no

primeiro processo de impeachment vivido em todas as suas fases no Brasil, isto porque nunca havíamos presenciado um processo de impeachment em todas as suas etapas, votações e julgamentos no país, uma vez que, em outros momentos, houve a renúncia do presidente, como foi o caso de Collor em 1992. Dilma Rousseff foi a primeira a enfrentar todo o processo e ser afastada do cargo sem renunciar, mantendo seu *ethos* de resistência e coragem até o final do processo. Nosso texto buscou analisar a situação que antecedeu este processo e ajuda a entender as intensas reviravoltas que levaram a ele, além da postura de resistência da presidente Dilma Rousseff adotada para o enfrentamento da pressão econômica, popular e política vivida nessa fase histórica de nosso país.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PT DE NOTÍCIAS. **Assista a “Coração Valente”, o jingle de Dilma na campanha à reeleição.** 20 de jun. de 2014. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/assista-a-coracao-valente-o-jingle-de-dilma-na-campanha-a-reeleicao>>. Acesso em: 18 de abr. de 2016.

AMOSSY, R. **Imagens de si no discurso, a construção do ethos.** 2. ed. São Paulo: contexto, 2011.

A VERDADE SUFOCADA. **Comissão da verdade. Dilma na luta armada.** 03 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.averdadesufocada.com/index.php/comisso-da-verdade-especial-107/6243-0312-dilma-na-luta-armada>>. Acesso em: 18 de abr. de 2016.

BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral I.** Campinas: Pontes, 1988.

BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral II.** Campinas: Pontes, 1989.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade:** por uma teoria geral da política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Política.** Tradução Carmem C, Varriale et. ai., coord. Trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BRASIL. **Comissão Nacional Da Verdade.** 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em: 15 de dez. de 2016.

BRASIL ESCOLA. **Dâmocles.** Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/biografia/damocles.htm>>. Acesso em: 14 de Set de 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Entrevista coletiva concedida pela presidenta da República, Dilma Rousseff, após cerimônia de sanção do Código de Processo Civil - Brasília/DF.** 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-sancao-do-codigo-de-processo-civil>>. Acesso em: 10 de out. de 2015

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Entrevista exclusiva concedida pela presidenta da República, Dilma Rousseff, à CNN - Brasília/DF.** 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/entrevistas/entrevista-exclusiva-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-a-cnn-brasilia-df>>. Acesso em: 12 de out. de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Entrevista exclusiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, ao jornal La Jornada - Brasília/DF.** 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/entrevistas/entrevista-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-ao-jornal-la-jornada-brasilia-df>>. Acesso em: 12 de out. de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Entrevista exclusiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, ao Programa do Jô - Palácio da Alvorada/DF**. 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/entrevistas/entrevista-exclusiva-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-ao-programa-do-jo>>. Acesso em: 14 de out. de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Entrevista coletiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, após encerramento do Encontro Empresarial sobre Oportunidades de Investimento em Infraestrutura no Brasil - Nova Iorque/EUA**. 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/entrevistas/entrevista-coletiva-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-encerramento-do-encontro-empresarial-sobre-oportunidades-de-investimento-em-infraestrutura-no-brasil-nova-iorque-eua>>. Acesso em: 21 de out. de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Entrevista concedida pela presidenta da República, Dilma Rousseff, à EPTV, afiliada da TV Globo – Piracicaba/SP**. 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/entrevistas/entrevista-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-a-eptv-afiliada-da-tv-globo-2013-piracicaba-sp>>. Acesso em: 21 de out. de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante assinatura do contrato para construção da ponte sobre o rio Guaíba - Brasília/DF**. 2014. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-assinatura-do-contrato-para-construcao-da-ponte-sobre-o-rio-guaiba-brasilia-df>>. Acesso em: 09 de set. de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia alusiva à viagem inaugural do navio Dragão do Mar e batismo do navio Henrique Dias no Estaleiro Atlântico Sul - Ipojuca/PE**. 2014. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-alusiva-a-viagem-inaugural-do-navio-dragao-do-mar-e-batismo-do-navio-henrique-dias-no-estaleiro-atlantico-sul>>. Acesso em: 09 de set. de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff em cadeia de rádio e televisão, sobre o Dia do Trabalho**. 2014. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-de-radio-e-televisao-sobre-o-dia-do-trabalho>>. Acesso em: 10 de set. de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de inauguração da 1ª etapa do BRT Expresso DF Eixo Sul - Trecho entre Santa Maria, Gama e Rodoviária do Plano Piloto - Brasília/DF**. 2014. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-inauguracao-da-1a-etapa-do-brt-expresso-df-eixo-sul-trecho-entre-santa-maria-gama-e-rodoviaria-do-plano-piloto-brasilia-df>>. Acesso em: 12 de set. de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na posse dos membros do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - Brasília/DF**. 2014. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-posse-dos-membros-do-comite-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura-brasilia-df>>. Acesso em: 15 de set. de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate de Alto Nível da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU). Nova Iorque\ EUA**. 2014. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>>. Acesso em: 23 de set. de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade - Brasília/DF**. 2014. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-entrega-do-relatorio-final-da-comissao-nacional-da-verdade-brasilia-df>>. Acesso em: 23 de set. de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso de Posse do Segundo Mandato. Brasília\DF**. 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional-1>>. Acesso em: 23 de set. de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante abertura da Reunião Ministerial - Granja do Torto**. 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-abertura-da-reuniao-ministerial-granja-do-torto>>. Acesso em: 24 de set. de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Lançamento Pacote Anticorrupção. Brasília\DF**. 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-lancamento-do-pacote-anticorruptao>>. Acesso em: 24 de set. de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a abertura do Dia Internacional da Academia das Artes e Ciências Televisivas - Rio de Janeiro/RJ**. 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-abertura-do-dia-internacional-da-academia-das-artes-e-ciencias-televisivas-rio-de-janeiro-rj>>. Acesso em: 24 de set. de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Diálogo com Movimentos Sociais Brasileiros - Brasília/DF**. 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-dialogo-com-movimentos-sociais-brasileiros-brasilia-df>>. Acesso em: 24 de set. de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de entrega de 747 unidades habitacionais dos Residenciais Pérola VI e VII e Ajuricaba, do Programa Minha Casa Minha Vida - Boa Vista/RR**. 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-entrega-de-747-unidades-habitacionais-dos-residenciais-perola-vi-e-vii-e-ajuricaba-do-programa-minha-casa-minha-vida-boa-vista-rr>>. Acesso em: 25 de out. de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Abertura da 70ª Assembleia-Geral das Nações Unidas - Nova Iorque/EUA**. 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-abertura-da-70a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>>. Acesso em: 25 de out. 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de abertura do 12º Congresso Nacional da CUT - São Paulo/SP**. 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-cerimonia-de-abertura-do-12o-congresso-nacional-da-cut-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 27 de out. de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante o I Congresso Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores- MPA - São Bernardo do Campo/SP**. 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-o-i-congresso-nacional-do-movimento-dos-pequenos-agricultores-mpa-sao-bernardo-do-campo-sp>>. Acesso em: 27 de out. de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Ministério da Justiça e Cidadania. **Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT)**. 2016. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/comite-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura>>. Acesso em: 15 de dez. de 2016.

CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. Tradução Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. 2. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. 10 de dez. de 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br>>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

COMUNIDADE CULTURAL. **Xote**. 22 de mar. de 2012. Disponível em: <<http://comunidadecultural.blogspot.com.br/2012/03/xote.html>>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

COURTINE, J.J. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. Organização de Carlos Piovezani e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006.

ÉPOCA (Revista online) **João Santana, o homem que elegeu 6 presidentes**. 04 de out. de 2013. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/10/bjoao-santanab-o-homem-que-elegeu-seis-presidentes.html>>. Acesso em: 14 de abr. de 16.

EXTRA. (Globo.com). **Lula chama feministas do PT de “mulheres do grelo duro” e internautas reagem**. 17 de mar. de 2016. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/lula-chama-feministas-do-pt-de-mulheres-do-grelo-duro-internautas-reagem-18897069.html>>. Acesso em: 10 de dez. de 2016.

FERREIRA, M. C. L. **Análise de Discurso e Psicanálise**: uma estranha intimidade. Porto Alegre, Correio da APPOA, 2004.

FERREIRA, M. C. L. **Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso**. 2010. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/28636-110571-1-SM.pdf>>. Acesso em: 20 de nov. de 2015.

FERRY, J. **O golpismo e a luta das mulheres contra a política patriarcal**. 19 de abr. de 2016. Disponível em <<https://marchamulheres.wordpress.com/2016/04/19/o-golpismo-e-a-luta-das-mulheres-contr-a-politica-patriarcal>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

FIORIN, J. L. **O regime de 1964: discurso e ideologia**. São Paulo: Atual, 1988.

FIORIN, J.L. **Enunciação e semiótica**. 69-97. Revista letras n° 33 - Émile Benveniste: Interfaces Enunciação & Discursos. Programa de Pós Graduação em Letras - PPGL/UFSM. 2007. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/viewFile/11924/7345>>. Acesso em: 18 de nov. de 2016.

FOLHA (Folha de São Paulo). **Entenda a Operação Lava Jato, da Polícia Federal**. 14 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548049-entenda-a-operacao-lava-jato-da-policia-federal.shtml>>. Acesso em: 14 de mar. de 2016.

_____. (Folha de São Paulo) **Folha explica: Operação Lava Jato**. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato>>. Acesso em: 19 de abr. de 2016.

FORUM. **Adesivos Misóginos são a nova moda contra Dilma**. 01 de jul. de 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/questaodegenero/2015/07/01/adesivos-misoginos-sao-nova-moda-contr-dilma/>>. Acesso em: 20 de mar. de 2016.

FOUCAULT, M. A “Governamentalidade”. In: _____. **Estratégia, poder-saber**: ditos e escritos, vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 281-305.

FOUCAULT, M. **A Microfísica do poder**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- FOUCAULT, M. (1969). **A arqueologia do saber**. Trad. brasileira de Luiz Felipe Baeta Neves. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FOUCAULT, M. **A história da loucura**. São Paulo: Editora Perspectivas S.A, 1978.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. **A verdade e as Formas Jurídicas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nau editora 2002.
- FERREIRA, M. C. L. **Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso**. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/28636-110571-1-SM.pdf>. Acesso em: 20 de nov. de 2015.
- G1- GLOBO.COM. **Consulte a íntegra do relatório final da Comissão Nacional da Verdade**. 10\12\2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/consulte-integra-do-relatorio-final-da-comissao-nacional-da-verdade.html>>. Acesso em: 15 de dez. de 2016.
- MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp- Pontes, 1997.
- MAINGUENEAU, D. **O contexto da obra literária**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARIANI, B. **Discurso e instituição: A imprensa**. Rua, Campinas, 5: 47-61, 1999.
- MARINHO, E. R. **As relações de poder segundo Michel Foucault**. E-Revista Facitec, v.2 n.2, Art.2, 2008.
- MEYER, M. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.
- MIGUEL, L. F **Dossiê Mídia e Política, Revista de Sociologia e Política**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000100002>. Acesso em: 24 de mar. de 2015.
- BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **A lava jato em números – STF**. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/atuacao-no-stj-e-no-stf/resultados-stf/a-lava-jato-em-numeros-stf>>. Acesso em: 24 de fev. de 2016.
- MOTTA, A.R, SALGADO, L. **Ethos Discursivo**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- O GLOBO. **As 27 fases da operação Lava Jato**. 02 de abr. de 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/as-27-fases-da-operacao-lava-jato-15884147>>. Acesso em: 18 de abr. de 2016.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: Princípios e procedimentos**. 4ª ed. Campinas: Pontes. 2002.

ORLANDI, Eni P. GUIMARÃES, E. Silêncio e implícito (produzindo a monotonia). In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas, Pontes, 1989.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pucinelli Orlandi [et al]. Campinas: Unicamp, 1988.

PETROBRÁS. **Quem somos. Áreas de atuação**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/>>. Acesso em: 10 de mar. de 2016.

PIOVEZANI, C. **Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso público**. São Paulo: UNESP, 2009

QUEIROZ, A. MARTINS JR. F. R. **Presidente Dilma com que roupa eu vou?** Revista Compolítica, n.1, vol.1, 2011.

REBOUL. O. **Introdução à Retórica**. 2ª ed. São Paulo. Martins Fontes. 2004.

REVISTA ÉPOCA, Dilma na luta armada. 16 de ago de 2010. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0EMI163171-18176,00-DILMA+NA+LUTA+ARMADA+TRECHO.html>>. Acesso em: 10 de fev. de 2016.

RUBIM, A. A. C. **Comunicação & Política**. São Paulo: Hacker, 2000.

SOUZA, P. **Resistir, a que será que se resiste? O sujeito feito fora de si**. Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, v. 3, Número Especial, p. 37-54, 2003.

TERRA. **Eleições 2014: Em ritmo de xote, jingle de Dilma cita Lula**. 21 de jun de 2014. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/eleicoes-2014-em-ritmo-de-xote-jingle-de-dilma-cita-lula,0a8baa3928eb6410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 16 de mar. de 2016.

THOMPSON, J.B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis. Vozes, 2002.

UOL NOTÍCIAS. **Lava Jato já teve 20 fases; relembre os nomes e o que aconteceu em cada uma**. 19 de jun de 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/06/19/relembre-o-que-aconteceu-em-cada-uma-das-fases-da-operacao-lava-jato.htm>>. Acesso em: 16 de mar. de 2016.

VILAS BOAS, C. T. **Para ler Michel Foucault**. 2. ed. Eletrônica. Ouro Preto. UFOP. 2002.

ANEXO

Fase	Data e nome	Ações
1ª	17/03/2014	“Deflagrada pela Polícia Federal em seis Estados e no Distrito Federal para cumprir 130 mandados judiciais, resulta na prisão de 17 pessoas, entre elas, o doleiro Alberto Youssef, apontado como o responsável por comandar o esquema de corrupção. Segundo a PF, as quadrilhas desarticuladas na operação teriam movimentado pelo menos R\$ 10 bilhões em dez anos.”
2ª	20/03/2014	“A PF cumpre seis mandados de busca e um de prisão temporária: a do ex-diretor de abastecimento da Petrobras Paulo Roberto da Costa. As investigações mostram relações próximas do ex-executivo com o doleiro Alberto Youssef.”
3ª	11/04/2014	“A PF cumpre mandados de buscas na sede da Petrobras, no Rio de Janeiro, e na empresa Ecoglobal Ambiental, de Macaé (RJ), que possui uma filial nos Estados Unidos, a Ecoglobal Overseas, também investigada.”
4ª	11/06/2014	“A PF prende pela segunda vez o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, em sua casa, no Rio de Janeiro. Ele havia sido solto depois de passar 59 dias na prisão, mas voltou a ser preso por esconder da polícia que tinha um passaporte português e contas na Suíça com saldo de US\$ 23 milhões.”
5ª	01/07/2014	“A PF prende João Procópio Junqueira Pacheco de Almeida Prado, que trabalhava com o doleiro Alberto Youssef e cumpre sete mandados de busca e um de condução coercitiva. Documentos apreendidos pela polícia apontaram que Almeida Prado era beneficiário, com Youssef, de uma conta no banco PKB da Suíça, com saldo de US\$ 5 milhões.”
6ª	22/08/2014	“A PF cumpre mandados de busca e apreensão no núcleo de empresas relacionadas ao ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, no Rio de Janeiro.”
7ª	14/11/2014 - "Juízo final"	“A Polícia Federal prende o ex-diretor de serviços da Petrobras Renato Duque e executivos da cúpula de empreiteiras do país suspeitas de pagar propina para fechar contratos com a estatal. Também cumpriu mandados de busca e apreensão nas empresas: Camargo e Corrêa, OAS, Odebrechet, UTC, Queiroz Galvão, Engevix, Mendes Júnior, Galvão Engenharia e Iesa.”
8ª	14/01/2015	“A PF prende o ex-diretor da área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró. A prisão aconteceu depois de ele desembarcar no Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão) de um vôo procedente de Londres. Cerveró foi acusado de envolvimento no esquema de corrupção na estatal.”
9ª	05/02/2015 - "My Way"	“Batizada em referência a um apelido dado ao ex-diretor de serviços da Petrobras Renato Duque, a operação teve o objetivo de cumprir 62 mandados judiciais, em quatro Estados e resultou em quatro prisões. A PF também levou o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, para depor e explicar doações ao partido por empresas que mantinham contrato com a Petrobras.”

10 ^a	16/03/2015-"Que país é esse?"		“A PF cumpre mandados em São Paulo e no Rio de Janeiro e volta a prender preventivamente o ex-diretor de serviços da Petrobras Renato Duque que, segundo a polícia, estava movimentando dinheiro em contas no exterior. O nome desta fase da operação se refere a uma frase dita por Duque ao ser preso pela primeira vez.”
11 ^a	10/04/2015- "A Origem"		“A PF prende os ex-deputados federais André Vargas (ex-PT-PR e hoje sem partido), Luiz Argôlo (ex-PP e hoje Solidariedade-BA), e mais quatro pessoas ligadas aos políticos. Também houve ordem de prisão contra o ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE), que já estava preso por condenação no mensalão. Desvios na Caixa Econômica Federal e no Ministério da Saúde passaram a ser investigados na operação.”
12 ^a	15/04/2015		“A PF prende o então tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, em São Paulo. Secretário de Finanças do partido, o petista negou envolvimento no esquema de corrupção que atingiu a Petrobras nos últimos anos.”
13 ^a	21/05/2015		“A PF prende Milton Pascowitch, apontado como operador da empreiteira Engevix em contratos da Petrobras e suspeito de repassar propina na diretoria de Serviços, que Renato Duque ocupou entre 2003 e 2012 na estatal.”
14 ^a	19/06/2015 - "Erga omnes":		“A Polícia Federal prende os presidentes da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, e da Andrade Gutierrez, Otávio Marques de Azevedo. Nesta fase, foram expedidos no total, 59 mandados judiciais em quatro Estados: 38 de busca e apreensão, 09 de condução coercitiva, 08 de prisão preventiva e 04 de prisão temporária. O nome da operação é uma expressão em latim que significa <i>vale para todos</i> ”.
15 ^a	02/07/2015 - "Conexão Mônaco"		“A PF prende o ex-diretor da área internacional da Petrobras Jorge Zelada. Ele é suspeito de cometer crimes como corrupção, fraude em licitações e desvio de verbas. A operação, batizada "Conexão Mônaco" em referência a operações financeiras do ex-diretor no principado de Mônaco, tem ainda outros quatro mandados de prisão. Zelada foi sucessor de Nestor Cerveró, preso desde o dia 14 de janeiro.”
16 ^a	28/07/2015 - "Radioatividade"		“A PF prendeu presidente licenciado da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva, por suspeita de recebimento de R\$ 4,5 milhões em propina. Esta fase da operação teve como foco os contratos entre a Eletronuclear, subsidiária da Eletrobras, para as obras da usina de Angra 3. A PF investiga as suspeitas de formação de cartel, pagamento de propina para agentes públicos e superfaturamento das obras.”
17 ^a	3/8/2015 - "Pixuleco"		“O nome faz referência ao termo usado por João Vaccari Neto para falar sobre o dinheiro cobrado de empreiteiras do cartel que atuava na Petrobras. Foram presos o ex-ministro José Dirceu e seu irmão, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva. A PF cumpriu mandados em São Paulo, Brasília e Rio. A força-tarefa diz acreditar que a consultoria JD cumpria a mesma função das empresas de fachada de Alberto Youssef.”

18 ^a	13/8/2015 "Pixuleco 2"	-	“Desdobramento da fase anterior cumpre dez mandados de busca e apreensão e uma prisão temporária em São Paulo, Brasília, Porto Alegre e Curitiba. A fase mira um operador responsável por arrecadar ilicitamente R\$ 50 milhões em contratos relacionados ao Ministério do Planejamento.”
19 ^a	21/9/2015 "Nessum dorma"	-	“O nome da operação significa "Ninguém dorme". Nesta fase foi preso preventivamente um dos donos da Engevix, José Antunes Sobrinho, já investigado por suspeita de corrupção na estatal Eletronuclear. Os mandados foram cumpridos nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Florianópolis.”
20 ^a	16\11\2015 “Corrosão”	–	O nome desta fase se refere à luta da Petrobras para combater os desgastes nas plataformas. Objetivava buscar provas em documentos dos crimes cometidos dentro da estatal e investigados pela Operação.
21 ^a	24\11\2015 “Passé Livre”	–	As investigações partiram da apuração das circunstâncias de contratação de um navio sonda pela Petrobras com indícios concretos de fraude no procedimento licitatório. Ao todo, foram expedidos 32 mandados judiciais, sendo um de prisão preventiva ao pecuarista José Carlos Bumlai, além de 25 mandados de busca e apreensão e seis de condução coercitiva. A ação foi realizada em São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Entre os crimes investigados estavam fraudes relacionadas a licitação, falsidade ideológica, falsificação de documentos, corrupção ativa e passiva, tráfico de influência, lavagem de dinheiro, dentre outros.

Fontes: UOL NOTÍCIAS, 2015. O GLOBO, 2016.